

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

VICTÓRIA MURTA MARINHO

**Do uniforme inconfundível à invisibilidade pública: A jornada
oculta de mulheres garis em Ipanema, Rio de Janeiro**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de
Cássia Santos Freitas

NITERÓI-RJ
2024



VICTÓRIA MURTA MARINHO

**Do uniforme inconfundível à invisibilidade pública: A jornada
oculta de mulheres garis em Ipanema, Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof. ^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas

Banca:

Orientadora: Prof. ^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas – UFF

Prof. ^a Dr.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos – PUC-Rio

Prof. ^a Dr.^a Nivia Valença Barros – UFF

**NITERÓI-RJ
2024**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M337u Marinho, Victória Murta
Do uniforme inconfundível à invisibilidade pública: A
jornada oculta de mulheres garis em Ipanema, Rio de Janeiro /
Victória Murta Marinho. - 2024.
123 f.: il.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2024.

1. Feminismo. 2. Ipanema (Rio de Janeiro, RJ). 3. Companhia
Municipal de Limpeza Urbana (Rio de Janeiro, RJ). 4. Mudança
social. 5. Produção intelectual. I. Santos Freitas, Rita de
Cássia, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

RESUMO

Uma sociedade dividida entre dominados e dominantes, e moldada a partir de relações de poder que se sustentam nas diferenças - sejam elas de classe, gênero, raça, território, geração... Esse é o cenário em que o presente estudo se insere, aqui com foco para as trabalhadoras garis da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, as profissionais que limpam as ruas de Ipanema, bairro nobre da Zona Sul carioca. Invisibilizadas no cotidiano de quem ali transita, reduzidas aos seus uniformes laranjas e sem os seus trabalhos valorizados, elas passam, cotidianamente, por uma série de violências simbólicas causadas pelos transeuntes que circulam na região. Este trabalho visa elucidar os altos muros que separam as mulheres garis de uma parcela da sociedade, buscando compreender não somente o porquê de tal divisão, mas, refletindo acerca das formas como tais preconceitos se dão e como atravessam as mulheres que sofrem essas violências. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo e a elaboração de entrevistas semi-estruturadas com as garis. Acredita-se que, utilizando o método da História Oral, com uma escuta atenta e ética, essas mulheres puderam compartilhar, a partir de suas próprias perspectivas, qual o cenário em que estão inseridas, como buscam driblar os desafios e como podemos encontrar um espaço melhor para essas profissionais.

Palavras-chave: garis; interseccionalidade; mulheres; feminismos; Ipanema/RJ.

ABSTRACT

A society divided between the dominated and the dominant, and shaped from power relations that are based on differences - be they class, gender, race, territory, generation... This is the scenario in which the present study is inserted, here focusing on street cleaners in the city of Rio de Janeiro, more specifically, the professionals who clean the streets of Ipanema, an upscale neighborhood in the South Zone of Rio. Invisible in the daily lives of those who pass through there, reduced to their orange uniforms and without their valued work, they undergo, on a daily basis, a series of symbolic violence caused by passers-by who circulate in the region. This work aims to elucidate the high walls that separate women street cleaners from a portion of society, seeking to understand not only the reason for such division, but also reflecting on the ways in which such prejudices arise and how they affect women who suffer such violence. To this end, field research was carried out and semi-structured interviews were carried out with the street cleaners. It is believed that, using the Oral History method, with attention and ethical listening, these women were able to share, from their own perspectives, what the scenario in which they are inserted, how they seek to overcome challenges and how we can find a space better for these professionals.

Keywords: street cleaners; intersectionality; women; feminisms; Ipanema/RJ.

AGRADECIMENTOS

Algumas linhas seriam ínfimas para materializar tamanha gratidão pelos apoios recebidos ao longo deste estudo. Sabemos que nossos laços nascem muito antes de mergulharmos em qualquer projeto, trabalho ou ciclo... Para não perder o foco do que devo escrever nessas linhas e, ainda assim, registrar a gratidão pelos laços visceralmente amarrados durante o processo, proponho que façamos desses dois anos uma viagem. Como em qualquer viagem entram e saem passageiros, posso afirmar que todas as pessoas que estiveram aqui, deixaram marcas expressivas na minha trajetória como mulher e pesquisadora. Entremos, neste instante, em uma longa viagem de trem.

No primeiro vagão, há o que, para mim, se tem de mais importante na vida de um indivíduo: os laços familiares. Esses passageiros me acompanham em qualquer percurso, para qualquer destino e em qualquer tempo. Quando não puderam estar ao meu lado fisicamente, se fizeram força motriz para que eu não desistisse de caminhar com meus próprios pés. Minha mãe, Graziella, é quem equilibra os pratinhos, puxa as orelhas e move mundos. Ela é meu alicerce. Ao lado dela viajou meu padrasto, Rafael, que nos é um apoio em meio a tantos momentos desafiadores. Meu pai, carinhosamente chamado de Litos, é meu colo. Foi, é e sempre será o meu braço direito. Buscava o seu assento quando precisava ouvir histórias de vida, de gente, de chão e fé.

Outrora, recorria ao menino dos olhos-mar que me acompanha intimamente em todas as jornadas: Fellip, o meu irmão. Posso sentir a imensidão de amor que um corpo é capaz de sustentar, somente por causa dele, o maior dos amores possíveis e impossíveis. Agradeço, também, ao sorriso contagiante que sentava ao seu lado: Karol, te escuto vibrando essa conquista comigo! No mundo invertido que vivemos — cenário de fundo desse estudo — reconheço o privilégio que é ter um vagão todo composto por uma família unida. Portanto, esse é o meu maior agradecimento!

Há um vagão cheio de livros, papéis e canetas. Tem cheiro de escola. Poderia, tranquilamente, ser uma biblioteca. O que seria de nós sem os nossos professores e professoras? À elas, especificamente, devo muito das próximas linhas. Minha orientadora, Rita, não sentou ao lado de ninguém, na poltrona ao lado, havia textos e mais textos. Mas, se engana quem pensa que ela viajaria isolada.

Todos aqueles papéis davam espaço, gentilmente, a qualquer pessoa que buscasse uma boa conversa, conselhos calmos, carregados de sabedoria, histórias, referências e experiências. Se engana, novamente, quem pensa que essa bagagem extensa vinha acompanhada de arrogância. Rita, Dra. Rita, professora Rita, querida Rita me ensinou, muito para além dos conteúdos abordados nas centenas de textos... Aprendi, sobretudo, que não importa o lugar que ocupemos ou quantos títulos carreguemos embaixo do braço, precisamos encontrar espaço para todos e todas e, para isso, devemos ter a humildade de falar e escrever para quem quer que seja. Criar frestas nos muros densos da academia, para deixar a luz que criamos lá dentro, emanar para toda a população, é parte do nosso objetivo em comum.

“Qualquer coisa, me escreve” ou “confia, estamos indo bem, vai no seu tempo” disse ela tantas vezes. Obrigada, Rita, por regar a semente da pesquisadora que há em mim e eu tanto duvidei. Tenho por ti uma enorme admiração! Estendo esse agradecimento às professoras Ana Lole e Nívia Barros, por me interpelarem com profundo conhecimento e sensibilidade na qualificação, e elevarem tanto o nível da pesquisa. Vocês foram essenciais nos rumos que a viagem seguiu a partir dali. Agradeço, também, a todo o corpo profissional do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UFF, seus docentes e funcionários que acolheram a jornalista que vos escreve com tanto conhecimento e gentileza.

O vagão das amigades, tive sorte de frequentar quando meu corpo clamava por pausas e respiros. Que dose de vida pode ser uma conversa sincera com aquelas e aqueles que chamamos de amigas(os)! A vocês, obrigada pelas gargalhadas ao longo do trajeto, esse vagão me servia de refúgio e alegria. E, por falar nisso, a gratidão emana quando lembro da poltrona ocupada por tanta energia e determinação. Tiago é um incentivador íntimo dessa pesquisa. Obrigada por cada fresta de possibilidade que me estimulou a enxergar entre as árvores e nuvens do caminho.

Às Garis, personagens desse estudo, me faltam palavras para agradecer. Tivemos a sorte do encontro mais de uma vez e, também, após a pesquisa encerrada. Espero ter demonstrado o meu carinho e gratidão por tanta troca valiosa. Vocês ampliaram o meu campo de visão, nutriram minha esperança e expandiram a minha admiração — pelo ofício, pelas histórias e pelas mulheres que são. Obrigada

pelo abraço genuíno! À Comlurb, que me abriu portas tão importantes para o processo, estendo o reconhecimento.

Assim como em qualquer viagem, vivemos momentos difíceis. Em algumas paradas, fui forçada a me despedir de grandes amores e, como num piscar de olhos, aprendi que as lembranças ocupariam algumas poltronas vazias. Agradeço à imensa sabedoria da minha avó do coração, Adélia, ao humor e leveza de meu avô Walter, à energia vívida emanada pela minha avó, Manana, e ao companheirismo do pequeno Juca. Vocês comemoraram quando entrei nessa viagem, mas não estão conosco aqui, lendo isso em mãos. Entretanto, peço que fiquem tranquilos: no cair da noite, quando desligarem as luzes do trem, para que possamos descansar, lhes contarei a novidade em segredo, “dei o meu melhor”. Na inevitável angústia de não ter suas respostas (certa de que seriam exultantes), rezarei e, provavelmente, cairei no sono. Amanhã é outro dia e, apesar dessa viagem estar chegando ao fim, temos novos caminhos a trilhar.

O mundo precisa muito do nosso movimento e, daqui, buscarei fazer a minha parte - com os braços estendidos e os pés firmes no chão.

Obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Homens observam o mar em Ipanema (registro realizado antes do processo de urbanização do bairro)	48
Figura 02. Praias de Ipanema e Leblon ao entardecer	50
Figura 03. Famílias construindo no Morro do Cantagalo	54
Figura 04. Crianças entre os barracos na favela	56
Figura 05. Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Completo	58
Figura 06. Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os pretos	59
Figura 7. Escravizado com Máscara de Flandres	61
Figura 8. Varredeira de tração animal, s.d.	62
Figura 9. Limpeza pública: coleta de lixo, 1820-1830	62
Figura 10. Nota na primeira página do jornal Gazeta de Notícias (Rj), em 11 de outubro de 1876	63
Figura 11. Contrato do Império com Aleixo Gary, firmado em 1876	64
Figura 12. Uniforme das garis atualmente	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
METODOLOGIA	13
CAPÍTULO I - Violência Simbólica e Invisibilidade Pública - um “passeio” pelo mundo do trabalho, movimentos feministas e interseccionalidade	18
1.1 Interseccionalidade como ferramenta analítica – enfatizando gênero e raça	18
1.2 Notas sobre o mundo do trabalho – pensando classe a partir de uma perspectiva feminista	26
1.2.1 Um breve panorama histórico	26
1.2.1.1 O cenário contemporâneo	32
1.3 Compreendendo os fenômenos de Violência Simbólica e Invisibilidade Pública	36
CAPÍTULO II - Comlurb, as mulheres garis, o território de Ipanema e a diversidade ali contida	43
2.1 Território - entre o morro e o asfalto	43
2.1.1 Villa de Ipanema	47
2.1.1.1 Da Nascimento Silva às vielas do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho: O cenário contemporâneo de Ipanema	52
2.2 Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (Comlurb)	59
2.3 Garis da Comlurb: Relações interseccionais de gênero, raça, classe e território	67
CAPÍTULO III - Processos Etnográficos e as mulheres do exército laranja	72
3.1 Caminhos até a sede da Comlurb	73
3.2 As mulheres do exército laranja	75
3.2.1 Letícia e a representação dos cargos de chefia local Chefiando uma equipe de garis	76 79
3.2.2 Ana Paula, uma entrada triunfal, a jornada tripla e a “Poderosa Chefinha” “Dona Coronela”, “Poderosa Chefinha” e “Dona da Empresa” Causos do percurso: “Honestidade Carioca”	81 85 85
3.2.3 Sol, entre praças, família e orgulho A afinidade com os trabalhadores locais: sujeitos da mesma classe social	88 90
3.2.4 Conceição: de Austin para as areias de Ipanema (faça chuva ou faça Sol) À beira-mar de Ipanema: entre barraqueiros, ambulantes e praianos	93 96
3.2.5 Entre desafios e jogos de cintura	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES:	119
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	119
ANEXOS:	120
ANEXO A - Figura com as primeiras ruas de Ipanema, nomeadas em homenagens aos amigos e familiares dos principais donos de terra - através de efemérides ou nomes próprios.	120
ANEXO B - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os pardos.	121
ANEXO C - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os brancos.	121

INTRODUÇÃO

Se laranja é uma das cores mais vistosas aos olhos humanos, essa característica não se amolda quando o tema abordado está relacionado ao uniforme das e dos profissionais de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro. Com escritos bem visíveis, recortes convencionalmente mais quadrados e modelagens tradicionais, pode-se dizer que há mais familiaridade com as vestimentas, do que a falta de conhecimento sobre as mesmas. O que não significa, entretanto, que as pessoas que os vestem são também reconhecidas e percebidas da mesma forma.

Essas profissionais¹, inevitavelmente, trabalham com roupas que ficam sujas e, geralmente, deterioradas pelas intempéries do próprio ofício. Ainda que essa seja uma relevante adversidade, em termos de identidade social do grupo em questão, ela está distante de ser o maior desafio enfrentado pelas profissionais da limpeza urbana. Essas que, cumprindo um papel essencial para o bom funcionamento da vida na cidade, são invisibilizadas aos olhos da população que as cerca e, quando notadas, muitas vezes ocupam um lugar de pré-conceitos.

O lixo naturalmente afasta as pessoas, a primeira reação que se tem é a do nojo, algo que remete ao sujo, ao descarte². Consequentemente, quem trabalha com o lixo está associada a essa gama de sensações, transmitindo a ideia de que aquelas pessoas se tornam corpos apenas à servir (descartar lixo) ou até objetos que passam a fazer parte daquela “sujeira” — os outros querem distância, pois também as enxergam como sujas e descartáveis.

As mulheres garis, ao vestirem o uniforme laranja e cumprirem seus ofícios, tornam-se invisíveis aos olhares cotidianos, são socialmente colocadas à margem, reduzidas às suas obrigações laborais e só são percebidas quando elas deixam de ser desempenhadas — o lixo quando acumulado é notado, a gari é lembrada, mas a prática do preconceito, apenas ratificada. Uma conta que, por tamanha contradição, não fecha: um trabalho socialmente invisibilizado, mas que se torna centro dos holofotes quando não é realizado. Começamos questionando: Invisível para quem?

¹Optei por utilizar sempre o feminino, pois as mulheres serão as sujeitas de toda a pesquisa, além da questão de gênero ser um ponto crucial que atravessa todo o estudo.

²Não aprofundaremos essa discussão aqui. Contudo, sugiro como bibliografia referente ao tema, dentre outros: Velloso (2010); Magera (2003); Eigenheer (2003).

E quando? Arrisco responder, desde já, que a perversidade desse fenômeno se dá quando e para quem convém.

Como se não bastasse o processo de invisibilidade inerente a todos os/as garis da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (a Comlurb), as mulheres nessa profissão — como em tantas outras — ocupam um espaço ainda mais complexo. Se, por um lado, um ambiente historicamente masculino opera, atualmente, com 37% de mulheres exercendo funções semelhantes aos dos homens na Companhia, sugerindo-se assim uma possível maior inserção de gênero para um mercado de trabalho mais igualitário; por outro, nota-se uma contínua repetição de padrões sexistas, de violência simbólica e segregacional com essas profissionais.

À começar, podemos citar as publicações na mídia: ao buscarmos por “mulheres garis Rio de Janeiro” no Google³ (principalmente na aba “vídeos”), a maior parte do conteúdo refere-se às aparências físicas das profissionais — gari gata, musa e gostosa se tornam palavras-chave das primeiras páginas de busca. Lembro-me, aqui, de Lélia Gonzalez (1984), quando a autora reflete sobre as figuras da mulher negra como mulata (não como noção de caráter étnico, mas profissional), da doméstica, da mãe preta e da mulata sexual. Estereótipos criados e mantidos ao longo de muitas décadas. A exemplo da disseminação dos discursos de endeusamento historicamente criados da Carnavalesca — destinados às mulheres negras das passarelas. Discursos esses que logo surgem com o retorno da vida cotidiana, onde ela (a passista) transfigura-se rapidamente em empregada doméstica.

Retornando ao tempo presente — que não está ileso dos fenômenos citados por Lélia — essas mesmas mulheres (as garis) também são obrigadas a presenciar, cotidianamente, diferentes tipos de desafios nas ruas da cidade — espaço que sempre oprimiu esse grupo. E, não obstante, no âmbito do mercado de trabalho, elas não ocupam os mesmos cargos que os homens na Companhia: ainda são poucas as que estão nos principais cargos de chefia ou as que estão nos

³ Pesquisa no Google, disponível em:

caminhões de limpeza, conduzindo o carro ou recolhendo o lixo. Nesse caso, mais uma vez, reafirmando os estereótipos de gênero históricos, como o que diz que mulher é sexo frágil e não exerce trabalhos braçais pesados. Frases como "mulher no volante perigo constante?" ou "lugar de mulher é pilotando fogão" dificilmente fogem à minha mente ao refletir acerca desse cenário.

Nós, enquanto mulheres, somos múltiplas, carregamos diversas características distintas, fazemos parte de subgrupos diferentes, ocupamos espaços variados e, portanto, nossos obstáculos possuem desafios variados — e, por vezes, até opostos. Contudo, alguns fatores nos ligam, nos assemelham e nos compõem enquanto o grande grupo de mulheres. Foi a partir dessas semelhanças e diferenças que o tema em torno das garis ganhou espaço no meu caminho. E à vista disso, considero importante sobrevoar, rapidamente, o momento em que fui atravessada pelos primeiros passos dessa história.

Era 2020, pandemia do Covid-19⁴, novas formas de viver; novas regras para conviver; mortes; doenças; muitos estudos; negacionismos e incontáveis desafios. Um mundo de cabeça para baixo. Um mundo — quase — todo isolado. Escrevo "quase" porque, como sabemos, nem todos tiveram o privilégio de estar a sós, ou somente com os seus, em segurança. No nosso país, houve os que, por limitações oriundas da desigualdade social, não puderam sequer proteger-se em um lar, pois não o tem. Por outro lado, estiveram afastados da segurança do isolamento os que precisavam estar na linha de frente do combate: profissionais da saúde em geral, jornalistas, agentes de segurança, farmacêuticos, operários de supermercado, e, tão importante quanto, os profissionais de limpeza urbana.

Eu havia acabado de retornar para a casa da minha mãe, que morava em um bairro de classe média na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o Recreio dos Bandeirantes. O apartamento ficava no primeiro andar, em uma rua bem silenciosa — mais ainda no período de pandemia — e dispunha de uma varanda extensa, sem dúvidas, a melhor parte da casa. Não à toa, o espaço onde eu escolhia, diariamente, para passar a maior parte do tempo, fosse estudando, trabalhando ou descansando. Em uma dessas manhãs, trabalhando no computador, me chamam a

⁴ A COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde. Ela é definida como uma infecção respiratória aguda, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, com elevada transmissibilidade e de distribuição global. Deixou milhões de pessoas mortas pelo mundo.

atenção vozes femininas dialogando sobre assuntos comuns à mim: cólicas menstruais, relacionamentos amorosos e questões familiares — principalmente, filhos. Eu também carregava diversos questionamentos acerca desses motes e igualmente conversava com minhas amigas sobre, era um ponto de convergência entre mim e elas.

A questão é que o que nos afastava era quase um abismo: o fato de estarmos em ambientes totalmente opostos (fazia um sol de 40 graus no Rio, mas eu estava na sombra com ventilador), vestíamos roupas consideravelmente contrárias (eu trabalhava com top e short, elas: calças, botas, luvas e chapéus), estávamos em "condições fisiológicas" bastante distintas (o banheiro estava a poucos passos de mim, assim como o filtro de água para me refrescar)... Em síntese, muito nos aproximava, mas outro tanto nos afastava.

A mistura de jornalista curiosa, a saudade do contato humano e o interesse pelos temas escutados me fez acompanhá-las com atenção — naquele dia e nos seguintes. Eu já havia reparado nos grupos de garis que passavam ali, mas nenhum havia me chamado tanta atenção quanto aquele, composto majoritariamente por mulheres. Dali, ainda seguindo o instinto da profissão (eu sequer pensava em cursar um mestrado acadêmico), passei a pesquisar mais especificamente sobre as mulheres garis. Não demorou para o incômodo ganhar espaço: havia pouco, muito pouco, sobre elas.

Nas grandes reportagens, nas produções acadêmicas, no audiovisual, nos documentários, projetos fotográficos, escritos... Era pouco e o pouco não me agradava muito. À exceção de dois livros que me atravessaram a trivialidade do dia a dia: "*Homens invisíveis: relatos de humilhação social*" (2004) de Fernando Braga Costa e "*Mulheres garis - relatos de invisibilidade pública e violência simbólica*", de Camila Miranda (2017). As histórias retratadas fascinantemente nessas duas obras, deram origem a um desejo incessante de conhecer, estudar e produzir mais sobre e para essas profissionais. Nas próximas linhas, falaremos mais sobre esses livros que conversam brilhantemente com a Psicologia Social (área de Fernando Costa Braga) e o Direito (profissão exercida por Camila Miranda). Até o final destas páginas, será possível conhecer os caminhos originados a partir desse "pontapé" inicial, em uma manhã de pandemia, na varanda de casa com um encontro que ainda era só imaginação.

Caminhando, então, para a fundamentação teórica que norteou este trabalho, devo ressaltar que iniciei a partir de aspectos históricos macros, como os movimentos feministas — sobretudo no caso brasileiro —; a inserção das mulheres no mercado de trabalho e alguns atravessamentos históricos das desigualdades sociais. A partir disso, caminhei por referenciais mais específicos, me embasando em dados referentes ao panorama brasileiro; analisando números relevantes da própria Comlurb; pensando as implicações dos marcadores sociais, econômicos e culturais no território abordado, além de discutir os conceitos de invisibilidade pública (Costa, 2004) e violência simbólica (Bourdieu, 1990). Estes últimos, conceitos que serão melhor desenvolvidos no primeiro capítulo desta dissertação.

Seguindo esse ensejo, devo ressaltar que fomenta o presente estudo a tentativa de compreender como os eixos que sustentam as relações de poder (frutos da desigualdade social) moldam o imaginário social, sendo esse, capaz de invisibilizar e violentar simbolicamente grupos considerados minoritários. Nesse caso, tendo como foco as mulheres garis. E, para alicerçar todo o estudo, me amparo em um conceito desenvolvido pelo feminismo negro, que analisa as relações a partir da sobreposição de marcadores sociais, com objetivo de alumiar os debates, enfatizando as implicações das interações desses eixos na vida dos grupos sociais. Me refiro à Interseccionalidade, que será nossa fiel companheira nas próximas páginas.

Uma vez que, para compreendermos as intrincadas relações da sociedade contemporânea, precisamos abandonar o uso de lentes monocromáticas e monofocais: não bastaria limitar o presente estudo a análise de preconceitos ligados à profissão de gari ou ao lixo. Parto, então, do princípio de que é imprescindível enxergarmos quem está por trás daqueles uniformes, o que carregam enquanto atrizes/sujeitos/sujeitas sociais e como as organizações de poder — sejam institucionais ou sociais — se relacionam ao longo do tempo com essas mulheres. São características essas que se constituem através de diferentes dimensões, mas, aqui, trataremos com ênfase do território ocupado, questões de gênero, raça e classe social — como será visto no primeiro capítulo desta dissertação.

Sendo assim, em resumo, esta dissertação tem como objetivo geral analisar os processos de invisibilidade pública e violência simbólica a partir do olhar das próprias mulheres garis da Comlurb. Traçando um caminho que desfrute dos ensinamentos da interseccionalidade como ferramenta analítica, busquei, enquanto

objetivos específicos, delinear o perfil dessas mulheres; analisar os efeitos da violência simbólica em suas auto-percepções; refletir sobre como as estruturas de poder moldam fenômenos de desigualdade e segregação dentro do cenário dessas garis em Ipanema, além de pensar o processo de invisibilização vivido (e percebido) por essas profissionais.

Historicamente, a rua não é um lugar destinado para mulheres. Idealmente, estas, para cumprirem seus papéis de cuidar e servir, eram limitadas ao lar e aos espaços privados. A representação socialmente construída é que as ruas pertenciam aos homens, sobretudo os brancos de classes mais altas. Foi somente a partir das conquistas dos movimentos feministas que essa representação passou a ser questionada. A cada vez maior inserção das mulheres no trabalho remunerado fez com que o espaço público passasse a ser um lugar possível para as mulheres — possível, mas longe de um ideal. A rua ainda é um território de campo minado para nós, que vivemos uma luta cotidiana contra os assédios, abusos e as intimidações que tiram de nós a liberdade de ir e vir — há de se enfatizar que para as mulheres que exercem seus ofícios nas ruas, como as garis, os desafios costumam ser ainda maiores.

O território escolhido para este estudo não foge do mesmo recorte: Rio de Janeiro, a cidade onde vivo atualmente, um município de grande porte, com 6.211.223 habitantes e diferentes tipos de variáveis operando intrinsecamente no seu funcionamento diário. Uma cidade moldada pelo encontro entre morro e asfalto⁵, que encara uma costura de cidadania frágil, com altos índices de desigualdades, onde raça e gênero aumentam, historicamente, essas disparidades.

Dentro desse recorte territorial, escolhi o bairro Ipanema, na Zona Sul carioca, como locus para o estudo. Uma região internacionalmente conhecida, senão eternizada pela canção de Tom e Vinícius, *Garota de Ipanema*, lembrada por seus 2,6 km de praia, que se tornaram um cartão postal da cidade. O bairro, que é dividido entre morro (Cantagalo-Pavão-Pavãozinho) e asfalto (ocupado por nobres prédios e comércios), é o ambiente ocupado por transeuntes de universos

⁵ "Morro e asfalto" é um termo utilizado para se referir às comunidades ("morros"), caracterizadas por moradias precárias, com condições sociais mais vulneráveis, e aos bairros da classe média e alta ("asfalto"). Desenvolvido a partir de uma perspectiva geográfica da própria criação das favelas, que ocupavam os morros da cidade desde a sua origem, cria-se um contraponto com os altos prédios e nobres mansões que ocupam o asfalto, parte baixa da cidade.

dicotômicos, onde que a equipe de limpeza urbana da Comlurb trabalha diariamente.

De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), vivem, hoje, em Ipanema cerca de 37⁶ mil pessoas. O bairro está entre os três com a maior concentração de renda do município⁷, sendo a renda per capita da população total do bairro de R\$4.513 (quatro mil, quinhentos e treze reais). Já as favelas que ocupam parte do território, concentram uma renda per capita de R\$336 (trezentos e trinta e seis reais), compondo uma significativa disparidade social na região. Esse cruzamento de realidades me instigou a pensar como se dão as relações tão diversas no cotidiano de quem ali vive e trabalha.

A Comlurb tem como Missão "manter a cidade limpa, fazendo o carioca mais orgulhoso, saudável e feliz" (Rj.Gov- Informações Organizacionais/Estrutura da Comlurb), como afirma o próprio site da empresa⁸. Portanto, o presente estudo busca compreender, nesse recorte territorial, se as profissionais garis também se sentem "orgulhosas, saudáveis e felizes" exercendo suas funções — além de quais fatores estão relacionados às suas percepções. Nesse sentido, a seguir, trago uma reflexão acerca da metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. Início destacando a importância da etnografia, pois ela:

[...] se alia à valorização do trabalho de contato e de abertura de campos de pesquisa que são próprios aos profissionais de intervenção social. Estar interagindo com o universo assistido é um primeiro passo para a construção do conhecimento híbrido." (Alves; Barros, 2008, p.50)

Optei por dividir a abordagem metodológica em três segmentos, visando uma melhor análise dos resultados. No primeiro caso, iniciei uma revisão bibliográfica sobre o tema, buscando estabelecer um embasamento teórico para auxiliar nas etapas seguintes. Para a escolha dessa bibliografia, foram selecionadas autoras e

⁶ A plataforma DATA.Rio, do Instituto Pereira Passos (IPP), está em fase de atualização do site a partir do último censo. De acordo com a pesquisa, no Censo de 2010 a população estimada do bairro era de 42.743, em 2022, o número de habitantes caiu para 37.392. Disponível em: <<https://www.data.rio/apps/0486a2d8fdb241d68395c24e662c48bb/explore>> Último acesso em 20 de setembro de 2024.

⁷ A última pesquisa para estes indicadores foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados do Censo do IBGE de 2010. A pesquisa mostra que em 1o lugar está a Lagoa e em 2o o Leblon, ambos bairros vizinhos à Ipanema. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/r-renda-capita-populacao-total-e-favelas-bairros-rio-de-janeiro>>

⁸ Rj.Gov - Informações Organizacionais > Estrutura da Comlurb. Disponível em: <<https://comlurb.prefeitura.rio>>

autores que analisam tanto questões gerais envolvidas na pesquisa (disparidades no trabalho entre homens e mulheres; caminhos dos feminismos; relações de poder; estratificação social), como também abordagens mais específicas (violência simbólica com garis; o conceito de invisibilidade pública; relações interseccionais, além do território em questão). Para DaMatta (1978), esta fase pode ser denominada de *teórico-intelectual*, sendo ela:

marcada pelo divórcio entre o futuro pesquisador e a tribo, a classe social, o mito, o grupo, a categoria cognitiva, o ritual, o bairro, o sistema de relações sociais e de parentesco, o modo de produção, o sistema político e todos os outros domínios, em sua lista infindável, que certamente fazem parte daquilo que se busca ver, encarar, enxergar, perceber, estudar, classificar, interpretar, explicar, etc... Mas esse divórcio é bom que se diga isso claramente - não diz respeito somente à ignorância do estudante. Ao contrário, ele fala precisamente de um excesso de conhecimento, mas de um conhecer que é teórico, universal e mediatizado não pelo concreto e sobretudo pelo específico, mas pelo abstrato e pelo não vivenciado. (DaMatta, 1978, p.1)

Dando continuidade ao estudo, realizou-se um trabalho de campo, através do método etnográfico, com objetivo de compreender melhor a rotina, a identidade e os aspectos sociais envolvidos, criando uma ponte entre a academia/teoria e a prática do campo/realidade. Esta fase marca o momento "quando a nossa preocupação muda subitamente das teorias mais universais para os problemas mais banalmente concretos." (DaMatta, 1978. p.2)

Para isso, comecei me aproximando do universo investigado e busquei dados e o acesso junto à Comlurb... Parti de um diário de campo, recurso tradicionalmente utilizado em estudos etnográficos, que tem a capacidade de guardar, com maior exatidão do momento, vivências e perspectivas do fenômeno estudado. Nesse sentido,

Consiste, portanto, em um primeiro passo para avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno em seu contexto, captando seu dinamismo e suas relações. Já as anotações de cunho analítico-reflexivo, surgidas da observação dos acontecimentos e dos processos, indicam quais questões devem ser aprofundadas a partir de maiores informações ou indagações, pois se entende que estas reflexões avançam na busca de significados e explicações dos fenômenos apreendidos, tanto na realização de uma pesquisa, como em situações de atendimento no cotidiano da intervenção profissional. As situações de contato entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, ou profissionais e sujeitos demandantes de uma intervenção, configuraram-se como parte integrante do material analítico-reflexivo do diário de campo. (Lima, Mito, Prá. 2007. p.100)

Dentro desse planejamento, busquei acompanhar, durante o período de quatro semanas, o trabalho das garis que limpam as ruas de Ipanema. Com o objetivo de observar a rotina das quatro profissionais envolvidas, visei alternar os

horários das visitas na sede, além de variar os dias da semana. A intenção era conhecer o dia de labor dessas profissionais desde a chegada na sede, à limpeza das ruas, até o fim do expediente — intencionava-se assim, estabelecer relações e perceber, por meio da observação participante⁹, a maneira como se sentem, como são percebidas pelos grupos que transitam na região e como essas relações são transportadas para suas vidas pessoais.

Ainda na segunda etapa, utilizei como recurso a História Oral¹⁰. Por meio de entrevistas semi-estruturadas¹¹, busquei captar as perspectivas dessas trabalhadoras, tendo sempre como base uma postura ética, atenta e crítica aos riscos envolvidos e aos fatores que modelam os imaginários e as relações de poder. Mountain (2017) aponta uma série de fatores que podem influenciar na relação pesquisadora <> nativo¹², sobretudo na compreensão dos efeitos da hierarquia existente e nas posições sociais ocupadas de ambos — incluindo as interseções entre gênero, classe social, raça e idade. Nesse sentido, Mountain (2017) aponta dois aspectos:

(1) a impossibilidade de neutralidade na pesquisa e do(a) pesquisador(a), a qual está sempre situada e (re)produz relações de poder, mesmo que sem a intenção do(a) pesquisador(a) de forma voluntária; (2) a importância da inclusão do "Outro" na pesquisa. (p.463)

A História Oral, enquanto recurso metodológico, é um espaço aberto de possibilidades livres e, sobretudo, subjetivas, memoriais e individuais. Aqui, nos afastamos de referenciais exatos, discursos dominantes e documentos fechados, para dar espaço ao "Outro". Historicamente, esses "Outros" é composto por grupos minorizados — maiorias ditas como minorias — compostos por mulheres, população negra, comunidade LGBTQIAPN+, pobres, idosos, PCDs... Gente que tem voz, mas não é ouvida. Como escreveu Caetano Veloso, "gente lavando roupa, amassando pão, gente pobre arrancando a vida com a mão, no coração da mata, gente quer prosseguir, quer durar, quer crescer, gente quer luzir".¹³ Para compreender essa

⁹ Observação participante consiste em um tipo de coleta de dados realizada através da aproximação da pesquisadora com o grupo de pessoas, com objetivo de observar costumes e hábitos.

¹⁰ Acerca da história oral, ver: Ferreira e Amado (1996) e Alberti (2005).

¹¹ O roteiro de entrevista constitui o Anexo 1 dessa qualificação.

¹² O termo nativo, aqui, refere-se aos sujeitos da pesquisa, às pessoas entrevistadas - nesse caso, as mulheres garis.

¹³ Em 1977, quando a música "Gente" de Caetano Veloso foi lançada, o Brasil vivia sob o período de ditadura militar, ainda no AI-5 e já durante a crise econômica que assolou o país. O cenário do Brasil era trágico. A composição foi relançada no álbum Ofertório de 2018, em um momento político também turbulento. Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44729/> >

gente, Bourdieu (1997) nos aponta uma escuta atenta e não-violenta, pois uma escuta metódica

associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (p. 695).

Através do estudo teórico e das observações sistemáticas do cotidiano, colhi subsídios para desenhar e compreender as atrizes e os cenários onde ocorrem essas relações. Aqui chego na terceira etapa desse percurso, carregando na bagagem o arcabouço teórico e as experiências obtidas em campo, esta é a fase que DaMatta (1978) denomina *plano existencial*.

Enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tomando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que eu a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício. (p.2)

No caminho final desta etapa da pesquisa, segui para a análise interseccional, a qual será problematizada no primeiro capítulo dessa dissertação. Nesse sentido, a partir dos dados qualitativos — entrevistas, documentos e observação participante — dei continuidade para a etapa de organização do material, levantando o que poderia ser relevante ou não.

Em suma, o primeiro capítulo tem como objetivo transitar pelos saberes feministas, discutindo a interseccionalidade como ferramenta crítica – articulando, dessa forma, gênero, raça e classe social — e problematizando a invisibilidade e a violência simbólica enquanto fenômenos mantenedores de desigualdades. Junto a isso, proponho um panorama histórico da inserção das mulheres no mercado de trabalho — o formal e o informal. Este último, tido aqui como invisível, normalmente atrelado ao verbo “cuidar” e historicamente realizado por nós, mulheres.

No segundo capítulo, o objetivo é conhecer o tema: há uma apresentação da Comlurb, um panorama da história da Instituição, seus trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, nesse momento conhecemos o território em questão: o bairro Ipanema e a diversidade ali contida.

Já no terceiro capítulo, podemos acompanhar todo o processo etnográfico introduzido anteriormente. Nele, narrei os desenvolvimentos do trabalho de campo, apresentando as mulheres garis, suas próprias vivências e perspectivas.

A dissertação se conclui com algumas considerações finais. Dentre elas, podemos perceber que os conceitos que regem a pesquisa — violência simbólica e invisibilidade pública — são sim fenômenos que estão presentes na realidade vivida pelas profissionais de limpeza urbana. Contudo, através das próprias garis, o cenário vem ganhando diferentes ângulos e novas conjunturas. São mulheres que resistiram e continuam lutando por seus espaços dentro e fora de seus ofícios. As vivências compartilhadas por elas nos possibilitaram perceber que o trajeto ainda é longo, mas há muito movimento — e onde há movimento, há caminho.

CAPÍTULO I - Violência Simbólica e Invisibilidade Pública - um “passeio” pelo mundo do trabalho, movimentos feministas e interseccionalidade

1.1 Interseccionalidade como ferramenta analítica – enfatizando gênero e raça

(...) a luta para acabar com o racismo e o sexismo eram naturalmente interligadas, separá-las seria o mesmo que negar uma verdade básica de nossa existência: raça e sexo são ambas facetas imutáveis da identidade humana (hooks¹⁴, 2019, p.35).

Construções patriarcais e racistas, desigualdades no mercado de trabalho, submissão estrutural de grupos ditos minoritários — e sua consequente naturalização —, são apenas alguns dos fatores que moldam as relações entre os indivíduos em sociedade. Um complexo emaranhado de relações ramificadas entre raça, gênero, gerações, poder aquisitivo, *status quo*... No campo científico, ambiente privilegiado de conhecimento e troca, formulam-se conceitos na tentativa de compreender tais fenômenos, algo de grande valia para as lutas identitárias. No entanto, é fundamental reiterar que as conceituações formuladas dentro dos altos muros da academia são, na maioria das vezes, construções e resultados de vivências fora dela. Um exemplo disso é a própria bússola que norteia esse trabalho: a interseccionalidade. O conceito surgiu do movimento feminista negro, ganhou forma e, em seguida, rompeu com as sólidas fronteiras da academia, ocupando espaços importantes em debates, artigos, teses e dissertações.

Narvaz e Koller (2006) afirmam ser “possível e necessário que articulemos pesquisa, clínica e política a fim de seguirmos produzindo saberes e práticas comprometidos e implicados, para o que as metodologias feministas têm, em muito, a contribuir” (p. 653). Sendo assim, torna-se de suma importância a aproximação de tais conteúdos à realidade vivida cotidianamente em determinados contextos, para que eles sejam, de fato, capazes de chegar a mais pessoas, tornando-se um debate plural, que vise transformações práticas e efetivas.

Ao falar do conhecimento ativista falamos da necessidade - teórica e politicamente assumida - de articular produção científica e ação coletiva. Alguns pressupostos podem ser elencados a começar pela afirmação que 1) todo conhecimento é situado; ou seja, sempre falamos de algum lugar e a partir desse lugar. 2) e em consequência de nosso primeiro item, não existe a tão propalada objetividade do conhecimento; ou seja, não existe neutralidade no saber que produzimos. Por conta

¹⁴ O nome bell hooks, escolhido em homenagem à sua avó, tem a grafia escrita em letra minúscula como forma de respeito à autora, que adotou essa forma como mecanismo de evidenciar a importância dos seus escritos e não de sua figura.

disso, 3) acreditamos no compromisso social com esse saber (Medeiros; Freitas, 2021, p. 89).

Ou seja, é necessário "aproximar a ciência das pessoas e, obviamente, torná-la mais útil a todos/as" (Santos, 2006, p. 106).

Trata-se, portanto, de um saber comprometido com a individualidade, com a história de cada um, um saber democrático, amplo e que fuja do perigo de uma história única. Nesse sentido, concordo com Medeiros e Freitas (2021) quando as autoras afirmam que "a epistemologia feminista, em nosso entender, deve ser compreendida como um saber e uma prática ativista, preocupada com a construção de um saber comprometido com a realidade e as lutas de diferentes mulheres (p.90)."

Para um mergulho mais profundo no conceito de Interseccionalidade, sugiro que, antes, nademos por correntes que nos conduzam à definição de dois conceitos primordiais no debate: gênero e raça. Nós nascemos e crescemos inundados por construções sociais dicotômicas. No geral, funciona assim: meninas usam rosa, meninos, azul; meninas brincam de boneca, meninos, carrinho; as pequenas devem fazer ballet, enquanto eles, futebol; "namoradinhas" caem bem para os meninos, mas, para elas, só mais "mocinhas"; meninas cruzam as pernas e falam doce, eles têm liberdade para ficar à vontade, no máximo vão ser "meninos levados". Os pais traçam o que seria julgado como uma educação correta, buscando um perfil de criança impecável. Acontece que a linguagem e a roupagem impostas na infância, historicamente, reproduzem preconceitos enraizados em nossa cultura: o machismo, a homofobia, o racismo. E é nesse caminho que o conceito de gênero se desenvolveu, a partir dos movimentos feministas. Vejamos.

As gerações do feminismo¹⁵ tiveram seus movimentos pautados por diferentes motes ao longo da história, e da região onde estavam se desenvolvendo. De maneira geral, a primeira onda¹⁶ representou o surgimento do movimento, que nasceu de uma luta liberal de busca por igualdade de direitos civis, políticos e

¹⁵ As gerações (ondas ou fases) do feminismo, apesar das definições datadas, não devem ser compreendidas de maneira linear. É evidente que as propostas e lutas foram reivindicadas em diferentes momentos, elas coexistiram - e coexistem até hoje, visto que diversas pautas do feminismo nos tempos modernos estão em questão desde o início do movimento.

¹⁶ É importante enfatizar que, antes das "ondas" que marcam tempos na trajetória do movimento feminista, já existiam mulheres e movimentações, mas que, até então, não eram um movimento organizado.

educativos — o movimento sufragista está atrelado a esse período.¹⁷ Na segunda fase, entre as décadas de 1960/1970, no geral o movimento buscava igualdade, e tinha especificidades de acordo com a região e o contexto. Nos primeiros anos da década de 1990, na terceira onda que, por hora, nos interessa focar, as propostas concentravam-se nas diferenças e na diversidade; então os estudos sobre os sexos perderam lugar para as reflexões acerca das relações de gênero¹⁸ (Narvas; Koller, 2006).

O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (Louro, 1995; Machado, 1992; Scott, 1986; Toscano & Goldenberg, 1992 Apud Narvaz; Koller, 2006, p.649).

Anterior a essa geração, o conceito de gênero era associado a partir do sexo enquanto categoria natural, ou seja: biológica, binária e hierárquica. Como se houvesse uma única forma, já pré-estabelecida, de ser homem e ser mulher. Em um movimento contra-corrente, nesse período as feministas passaram a problematizar e interpretar o gênero enquanto uma categoria relacional e política, que parte de um processo individual e subjetivo e é constituído por atos contínuos que nos formam enquanto indivíduos. Em outros termos, gênero é uma criação, uma construção social. (Narvas; Koller, 2006)

Esse momento marca, também, uma importante crítica do movimento feminista negro, para a complexificação dos feminismos (diferentes vertentes do movimento) e o fortalecimento de um olhar interseccional para as causas. As feministas negras propunham o uso da interseccionalidade como uma ferramenta teórica e política. O que nos leva a pensar em outro conceito essencial para refletirmos a priori: raça.

¹⁷ "As Sufragistas", filme de 2015, com direção de Sarah Gavron, representa bem a grandiosidade desse movimento na época. A obra revela, angustiantemente, a luta das mulheres britânicas pelo sufrágio (direito ao voto), que reverberou em diversos países do mundo.

¹⁸ Embora haja críticas por parte de algumas pesquisadoras a respeito dessas divisões entre as ondas dos feminismos, há uma certa concordância de que atualmente, no século XXI, estamos vivendo a quarta onda. Uma fase marcada pelo ativismo cibernético (via internet), impulsionador de uma massificação do debate. Para Perez e Ricoldi (2019), destacam-se como principais características a desinstitucionalização; horizontalidade; organização de grupos coletivos; o caráter interseccional, entre outras.

Há um enorme arcabouço teórico que aborda o tema com a profundidade e a complexidade que o conceito requer. Entretanto, aqui estamos propondo um nado não tão profundo por essas águas, visto que o termo é apenas um braço desta pesquisa¹⁹, assim como o de classe e território. Se recorremos ao dicionário, raça costuma vir definida com uma série de possibilidades. No Michaelis, uma conhecida linha de dicionário brasileiro da língua portuguesa, destacamos, dentre o amplo campo semântico de 11 exemplificações, as seguintes:

1 Divisão dos vários grupos humanos, diferenciados uns dos outros por caracteres físicos hereditários, tais como a cor da pele, o formato do crânio, as feições, o tipo de cabelo etc., embora haja variações de indivíduo para indivíduo dentro do mesmo grupo. [A noção de raça é bastante discutível, pois deve-se considerar com mais relevância a proximidade cultural do que o aspecto racial.]: “Não seja preconceituoso. Raça é uma só: a raça humana! [...] A raça humana se divide, meu senhor, em etnias: a etnia negra, a etnia branca e a etnia amarela etc.” (Z1).

2 Conjunto de indivíduos que pertencem a cada um dos grupos humanos, descendentes de uma família, de uma tribo ou de um povo, originário de um tronco comum.

3 O conjunto de todos os seres humanos; a espécie humana, a humanidade: “É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais [...] esperança na felicidade da raça” (LB2).²⁰

Entre essas e as outras definições, a maioria tem em comum a noção de semelhança de um determinado indivíduo com o grupo ao qual ele está ligado — semelhança essa que se apresenta por diferentes formas. No Brasil e no mundo, o conceito de raça, assim como outras conceituações, vem tendo transformações ao longo do tempo. De acordo com Munanga (2004)²¹, no começo ele surgiu como uma forma de classificação botânica e de animais e, em seguida, no Latim Medieval, passou a representar as linhagens para identificar as classes sociais. Mais adiante, na França, o termo estava vinculado às relações que se estabeleciam nas classes sociais na época (os nobres e os plebeus). No século XV, com as descobertas de novos territórios e populações, as diferenças humanas dão espaço para a definição de três raças: negros, brancos e amarelos, a partir de um viés religioso, que comandava o mundo à época. Já no período no Iluminismo, no século XVIII, onde a

¹⁹ Para um aprofundamento acerca do conceito de raça ver: Djamila Ribeiro (2019); Angela Davis (2016); bell hooks (1981; 2000; 2018); Achille Mbembe (2018); Lélia Gonzales (1984); Chimamanda Ngozi Adichie (2019); Kimberlé Crenshaw (2002).

²⁰ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/raça/>> Último acesso em: 10 de agosto de 2023.

²¹ Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275201/mod_resource/content/1/Uma-abordagem-conceitu-al-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Último acesso em: 15 de novembro de 2023.

racionalidade ganhou espaço, as ciências sociais comandam as reflexões, trazendo à tona a ideia de hierarquização das diferenças — obviamente, colocando o homem branco no topo.

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial. Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação (Munanga 2004, p.5)

O autor propõe que observemos mais o que o conceito traz sobre a diversidade humana, e não somente observar e estabelecer as tipologias referentes ao termo. Até porque, há estudiosos no campo sociológico e genético que sequer aprovam a utilização do conceito para os seres humanos²². No universo acadêmico, há, majoritariamente, o uso de raça para a construção da crítica sobre a categoria privilegiada hierarquicamente. Sobre isso, Bento (2022) resume que

trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os "outros" racializados, os considerados "grupos étnicos" ou os "movimentos identitários" para o centro, onde foi colocado o branco, o "universal", e a partir de onde se construiu a noção de "raça" (p. 15).

O que nos leva a pensar em um fenômeno extremo em nosso país, que é oriundo desse conceito e incide em todas as relações humanas: o racismo. A inferiorização do outro (incluem-se aqui, todas as minorias racializadas) reflete nas mais diversas formas de perversidade humana, e está presente em todas as esferas da vida. No nosso país, arrisco dizer que praticamente todas as desigualdades, situações de vulnerabilidade e injustiça social, estão intimamente atreladas ao racismo — seja ele estrutural, religioso, institucional, ambiental... Esse é um tema que voltaremos mais adiante e, ainda que indiretamente, nos acompanhará durante

²² Há um vasto consenso entre pesquisadores da antropologia e cientistas da genética de que, da perspectiva biológica, diferenciar raças humanas não é possível. Pois se pensarmos, por exemplo, na questão da cor, dentro dos 25 mil genomas que compõem o nosso corpo, esse é apenas um número ínfimo - que não chega a 1% do genoma humano, não sendo categórico para haver essa distinção.

todo o percurso desse estudo. Mas fiquemos, desde já, com a pulga atrás da orelha de saber que falamos de/sobre um Brasil onde a maior parte da população acredita haver racismo, mas pouquíssimos se declaram racistas. Uma conta que não fecha.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 1984, p. 226)

Seguindo esse rio, tendo refletido acerca desses dois conceitos que nos acompanharão até o fim da pesquisa, passemos para a próxima etapa proposta: um mergulho no conceito de Interseccionalidade. Originalmente, como já foi citado, o conceito é oriundo do Movimento Feminista Negro, pensado por mulheres que não tinham suas pautas reconhecidas no feminismo liberal e branco, tampouco na luta racial dos homens negros — se enxergavam diante de um jogo de quebra-cabeças em relação às suas necessidades.

Cada um dos movimentos sociais, à época,

privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam (Collins; Bilge, 2020, p.17).

Ou seja, de um lado encontravam um movimento de gênero segregacional e, no outro, enfrentavam o sexismo provindo de uma sociedade historicamente patriarcal. Sem o reconhecimento nessas lutas, as mulheres negras se articularam em prol de um movimento que pautasse suas histórias, seus objetivos e intersecções entre opressões de raça, sexualidade, gênero e classe. (Carneiro, 2003; hooks, 2015; Gonzales, 2011; Lorde, 2019; Collins; Bilge, 2020).

Assim como o conflito do século XIX entre o sufrágio do homem negro versus o sufrágio da mulher colocou mulheres negras em situação difícil, mulheres negras contemporâneas sentiam que pediam a elas para escolherem entre um movimento negro que servia essencialmente aos interesses de patriarcas negros e um movimento de mulheres que servia essencialmente aos interesses de mulheres brancas racistas. (hooks, 2019, p.29)

Em sociedades amplamente marcadas pela diversidade, como a nossa, a perspectiva interseccional propõe uma lente capaz de compreender como as estruturas de poder influenciam nas relações sociais, nas vivências cotidianas e individuais. Dessa forma, a ferramenta se torna um meio para propor estratégias de equidade e justiça. Acredita-se que eixos de raça, classe, gênero, capacidade, território, faixa etária, orientação sexual, entre outros, estão a todo momento relacionados e sobrepondo-se. Lembro que, no caso do presente estudo, houve um direcionamento para os marcadores de raça, gênero, classe e territorialidade.

A interseccionalidade é um conceito muito difuso entre academia, militância, ativismo, escolas, ambientes de política pública, assistência social, famílias... E, à vista disso, por adentrar tantos meios, sobretudo nas últimas duas décadas, os significados vão se diversificando, ganhando novas descrições e, por vezes, até contraditórias (Collins; Bilge, 2020). De forma mais genérica, há um consenso quando se define que

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p.16).

Apesar dessa ser uma definição “base” do que pode ser compreendido como Interseccionalidade, pode-se afirmar que há nela uma heterogeneidade, tanto no entendimento, quanto no uso do termo. E, para além, vale ressaltar que a sua utilização enquanto ferramenta analítica (como proposto no presente estudo), tem como objetivo não somente compreender como as estruturas são moldadas e mantidas, mas, também a partir de uma perspectiva política, perceber quando movimentos feministas e movimentos antirracistas deixam fora da pauta questões de outros grupos oprimidos — como é o caso de mulheres pretas e grupos LGBTQIAPN+.

A pesquisadora Winnie Bueno resume, no livro Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade como

uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são constructos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.²³

Plainando pelo desenvolvimento do conceito, pode-se citar como um marco desse movimento a atuação da pensadora norte-americana Kimberlé Crenshaw. Já na década de 80, a teórica feminista negra, a partir de discussões preexistentes, sistematizou o conceito, com o objetivo direto de enfrentamento das desigualdades que ela mesmo sofria. Crenshaw pretendia desenvolver uma estrutura para identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, a fim de compreender como elas operam juntas, além de reiterar a necessidade da sociedade empreender esforços para por abaixo tais barreiras. É a busca por uma abordagem das diferenças dentro da diferença. (Crenshaw, 2004)

Precisamos desagregar os dados de raça e gênero e ter certeza de que sabemos diferenciar o que está acontecendo em função de questões raciais e em função de questões de gênero. Precisamos identificar especialistas, no nível mais local e básico. Identificar pessoas que efetivamente trabalham com mulheres negras e em prol das mulheres, e que compreendem as influências que afetam suas vidas. Só assim a discriminação interseccional deixará de ser uma causa de desproteção para as mulheres. Só assim as discriminações racial e de gênero serão mais corretamente redirecionadas com o objetivo de garantir soluções mais eficazes. A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas. (Crenshaw, 2002, p.16)

Kimberlé Crenshaw²⁴ apresenta duas formas de manifestação da invisibilidade interseccional: a subinclusão e super inclusão. A "subinclusão" ocorre quando há um problema que é claramente de gênero e que não é incluído na agenda geral de gênero por afetar apenas um subgrupo de mulheres" (Crenshaw, 2004, p. 14). Já a super inclusão, ocorre quando o eixo gênero é interpretado como o único marcador possível para interpretar a situação em que as mulheres estão inseridas na sociedade. Nesse caso, eixos de dominação são desconsiderados, parte-se de uma ideia de universalidade.

Em resumo, como afirmam Collins e Bilge (2020) , me interesse por pensar na interseccionalidade como um mar aberto de navegação difícil e complexa. Ela está por todos os lados, esquecida por uns, desacreditada por outros, mas, sempre

²³ O trecho citado foi escrito por Winnie Bueno e retirado da primeira orelha do livro "Interseccionalidade" (2020), de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge.

²⁴ Kimberlé Crenshaw é defensora dos direitos civis norte-americanos e uma importante pesquisadora e ativista das questões de gênero e raça. Contribuiu vastamente para o desenvolvimento e a disseminação da Interseccionalidade - dentro e fora das Universidades.

lá: moldando as relações e, quando percebida, incomodando as estruturas de poder. É nesse sentido, que daremos continuidade ao presente trabalho refletindo, depois de discutir gênero e raça, acerca de uma outra noção essencial na equação da interseccionalidade: a classe social. E, para isso, aprofundaremos a dimensão do trabalho.

1.2 Notas sobre o mundo do trabalho – pensando classe a partir de uma perspectiva feminista

1.2.1 Um breve panorama histórico

Estavam diante de um caminho alagado. Sob a superfície da água, não era possível ver nada que não fosse o céu azul. Ainda assim, o próximo passo trazia a possibilidade dos abismos. Mas alguma música já se podia ouvir. (Madeira, 2021, p.206)

Grifado no romance “Tudo é Rio”, de Carla Madeira, o trecho acima encerra uma história de amor e dor em uma narrativa forte e realista. Entre mulheres com liberdades reprimidas, desejos e desafios do universo feminino, seguimos no fluxo de um rio que por vezes nos conduz boiando e, em outros momentos, nos obriga a nadar contra a correnteza e até perder o ar. A história da construção de vida das mulheres em sociedade, nos mais diversos contextos, me fez pensar nessa metáfora: estamos sempre diante de um caminho alagado — em um mundo que teima em se apresentar misógeno e patriarcal em cada curva — e, ao olhar para o céu, sabemos que nossa única alternativa é ainda lutar, mesmo que a próxima braçada nos leve a mais um abismo. Ocorre que, depois de tanta peleja, “alguma música já se podia ouvir” e, por mais que tentem impedir, essas vozes sempre ecoam para os rios afluentes.

Analisar a (re)construção do papel da mulher na sociedade, é necessário para compreender o atual cenário e muito do que lutamos para superar. Foram muitas gerações nadando contra a corrente, para que hoje, nós mulheres, tivéssemos a oportunidade de cruzar tantos caminhos para chegar na tão almejada emancipação — que ainda não é completa. É nesse sentido que considero importante, ainda que brevemente, destinar um espaço da pesquisa ao conhecimento do tema “trabalho”, no sentido histórico, particularmente no que diz respeito ao conceito quando vinculado às questões de gênero, costurados a partir de uma perspectiva interseccional. Em uma sociedade capitalista como a brasileira,

não há como fugir: o trabalho ocupa lugar central na vida das pessoas, como afirmou Antunes (2009, p.101) somos a “classe-que-vive-do-trabalho”. A questão é que ele — e a ausência dele — operam de maneiras distintas na vida de cada grupo social, e a origem dessa diferença será um dos focos principais deste item.

Por que homens brancos são maioria nos altos cargos? Ainda há disparidades salariais entre homens e mulheres, mesmo estando implícito na lei a obrigatoriedade de pagamentos iguais para ambos os gêneros?²⁵ Qual o perfil de quem ocupa os empregos de baixa qualificação? E quem ocupa o exército do desemprego no país? Por que? Essas são apenas algumas das reflexões propostas nas próximas linhas que, inevitavelmente, nos levarão a muitas outras. Aqui, não pretendo abarcar todo o tema, pois há um universo de autores que desenvolvem brilhantemente esse mote há tempos, além do espaço nesse estudo ser limitado. Contudo, sugiro que plainemos por alguns dados referentes à trajetória do trabalho a partir de uma ótica mais ampla, visando um conhecimento macro do assunto, para que possamos desenvolver observações críticas à atual conjuntura.

Segundo a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.²⁶

Este conceito foi formalizado em 1999 pela OIT, entretanto, antes disso muita história já vinha sendo escrita a duras penas e contornada por muitas fragilidades. Se fizermos um breve voo pelo panorama histórico da construção de trabalho a partir de uma perspectiva feminista, podemos ter como ponto de partida a Revolução Industrial. Até esse período, de maneira geral, já havia uma divisão de

²⁵ Trataremos mais adiante das condições da mulher no mercado de trabalho. No entanto, julgo importante enfatizar, desde já, que a Lei n 14.611, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 03 de julho de 2023, reforça a necessidade da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres. Em casos onde a lei não é cumprida, as empresas estão sob pena de multa administrativa cujo valor corresponde a até 3% da folha de pagamento (até o máximo de 100 salários mínimos), além de multas por práticas discriminatórias. As empresas privadas com menos de 100 empregados não são obrigadas a apresentar o Relatório de Transparência Salarial, mas também estão sujeitas às sanções. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/cartilha-tira-duvidas-sobre-a-lei-de-igualdade-salarial-e-de-criterios-remuneratorios-entre-mulheres-e-homens/Cartilha_IgualdadeSalarial.pdf> Último acesso em 26 ago. 2024.

²⁶ Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>> Último acesso em: 24 de março de 2024.

tarefas entre os indivíduos: os homens ocupavam o domínio público, sendo provedores (exercendo tarefas remuneradas) enquanto as mulheres se restringiam à vida privada, cumprindo afazeres reprodutivos (e não remunerados)²⁷. No século XVIII, com a Revolução, houve a inserção em massa do operariado fabril e as mulheres passaram a assumir o papel da força de trabalho, tal qual já acontecia com os homens. O advento das máquinas, criadas para render ao máximo a todo momento, sem tempo para descanso, necessitava mais mão de obra, pois quanto mais braços em movimento operando aqueles grandes instrumentos, mais produção haveria.

Toledo (2017) destaca três pontos em relação a esse período, e considero importante trazê-los ao debate. O primeiro é o fato da mulher só ter tido a oportunidade de ir para o mercado quando a máquina passou a dispensar a força bruta (reforçando o estereótipo “sexo frágil” e força inferior até hoje destinado a nós); o segundo ressalta a chegada da máquina e das mulheres como o grande diferencial da indústria moderna para a manufatura — quando, na verdade, essa “novidade” não foi tão “empática” assim; o terceiro e último ponto, enfatiza que a mão de obra feminina, que aumentou o rendimento do capital, fez com que o nível salarial baixasse para a classe trabalhadora em geral.

No entanto, concordo com Toledo (2017) quando a autora questiona o fato da fragilidade ser algo totalmente imposto pela cultura burguesa, já que trabalhos pesados sempre estiveram atrelados às mulheres (cuidar dos animais, limpeza da casa, carregar os filhos..). E, para além, pensar a inserção da mulher nesse mercado de trabalho como algum interesse em trazer liberdade e independência para as mesmas é uma visão equivocada, visto que elas foram demandadas não somente pela questão da força muscular, mas, principalmente, porque as máquinas exigiam número maior de pessoas trabalhando, não houve saída senão recorrer ao exército industrial de reserva.²⁸

(...) o capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre os trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. Como lembra Marx, embora,

²⁷ Afirmo “de maneira geral”, pois não podemos deixar de fora da pauta o fato das mulheres, especialmente as mulheres negras e pobres, sempre trabalharem e ocuparam as ruas. Sobretudo e principalmente, as mulheres escravizadas e ex-escravizadas no país. O que a modernidade traz é uma representação cada vez mais forte dessa dicotomia público e privado, ainda que mais a nível ideal do que real.

²⁸ Exército Industrial de Reserva é um conceito criado por Karl Marx, que se refere à força de trabalho que excede as necessidades da produção, os trabalhadores que não são diretamente vinculados ao processo do capital, mas, ainda assim, têm papel importante na acumulação capitalista.

teoricamente, o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática, a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca. Isso se deve a diversas causas. Entre elas, o maior treinamento, a idade e o sexo. (Toledo, 2017, p.55)

Nesse processo, as mulheres deixaram de ocupar — apenas — o lugar doméstico e maternal, para se tornarem reféns do capital, enquanto se transformavam em força de trabalho (e muitas vezes seus filhos também fizeram parte dessa transformação, tendo suas infâncias interrompidas).²⁹

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. (Rago, 1985, p.63)

E a autora completa,

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, "vigilante do lar", o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade. (Rago, 1985, p.64)

Esse fenômeno foi tornando a família inteira operária e mão de obra do capital, o que desvaloriza a força de trabalho — já que ela era distribuída entre toda a família. Com a falta de uma pessoa para cumprir certas funções domésticas, os gastos da família acabaram aumentando, pois era necessário comprar mercadorias prontas e contratar pessoas para realizarem as tarefas domiciliares — as que a mulher não conseguia cumprir na dupla jornada de trabalho.

Assim, apesar de ter sido confiscada pelo capital para ir à fábrica, a mulher não foi libertada da escravidão do trabalho doméstico. O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu, assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, já que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa. Ela é um ser único, que exerce essas duas funções sociais. (Toledo, 2017, p.53)

²⁹ É importante ressaltar que esse período foi marcado por índices de mortalidade materna e infantil altíssimos. Filmes como "Germinal" (1993) baseado no romance de Émile Zola, retratam, com detalhes, os desafios das famílias durante esse período de tantas transformações.

Dando um salto para tempos mais recentes, considerando que o sistema foi ganhando novas formas — mas seguindo a mesma ideologia —, onde a tecnologia já estava mais desenvolvida, as mulheres continuaram buscando espaços no mercado e, aos poucos, encontrando brechas. As pautas de gênero passaram a ser debatidas, inseridas no meio acadêmico, no ambiente político, os movimentos foram se consolidando e o corpo da mulher passou a ganhar mais espaço no ambiente público. Contraditoriamente, o problema de gênero e classe não foi minimizado. O capitalismo seguiu aproveitando das diferenças de gênero, das hierarquias estruturais e se nutriu de um modo de produção que já nasceu em terreno frágil, extremamente desigual e em decadência social. No âmbito racial, a escritora estadunidense bell hooks (2019) aponta,

Branco racista se recusava a dar emprego para homens negros, enquanto mulheres negras conseguiam encontrar trabalho doméstico. Pessoas brancas e negras interpretavam o emprego de mulheres negras pelos brancos, em serviços domésticos, enquanto recusavam oferecer emprego para homens negros, como indicação de que favoreciam mulheres negras mais do que homens negros. Esse pensamento ignora o fato evidente de que empregos domésticos (empregadas, governantas, lavadeiras) não eram considerados trabalhos "de verdade" ou emprego significativo. Pessoas brancas não enxergavam que mulheres negras em prestações de serviço estivessem realizando um trabalho significativo, que merecia recompensa econômica adequada. Viam a prestação de serviços domésticos por mulheres negras como mera extensão do papel "natural" da mulher e consideravam que esses trabalhos não tinham valor. (p.151)

Em um contexto mais contemporâneo, de globalização da economia e neoliberalismo, que assolou o mundo nas décadas de 1960/1970, a dupla condição de trabalho da mulher foi ainda agravada (Toledo, 2017). Se considerarmos que estamos falando de fenômenos que já nasceram em uma situação de crise do capitalismo, é quase imediato associar tal momento à superexploração da classe trabalhadora e às piores condições da população oprimida, sobretudo de países periféricos e do sul global, como é o caso do terreno em questão neste estudo.

A observação desse período mais atual me faz retornar às reflexões propostas por bell hooks (1981, 2000, 2018). Se pensarmos em um recorte de raça e classe, nesse grande baú do gênero o qual estamos mergulhando, o cenário é ainda mais extremado. Apesar de hooks analisar o cenário na América do Norte, as considerações se encaixam perfeitamente no nosso contexto. Vejamos: nas décadas de 1960/1970, as mulheres de classe média e alta, brancas e ocidentais estavam cada vez mais estimuladas a encontrarem seus espaços na sociedade, o que significava assumir postos no mercado de trabalho, ocupando um lugar na vida

social pública. Grandes movimentos surgiram, e ganharam força mundo afora. Aos poucos, conquistados tais objetivos, uma segunda etapa haveria de ser superada: com quem ficariam os filhos dessas mulheres?! E aí, precisamos transitar para um outro degrau dessa pirâmide, a base, até hoje ocupada majoritariamente pelas mulheres pobres e negras.

Se por um lado, percebe-se a inserção de um grupo de mulheres no mercado de trabalho que é, sim, uma enorme conquista, por outro, nota-se um padrão destinado às mulheres oprimidas: funções consideradas de pouca qualificação; baixos salários; sem perspectivas de crescimento e exercendo funções destinadas, historicamente, à elas — de cuidar e servir ao lar, ainda que esse seja de uma outra família. Essas estão apenas buscando trabalhos para ajudar a situação de pobreza que vivem suas famílias (as da classe trabalhadora), são mulheres forçadas a ocupar esses papéis, não parte de uma escolha e emancipação.

Essas mulheres acabam trabalhando de 18 a 20 horas por dia, cuidando primeiramente de suas famílias e, depois, das famílias e necessidades das patroas. É isso que eu chamo de subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça. (Crenshaw, 2002, p. 14)

Paralelamente, as mulheres que passam a ocupar cargos no mercado de trabalho e se afastam do cuidado com o lar, não encontram muitas perspectivas de crescimento, os salários são limitados e uma série de diferenças e limitações conduzem seus serviços.

É uma visão mecânica achar que o aumento da atividade feminina significou um avanço na emancipação de amplas camadas de mulheres. Pelo contrário, nas circunstâncias atuais, se convertem em reforço dos papéis tradicionais. Apesar de a mulher trabalhar tanto quanto o homem, é ele quem continua definindo o rumo da família. (Toledo, 2017, p.57)

A crença de que o salário da mulher deveria ser apenas para completar o do homem ainda era muito presente. Assim como os preceitos de que eram intelectualmente limitadas, incapazes de exercer trabalhos braçais e que o melhor papel destinado a elas ainda era de reprodução, nos limites da vida privada e cuidados com o lar.

Com as mudanças nas décadas seguintes, o crescimento do capital multinacional e as mudanças no mercado, dinamizaram-se o setor de serviços, intensificaram o trabalho em tempo parcial, a busca por força de trabalho barata, mais jovem e com poucas experiências. Não por acaso, esses fatores estão mais

atrelados à figura da mulher, o que reafirma o fato das próprias questões histórico-culturais estarem à serviço do capital.

Com o tempo, as relações de produção foram sendo moldadas e as desigualdades entre homens e mulheres (especialmente para as negras) reforçando o mesmo panorama: mulheres ocupando o contingente de mão de obra precário não qualificado, e homens tendo o incentivo para se qualificarem e ocuparem cargos fixos com maior retorno financeiro — principalmente o homem branco, demonstrando a persistência da questão racial que não pode ser colocada em segundo plano. A lógica é a mesma, ela apenas foi sofrendo adaptações frente aos movimentos feministas e às crises do capital, geradas pelo próprio funcionamento do mesmo — fadado ao fracasso desde seus primeiros feitos. Capitalismo, trabalho, meios de produção, sexo, gênero e raça são eixos que se sobrepõem a todo instante e constroem caminhos sem nenhuma linearidade.

1.2.1.1 O cenário contemporâneo

Os indicadores refletem o padrão estrutural de desigualdade do país. Seja por recortes territoriais, de gênero, sexo, idade, classe, raça ou etnia, os números são capazes de retratar a realidade a partir de uma perspectiva quantitativa, e auxiliar no tocante às novas narrativas de futuro. Para expor, brevemente, o contexto brasileiro do mercado de trabalho, sob uma perspectiva interseccional, selecionei alguns dados que julgo elementares para o debate. Consideremos, então, que 48,9% dos brasileiros são homens e 51,1% são mulheres, com as mulheres negras representando cerca de 23% do conjunto geral de habitantes do Brasil.

A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade, está o trabalho, porque sua situação está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho. (Toledo, 2017, p.56)

Tudo, quando se fala da mulher enquanto ser político, requer intersecção. Portanto, usemos os dados apresentados como ponto de partida para uma análise do cenário contemporâneo do trabalho, a partir de uma ótica feminista. Relembrando que esses dados se sobrepõem a todo momento, a partir de eixos sociais, como idade, sexo, gênero, raça, classe e região.

Os primórdios da Divisão Sexual do Trabalho antecedem, inclusive, a formação do próprio sistema capitalista. Biologicamente, bastava saber se o

indivíduo nasceria homem ou mulher e os caminhos já eram pré-estabelecidos, pois as habilidades eram culturalmente condicionadas ao sexo. Dessa forma, como já exemplificado no texto, homens realizavam tarefas "X" e mulheres "Y", em uma espécie de ambiente dicotômico. Hoje, as mulheres exercem ambos os trabalhos — em esfera pública e privada, ou, trabalho produtor e reprodutor. O que significa dizer que nós, mulheres, estamos inseridas no mercado de trabalho, mas ainda não deixamos de cumprir as tarefas domiciliares (e nem dividimos), o que configura uma acúmulo de afazeres e a realização de trabalho não remunerado — também conhecido como dupla ou tripla jornadas de trabalho.

(...) ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (Antunes, 1999, p. 108-109).

Atualmente, mesmo em situações ocupacionais iguais às dos homens, as mulheres dedicam bem mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)³⁰, antes da pandemia, em 2019, as mulheres dedicavam, em média, 21,6 horas semanais para afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas. Entre os homens, a média era de 11 horas por semana — uma diferença de 10,6 horas. Em 2022, no cenário pós pandêmico, essa diferença caiu para 9,6 horas, um pequeno avanço.

Nesse contexto mais recente, as mulheres brancas dedicavam 20,4 horas semanais e as mulheres negras 22 horas semanais com os afazeres domésticos e de cuidados, enquanto os homens brancos e negros comprometiam a metade disso, 11,7 horas semanais³¹. A realização das tarefas domésticas pelos homens só se equipara à observada entre as mulheres quando o homem vive sozinho — diferença que não foi constatada entre as mulheres, ou seja, não importa se a mulher mora ou não sozinha, a maior parte sempre realiza as tarefas domésticas.

³⁰

Disponível

em:

<[³¹ A taxa de realização de tarefas domésticas realizadas pelas mulheres pretas é de 92,7% - número considerado maior do que o das mulheres brancas \(90,5%\) e pardas \(91,9%\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,7%20horas%20para%20os%20homens.> Último acesso em: 26 de agosto de 2024.</p></div><div data-bbox=)

No quesito cuidar, as mulheres também saem na frente: 34,9% se dedicam aos trabalhos não remunerados de cuidado com o outro, enquanto os homens 23,3%. Se direcionarmos o olhar para as mulheres autodeclaradas negras, as mulheres pardas são 38% e as pretas 36,1% na realização de tais cuidados, e com as mulheres brancas essa taxa cai para 31,5%.³²

É necessário ressaltar que essa jornada invisível do cuidado impede o desenvolvimento pessoal das mulheres. Se, por um lado, há uma série de limitações no âmbito do mercado que impedem, de fato, o progresso profissional, como dificuldades para ascensão de carreira e cobrança por decisões familiares — ter filhos ou não —, por outro, há uma demanda do dito "ambiente privado" excessiva, exaustiva e desequilibrada. Isso quando o peso e a cobrança desse cuidado não impedem que a própria mulher busque um trabalho remunerado fora de casa, porque não sobra tempo — para estudos, trabalho, cursos profissionalizantes, fora questões relacionadas ao lazer e a saúde. Principalmente nas classes sociais mais vulnerabilizadas, as mulheres deixam de procurar empregos porque não tem com quem deixar os filhos, precisam cuidar de parentes e organizar a casa, já que não podem terceirizar esses serviços. É um ciclo de reprodução da desigualdade que se repete, sobretudo entre mulheres periféricas, de zonas rurais, negras e pobres.

Os índices de desemprego assolam o país ano a ano, sendo eles reflexo direto das crises. Em 2023, a taxa de desocupação³³ de mulheres e negros terminou acima da média. O desemprego entre as mulheres é 53,3% maior do que o dos homens, se compararmos com o primeiro trimestre de 2012, quando a pesquisa iniciou, a diferença era de 69,4%. Nota-se pouca diferença para mais de 10 anos. Pelo prisma racial, nessa mesma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁴, a população branca apresentou uma taxa de desemprego de 5,9%, enquanto as de pretos 8,9% e pardos 8,5% superaram a

³² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/11/homens-participam-mais-das-tarefas-domesticas-mas-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-deles.ghtml> Último acesso em: 26 de agosto de 2024.

³³ A Pnad Contínua é realizada trimestralmente. O IBGE coleta dados para a Pnad em 211 domicílios de 3.464 municípios em todos os estados e no Distrito Federal. Cerca de dois mil entrevistadores trabalham na pesquisa.

³⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/desemprego-de-mulheres-e-negros-termina-2023-acima-da-media-nacional#:~:text=Desemprego%20de%20mulheres%20e%20negros%20termina%202023%20acima%20da%20m%C3%A9dia%20nacional.-Trabalhador%20com%20ensino&text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20de,a%20dos%20homens%2C%206%25.>> Último acesso em: 21 de março de 2024.

média nacional. No início da série histórica, a taxa dos brancos era de 6,7%, a dos pretos 9,7%, e a dos pardos 9,2%, ou seja, praticamente igual à de hoje. Um cenário em que

(...)para as mulheres negras atingirem os mesmo níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancas significa experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. (Carneiro, 2003, p.119)

É importante abrir um parênteses para lembrar que ainda hoje, no mercado de trabalho, as mulheres ocupam a maioria das funções consideradas uma extensão do cuidado, como por exemplo na área da saúde, educação, do emprego doméstico e limpeza. Evidentemente, há um crescimento no número de mulheres ocupando espaços nos ramos administrativos, tecnológicos, de engenharia, construção civil — contrariando às falsas ideologias de sexo frágil e limitado — mas ainda não o suficiente, e menos ainda quando se pensa em termos salariais.

Como vimos, a desvalorização das mulheres no âmbito do trabalho se dá por diversas formas. Mas uma delas, muito tangível e de enorme impacto na vida em sociedade, está no salário pago pelo serviço prestado. Não fosse somente o trabalho "invisível" não remunerado, nós estamos muito distantes de uma equidade salarial frente aos homens. Em 2024, o IBGE divulgou os dados da pesquisa "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil"³⁵, e comprovou que a desigualdade salarial permanece alta no Brasil. O rendimento médio dos homens em 2022 era de R\$2.920 mensais, enquanto o das mulheres era de R\$2.303. A partir de uma média das profissões, nós ainda ganhamos 21,2% a menos que os homens. E se pensarmos em postos de trabalho, entre diretores e gerentes (cargos considerados altos, onde somos minoria), as mulheres ganham 73% do salário de um homem.

No Brasil, 62,6% dos cargos gerenciais³⁶ eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019. A desigualdade entre mulheres brancas e os homens brancos era maior do que entre as mulheres pretas ou pardas e os homens de mesma cor ou raça, em 2019. Tal resultado pode decorrer do fato de que a maior desigualdade por sexo foi encontrada nos 20% da população ocupada com os maiores rendimentos do trabalho principal

³⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Último acesso: 21 de setembro de 2024.

³⁶ "Foram considerados cargos gerenciais todos aqueles classificados no Grupo 1 – membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes – da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar." (IBGE, p.9). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf> Último acesso: 21 de setembro de 2024.

(77,7% contra 22,3%), em que se concentram as pessoas brancas, revelando, também, que as mulheres estão ainda mais sub-representadas em cargos gerenciais mais bem remunerados e com potencialmente mais responsabilidades. Do mesmo modo, a desigualdade se aprofunda nas faixas etárias mais elevadas. (IBGE, p.9)

Dessa forma, nós podemos perceber que o mercado de trabalho para as mulheres, assim como a divisão sexual do trabalho, são fatores históricos — não imutáveis, mas constituídos —, e estão na base das opressões. É urgente a compreensão de que o processo de naturalização das desigualdades, que destina ao biológico construções sociais e culturais, é um equívoco. Assim como a não inclusão do trabalho de reprodução e outras atividades não “mercantilizadas”, como um trabalho.

Ainda nesse sentido, busco destacar o entendimento de que as mulheres não estão no mesmo barco: há sim uma camada que teve oportunidades de dar saltos maiores e hoje ocupa bons cargos no mercado. Contudo existe, ainda, uma maioria de mulheres que está nos limites dos trabalhos precários, com baixas remunerações, sem perspectivas profissionais, exercendo duplas e triplas jornadas. O que nos enfatiza que as lutas e os movimentos tradicionais, que ao longo do tempo mudaram o cenário do mundo do trabalho, são essenciais, mas precisam continuar. Nesse sentido, reitero a afirmação que fiz na primeira página desse capítulo: os nossos olhares devem sempre estar atentos às individualidades de cada mulher e grupo de mulheres, buscando atingir melhorias reais para o maior número possível, destacando suas trajetórias e fugindo do perigo da história única. (Adichie, 2019)

1.3 Compreendendo os fenômenos de Violência Simbólica e Invisibilidade Pública

Todos nós, enquanto seres sociais, já nascemos em ambientes coletivamente construídos e moldados. No começo da vida, através da instituição primária — geralmente composta pelo ambiente familiar — somos inseridos a uma cadeia de regras que devemos seguir para uma, considerada, boa conduta para/com os demais. Na sequência, essas normas vêm a partir das instituições secundárias, como escolas, ambientes religiosos, trabalho, o próprio Estado... O fato é que nós estamos a todo momento operando através de forças maiores — e não me refiro

aqui, ao mundo místico ou de crenças espirituais —, mas sim, aos atravessamentos históricos construídos e mantidos através de forças múltiplas, como econômica, cultural e social.

Ao incorporar valores, normas, esquemas cognitivos e sistemas de representação em seus corpos, os agentes³⁷ tendem a funcionar como sistema visão, de divisão e de percepções, orientando suas práticas; os corpos se transformam em linguagem, artefatos das práticas sociais e culturais sobre a qual se lê o mundo e se é lido. (Monteiro, 2018, p.86)

O que busco elaborar no presente tópico, diz respeito ao poder invisível/simbólico exercido externamente na nossa construção enquanto indivíduos, e como isso se dá na relação com o outro ao longo da vida. Para tal, me debruço sobre os estudos de Pierre Bourdieu, importante pensador francês do século XX, que rompeu limitações de tempo e espaço, e tem seus escritos como referência para muitos pesquisadores até os dias atuais.

Dentre outros, Bourdieu (2001) apresenta três conceitos importantes para adentrarmos ao tema. São eles: poder simbólico, violência simbólica e dominação simbólica. Para tal, julgo importante passarmos por cada um deles, ainda que de maneira breve, partindo do entendimento de que "a sociedade não é um todo orgânico e harmônico. É um espaço estruturado em função das distâncias sociais que separam os agentes" (Monteiro, 2018, p.42). Ou seja, a dinâmica social se molda a partir dos espaços ocupados por nós, os agentes. Esses espaços são construídos historicamente (não espontaneamente), a partir de fatores intimamente ligados ao capital (econômico e cultural) — estes, determinantes para a classe ocupada por cada agente/grupo social.

Os capitais no espaço da prática (campo) são distribuídos de forma desigual e determinam a estrutura do campo. Esta estrutura se constrói a partir de forças históricas (agentes e instituições) em disputas. É no campo que as produções simbólicas se reproduzem por meio das estruturas de dominação social. Os sistemas simbólicos (religião, arte, língua) são produzidos e apropriados pelo conjunto do grupo ou produzidos por um conjunto de especialistas dentro de um campo de produção relativamente autônomo (Monteiro, 2018, p.45).

O modo de se vestir, a culinária que apetece (assim como a forma de comer), a música escolhida, a prática esportiva, o lazer que traz o divertimento, tudo está intimamente ligado ao lugar em que cada agente ocupa na sociedade. E isso

³⁷ O termo "agente" é usado pelo pensador Pierre Bourdieu para referir-se a nós, indivíduos em sociedade. Somos agente sociais, fazedores e receptores de uma série de sistemas simbólicos ou não, que nos mantém em determinadas posições sociais.

advém, sobretudo, do capital acumulado durante a vida (ou herdado) que, por sua vez, inclui o capital econômico e, para Bourdieu (2001), também se refere à bagagem cultural e social. O fato é que

A classe dominante, detentora do capital econômico, define o gosto legítimo. O gosto que serve de referência aos demais agentes da sociedade, pertencentes às classes médias e populares, que tendem a imitar, muitas vezes, o comportamento e as práticas da classe superior. As classes populares imitam o consumo da classe média e, esta, o da classe dominante. Daí que o processo de distinção - que se configura pela posição e pela distância a ser mantida entre as classes - alimenta uma lógica prática constante das classes superiores a consumirem produtos que não se assemelhem aos produtos consumidos pelas classes médias ou populares, já que estas tendem a imitar o consumo daquelas. (Monteiro, 2018, p.50)

É nesse sentido que os códigos considerados legítimos (como a linguagem das classes dominantes) passam a ser exigidos de uma maneira única. Um exemplo disso são as escolas: as origens sociais diversas dos alunos que compõem o ensino básico, estão relacionadas aos diferentes níveis de capital que carregam (reitero: social, econômico e cultural). O que justifica, a priori, seus consequentes diferentes desempenhos naquele espaço. A classe dominante está muito mais próxima de um capital escolar do que as classes mais populares, mas isso no geral não é levado em consideração. E é a partir de contextos como esse, que o poder simbólico vai se constituindo. Para Bourdieu (2001) esse poder é tido “enquanto poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato do mundo social.” (p.09). Quanto mais desconhecido for, melhor ele opera. Ou seja, quanto menos se tem acesso aos mecanismos de funcionamento desse poder (que é simbólico por não ser explícito), mais enraizado ele estará. Estamos refletindo acerca de um fenômeno quase que velado: quem tem o domínio e quem está sujeito a ele exerce uma cumplicidade de não querer saber sobre o poder em questão. (Bourdieu, 2001, p.7-8)

Os símbolos, por assim dizer, como instrumentos de comunicação e de poder - logo, de integração social -, possibilitam a construção do consenso (em comunidades linguística, artística, religiosa) acerca dos sentidos e representações, reafirmando a reprodução da ordem social. Com isso, Bourdieu nos ensina que para que os dominados obedeçam e uma ordem social seja mantida, necessita-se da força de relações de sentido e comunicação. (Monteiro, 2018, p.96)

Dessa forma,

A análise sobre a dimensão simbólica e material do poder conduz Bourdieu a percebê-lo como um mecanismo sutil - visto que é ignorado-, porém eficaz, no exercício da dominação em todo o mundo social, por meio de um arcabouço prático da constituição da violência

simbólica. Esta, nesse sentido, dá-se exatamente por não ser conhecida enquanto tal. O não reconhecimento pelas pessoas de práticas como o machismo, historicamente construídas e naturalizadas nos corpos, levam-nas à cumplicidade quase que secreta entre dominadores e dominados. (Monteiro, 2018, p.95)

É neste sentido que será importante para este estudo, discutir também acerca da violência simbólica. Em um dos escritos de Bourdieu (1998), o autor define violência simbólica como uma

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (p.7)

O que o sociólogo propôs foi conceituar uma violência “invisível” entre subordinantes e subordinados, como abordado anteriormente, que é fruto de uma relação de domínio constante, histórica e cíclica. Nessa violência não há coação física exercida pelo corpo, mas sim “mascarada”, figurada, e causadora de danos morais, sociais e psicológicos. Os grupos dominantes — por exemplo, homens héteros, cis, brancos e de classes sociais altas —, a partir de seus privilégios impõem suas culturas (códigos considerados legítimos) colocando o “Outro” sempre em condição de submissão.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (Bourdieu, 1998, p.47)

“Outros” aqui, se refere aos grupos oprimidos, considerados inferiores, não detentores de saber, de capital cultural, econômico e social. À vista disso, concordo com Cida Bento (2022), quando a autora afirma a necessidade de

reconhecer e debater essas e outras relações de dominação para criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios. Relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados. (p.15)

É a partir desse poder, violência e dominação simbólicas, desenvolvido por Pierre Bourdieu, que os indivíduos se mantêm, por vezes de maneira não consciente, em situações de submissão e opressão. A violência é o meio pelo qual o agente que detém o capital (e busca manter um *status quo*) se utiliza para legitimar o poder simbólico, com o respaldo do discurso dominante. E é, também, inserido nesse contexto que outro fenômeno semelhante, e muito relevante para o presente estudo, se desenvolve: o processo de invisibilização.

Costa (2004) define invisibilidade pública como

a expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas. (Costa, 2004, p.22)

Como dito, tornar-se 'invisível' mesmo quando inserido em sociedade, é um processo de humilhação que vem se materializando ao longo dos séculos em diferentes formatos. O que não altera com o passar do tempo é a base desse fenômeno: dominadores nutrindo seus privilégios hierárquicos através da violência, por meio de mensagens simbólicas cotidianas dramáticas aos ditos inferiorizados. É um fenômeno cíclico e que está resistindo, embora menos evidente, nos constantes atravessamentos sociais, sendo determinante nas relações interpessoais.

Talvez o mais complexo desse fenômeno seja o local de submissão naturalizado por aqueles que o vivem. Os próprios sequer compreendem o alvo que se tornaram e a submissão passa a fazer parte de suas identidades — e também da sua família, do seu grupo social, das suas relações... A flecha da dominação dificilmente se restringe a uma única pessoa, ela se dilata e penetra todos no entorno (que, geralmente, ocupam o mesmo lugar social, econômico, cultural e, portanto, político). Não há, para a maioria dos 'invisíveis', a compreensão dos direitos que lhes são violados e dos limites ultrapassados por esses opressores. Como lembra Costa (2004), quando afirma que "o subalterno é detido na figura de

quem depende do seu superior, que, por sua vez, fica entretido na ilusão de não depender de nada e ninguém” (p.43).

Aqui, gosto de pensar na reflexão de que cada ação revela um sujeito, assim considero que a partir dos encontros e desencontros, nós reconhecemos os indivíduos e um pouco dos grupos em que estão inseridos. Hannah Arendt (1993), ao analisar a *Condição Humana e Vida Activa*³⁸ defende que a humilhação, quando pensada como um fenômeno público, tem o poder direto de calar as pessoas inferiorizadas. O que a autora propõe: se não há fala, não há ação, logo, não há individualidade. Perde-se, em meio a tantos, a originalidade, a identidade, aquilo que é pessoal e único.

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. (p.17)

Estamos condicionados uns aos outros, assim como à família, ao trabalho, aos serviços básicos, à cultura, à moda, moral e aos bons costumes. A todo momento vivemos dentro de uma rede ativa onde, supostamente, os agentes dependem uns dos outros. O fato é que, nesse processo, determinados grupos foram sendo afastados de suas identidades, e assim passaram a representar apenas as suas funções e serviços.

O porteiro deixou de ter nome para a maioria dos moradores, o importante é que ele resolva os problemas da portaria; os ascensoristas (quantos ainda devem ocupar esse cargo?) só precisam estar atentos aos andares do edifício. Assim acontece com cobradores, faxineiras, camelôs, garis... Profissões que exigem baixa qualificação são as que compõem essa triste cadeia de invisibilização. A maior parte dos indivíduos sabem quem eles são, reconhecem pelo uniforme, pelo local de trabalho ou pelo serviço realizado. Porém poucos se interessam em saber o nome,

³⁸ Hannah Arendt foi uma importante filósofa política alemã de origem judaica, do século XX. A autora reflete, sobretudo, acerca da liberdade humana, atuação dos governos, a importância dos espaços públicos e a manutenção da cidadania. Para aprofundar no tema sobre as atividades humanas consideradas, para a autora, fundamentais (labor, trabalho e ação), sugiro: Arendt (1993).

em cumprimentar, elogiar o trabalho realizado, conhecê-los e reconhecê-los enquanto indivíduos. Um produto do processo da invisibilidade pública.

Não é distante desses fenômenos o comportamento que se estende às mulheres garis, figuras centrais nesta pesquisa. Analisemos então, no próximo capítulo, um outro eixo interseccional importante para essa reflexão: a territorialidade.

CAPÍTULO II - Comlurb, as mulheres garis, o território de Ipanema e a diversidade ali contida

2.1 Território - entre o morro e o asfalto

O Brazil não merece o Brasil
 O Brazil tá matando o Brasil
 Jereba, saci, caandrades, cunhãs, aririnha, aranha
 Sertões, guimarães, bachianas, águas
 Imarionaíma, ariraribóia
 Na aura das mãos de jobim-açu
 Uô, uô, uô
 (...)
 Tinhorão, urutu, sucuri
 Ujobim, sabiá, bem-te-vi
 Cabuçu, cordovil, cachambi
 Madureira, Olaria e Bangu
 Cascadura, água santa acari, olerê
 Ipanema e Nova Iguaçu, olará
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil
 (Querelas do Brasil. Aldir Blanc Mendes / Mauricio Tapajós Gomes)

A origem do nosso país é por si só uma história que nos conduz a refletir acerca do conceito de território. Desde cedo aprendemos — ou deveríamos aprender — que éramos terra indígena, composta por diferentes povos vivendo em contato direto com a natureza, através de suas tradições milenares. No processo de colonização e ocupação do nosso território, nos tornamos terra explorada e povo escravizado. Nos perdemos na construção, sofremos marcas irreparáveis em nossa identidade.

Os elementos sociais, como raça e território, atravessaram os limites temporais e alcançaram até o momento presente a construção de direitos e cidadania dos indivíduos. A luta pela demarcação dos povos indígenas, que permeia tantos anos, é prova viva e atual disso. Assim como, nos cenários urbanos, o desenvolvimento das favelas e as diversas reformas urbanísticas que implicam em grandes demolições de moradias populares ao longo do tempo. É gente perdendo espaço. É gente buscando espaço. Um ciclo contínuo que figura o tal do "Brazil não merece o Brasil", descrito por Aldir e Tapajós.

No cenário do Rio de Janeiro, o chão em que pisamos divide, simbólica e geograficamente, o lugar social que ocupamos. Daí o termo "morro e asfalto". É de acordo com essa localização que o imaginário social se constrói e emoldura os sujeitos que ali habitam (representação essa que pode ser positiva ou negativa, a depender do CEP e tudo que a ele acompanha). Uma face perversa da

desigualdade em que vivemos. Nos planos mais altos e inclinados estão as favelas/comunidades, ocupadas, majoritariamente, por pessoas de baixa renda. Enquanto no asfalto, no plano reto e mais próximo à costa, vivem as classes médias e altas.

Essa construção é um fenômeno histórico centenário que advém, principalmente, do processo de migração que ocorreu nas grandes cidades no século XX, com a ida da população camponesa para os centros urbanos, somado aos reflexos do fim do processo escravagista no século XIX. Antes, os espaços baratos, sem muita infraestrutura e boas condições para viver eram chamados de cortiços. Era lá onde os operários que vieram para a cidade em busca de trabalho e renda, viviam. Com o passar do tempo, a urbanização foi crescendo paralelamente aos desenvolvimentos das favelas — estas que, de acordo com o Censo de 2010, significavam casa para 1.393.314 habitantes, o que correspondia a 22% da população carioca. (Censo, 2010)³⁹

Segundo o Censo do IBGE, a cidade do Rio de Janeiro abrigava 6.320.446 habitantes em 2010, dos quais 1.393.314 ou seja, 22,0% residindo nas 763 favelas que a referida pesquisa identificou em todo o município. Logo depois, por ocasião do Programa Morar Carioca, a Prefeitura do Rio de Janeiro revisou sua forma de identificar os espaços favelados e, com base nos números do IBGE, contabilizou uma população de 1.443.773 habitantes (22,8% do total da cidade)⁴⁰, distribuídos em 1.018 favelas.⁴¹

Pensar território nessa pesquisa vai além do recorte geográfico, como norte e sul, zona oeste ou baixada. Morro e asfalto carregam consigo múltiplas identidades, e é sobre esse prisma que pensaremos nos próximos parágrafos. Para tal, julgo importante reconhecermos, ainda que brevemente, as diferenças entre os conceitos de espaço geográfico e território. Há autores⁴², sobretudo da Geografia Humana, que tratam com profundidade essas categorias, porém aqui, por não ser o foco da pesquisa, faremos um “voo” breve sobre alguns dos conceitos abordados por eles.

Partindo das ideias de Claude Raffestin (1993) e Milton Santos (1997), podemos compreender o conceito de espaço como qualquer superfície de espaço

³⁹ IBGE. Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. O Censo de 2022 não apresentou os números oficiais da população geral residente nas favelas do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Disponível em: <https://urbecarioca.com.br/wp-content/uploads/2019/04/download-3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.pdf> Último acesso em: 24 de setembro de 2024.

⁴¹ Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>> Último acesso em: 24 de setembro de 2024.

⁴² Autores que desenvolvem sobre este mote: Raffestin (1993); Santos (1997, 2006); Azeredo (2012, 2018).

na terra, sendo definido como uma categoria abstrata, mas que se impõe a tudo e a todos - por isso requer devida atenção. Raffestin (1993) afirma que “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa esse espaço” (p.143). Ou seja, é a partir desse espaço historicizado (ocupado), que nós temos o que chamamos “território”, um conceito polissêmico, que carrega interpretações amplas e múltiplas. Aqui, o pensaremos de maneira social, onde um sujeito ou um grupo deles se apropria (ocupa) um espaço (geográfico) e ali desenvolve relações sociais (de poder) (Raffestin, 1993). Isto é, estamos pensando em dois conceitos que são interligados, mas não possuem a mesma representação.

Um ponto importante que não deve passar despercebido neste item, é o fato dessa ocupação — que ocorre quando um espaço geográfico se “transforma” em território — gerar, inevitavelmente, relações de poder. Não aprofundaremos no assunto, mas considero importante interligar esse fenômeno ao tema em questão (morro x asfalto na cidade carioca). Os indivíduos não ocupam os lugares da mesma maneira, e é justamente nesse processo de apropriação que as relação de subordinação, superioridade e violência (sejam elas simbólicas ou não) se constituem. De maneira mais branda, podemos perceber essa distinção na trivialidade cotidiana dos lugares ocupados nas praias, praças públicas, bares e esquinas, onde determinados grupos se apropriam dos espaços e tem uma certa aversão (de diferentes níveis) ao Outro⁴³. De maneira mais explícita, podemos perceber essas relações de poder nos conflitos diretos (físicos e verbais) entre indivíduos de diferentes origens.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 218) sugere que

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Há um consenso de que o território tem relação direta com a construção da identidade dos indivíduos. Ao longo do tempo, nós somos fortemente influenciados por subjetividades coletivas dos espaços ocupados, seja através da cultura imposta

⁴³ Reafirmo que o Outro, nesse caso, diz respeito ao diferente: seja por raça, classe social, origem, gênero e tantos outros marcadores sociais, como os já citados ao longo do estudo.

no local, das religiões ali pregadas, dos atravessamentos sociais vividos, das políticas — principalmente a falta delas — e do acesso às condições básicas. Em suma, muitas são as vivências territoriais que geram algum reconhecimento e uma ligação direta do espaço ocupado com a identidade individual e coletiva.

É no cenário apresentado, costurado por desigualdade e segregações espaciais, que o Brasil é desenhado. E o bairro Ipanema, região em que o presente estudo se debruça, há uma construção sócio-histórica que se assemelha ao cenário nacional. Afinal, "cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade." (Santos, 2006, p.213)

O autor aprofunda,

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (Santos, 2006, p.2018)

De maneira geral, podemos compreender o conceito de territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema multidimensional, convergindo espaço-indivíduos-tempo, tendo como principal objetivo, a busca por uma autonomia dentro dos recursos daquele sistema. (Raffestin,1993) Elas correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre grupos e classes sociais. (p.34) Dessa forma, podemos afirmar que as pessoas são de acordo com os lugares que ocupam, de acordo com os lugares de existência. O sentido de pertencimento a um lugar é vital, é sentimento básico para a identificação, envolvimento, mobilização, empoderamento e luta. É a nossa relação com o território que ocupamos que nos engaja para o envolvimento em projetos, debates e processos que ocorrem ali.

Os habitantes precisam se sentir vivos, importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes a um lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes curtas, à região hidrográfica, ao Estado, ao rio, enfim, ao território! (Saquet, 2017, p.31)

Na Zona Sul do Rio de Janeiro, região que abriga a maior parte da população de alta renda da cidade, as fronteiras territoriais são curtas: entre os bairros nobres, há morros onde habitam milhares de famílias de baixa renda. São dois territórios severamente distintos em todas as suas esferas. No próximo tópico, passearemos pela construção desses territórios tão controversos e antagônicos.

2.1.1 Villa de Ipanema

Figura 01: Homens observam o mar em Ipanema (registro realizado antes do processo de urbanização do bairro).



Fonte: FERREZ, Marc. **Copocabana [sic], Ipanema**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 190-?. 1 reprod. fotom., colotipia, p&b, 20,5 x 28,5cm⁴⁴.

Até Ipanema se tornar uma vila e depois um bairro, em 1892, muita história aconteceu por aquelas terras. Grandes famílias, novos caminhos, praias, chácaras, loteamentos... Proponho que façamos uma rápida passagem pelas épocas que antecedem a urbanização do espaço, hoje conhecido como Ipanema. De acordo com os registros, a data mais antiga em que se atesta um morador fixo nessa região, é 1793. Na época, vivia Paulino Antonio de Andrade e sua família (Barta;

⁴⁴ Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=41241> Último acesso em: 3 de maio de 2024.

Gaspar, 2015, p.206). Mas, as regiões ali eram pouquíssimo povoadas e quase nada exploradas.

No livro “Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas” (2015), Claudia Gaspar e Carlos Eduardo Barata contam como se deu o processo de urbanização dos bairros no entorno da Lagoa, a partir da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas (antigo Engenho de D'el Rei). A Lagoa, terra já ocupada por Indígenas⁴⁵ dos povos Tamoios (dizimados pelos portugueses), viveu um marco com a chegada de Estácio de Sá, em 1565⁴⁶. Dali, rapidamente o espaço começou a servir a corte portuguesa, fundou-se um engenho de cana de açúcar, este, que passou de família para família até chegar, séculos depois, nas mãos de Rodrigo de Freitas, o último proprietário que, hoje, dá nome ao lugar.

O engenho foi desapropriado, em 1808, por D. João VI, com o intuito de sediar uma fábrica de pólvora⁴⁷, para proteger a Corte que, à época, fugia das tropas napoleônicas no território carioca. Desde então,

essa região foi incorporada aos próprios nacionais como Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas. A partir daí, o território se desdobrou e evoluiu, dando forma aos bairros do Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade, tais quais os conhecemos hoje. (Barta; Gaspar, 2015, p.19)

Até a região no entorno da Lagoa fazer parte da então propriedade nacional, as terras eram arrendadas pelo Capitão Domingos Pinto de Miranda, que tinha 54 chacareiros (pequenos criadores), que o pagavam pelos lotes. Nas décadas seguintes, entretanto, o número de arrendatários só cresceu e o pagamento passou a ser feito para a Fazenda Nacional. Na região hoje conhecida como Ipanema, em 1852, viviam 12 “ipanemenses”, proprietários de 17 lotes. Destes, apenas uma era mulher: Domiciniana Vieira. Ela detinha o segundo menor lote, “com 76 braças de testada para a Praia Grande, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e 55 braças de fundos para o Caminho de Copa Cabana” (p.205). Em 1868, no último levantamento, eram mais de 150 chácaras na região. Esses arrendatários eram, sobretudo, estrangeiros que escolhiam as chácaras menores para moradias. E foi somente anos depois, no

⁴⁵ “Sacopenapã” era como os indígenas da etnia Tamoios chamavam a região no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

⁴⁶ Considerado fundador de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá foi um militar português que ficou conhecido por suas batalhas com a França em território brasileiro.

⁴⁷ Com o acelerado processo de crescimento da cidade do Rio de Janeiro, a fábrica foi desativada em 1828, pois havia uma expansão populacional para próximo das imediações da mesma.

período de transição da Monarquia para a República, que os arrendatários precisaram comprar ou devolver os lotes à União.

Figura 02: Praias de Ipanema e Leblon ao entardecer.



Fonte: Praias de Ipanema e Leblon ao anoitecer. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1935?]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 16x22 cm em papel: 16,5x23,5 cm⁴⁸.

Até esse período, no final do século XIX, somente o centro da cidade e alguns bairros da zona norte já estavam mais urbanizados. E, na zona sul, o projeto de urbanização ia somente até Botafogo, os outros bairros dessa região eram pouco habitados e de difícil acesso.

A primeira rua do futuro bairro [Ipanema] surgiu em 1888, a partir de um caminho primitivo da Fazenda Copacabana, que existia desde 1809. Foi batizada de 20 de Novembro (atual Visconde de Pirajá), em homenagem à Baronesa de Ipanema que nasceu e se casou nessa data. A abertura da via foi executada por uma empresa de urbanização do Barão, que pretendia fazer um loteamento e construir um bairro na região.⁴⁹

Barão foi o comendador paulista José Antônio Moreira Filho, também conhecido como o Barão de Ipanema. Na segunda metade do século XIX, ele comprou terras na área da antiga Fazenda Copacabana, e se tornou um importante

⁴⁸ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309831/icon1419787.html. >
Último acesso em: 3 de maio de 2024.

⁴⁹

Disponível

em:

<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/474-a-historia-do-bairro-que-ja-foi-copacabana>>
Último acesso em: 3 de maio de 2024.

nome da região. Barão era proprietário da Real Fábrica de Ferro, São João do Ipanema, uma Fundação que ficava localizada no interior de São Paulo, próximo do morro de Ipanema e do rio Ipanema, um afluente do rio Sorocaba. Foi daí que veio o nome, anos depois, do bairro e da praia na cidade carioca.

Somente após a abertura do Túnel Velho em 1892, com a inauguração de uma linha de bondes, que a zona sul da cidade começou a ser mais habitada e os terrenos passaram a ser valorizados. A primeira linha chegava até o final de Copacabana e a extensão foi obra de Antônio José Silva, que era outro importante proprietário de terrenos na região. Assim como ele, o desenvolvimento do espaço começou a despertar interesse em outros empresários da época.

“É a partir de então que iremos assistir à aquisição, por parte de grandes empreendedores e empresários, de grandes áreas ali disponibilizadas para investimentos” (Barta; Gaspar, 2015, p.45) Os olhares passaram então a investigar as novas possibilidades na Praia de Fora — extensão de Ipanema ao Leblon. Houve enfrentamento entre as grandes famílias (Barão de Ipanema e Coronel Silva), que logo chegaram em um acordo para fundar um novo bairro — Villa Ipanema —, que iria de Copacabana ao bairro hoje conhecido como Leblon. Inicialmente, o projeto possuía cerca de 40 quadras, com 40 lotes em cada.

Nesse tempo ainda ninguém se banhava no Flamengo, em Botafogo ou aqui em Copacabana. Essa Copacabana deslumbrante que estamos vendo só era habitada até lá ao "forte". Ipanema tinha cinco ou seis casas apenas, inclusive a do velho coronel Silva que mantinha um pequeno restaurante no mesmo prédio que ocupava com a família. Esse Coronel Silva foi uma figura popular daqueles tempos. Os bondes da Jardim Botânico, ou não sei que outra companhia, terminavam a viagem na Igreja, ali na actual "Mere Louise".

E o Coronel Silva poz um bondinho gratuito, puchado a burros, da Igreja para o seu restaurante. Chamava assim a freguezia [...]

O velho era proprietário de quasi todos estes terrenos de Copacabana e Ipanema e os vendia a prestações, a 200 e 300 réis o metro! E não duvido que naquelle tempo alguém achasse caro[....]

(Revista Para Todos, 25/12/1926, apud Barta; Gaspar, 2015, p.212)⁵⁰

⁵⁰ O trecho citado refere-se a uma passagem da Revista Para Todos, de 1926, e foi retirado do livro Barta; Gaspar (2015). Encontra-se disponível na íntegra em:

Esse período marcou, então, um longo desenvolvimento do bairro que foi oficialmente fundado em 26 de abril de 1984, iniciando uma nova fase no território em questão.

O bairro é então tomado como lugar do vivido, onde histórias são vividas e contadas, reconstruídas na narrativa de antigos moradores, que deixam emergir modos de 'convivialidade' através das trajetórias de vida das pessoas e do lugar. (Azeredo, 2015, p. 18)

Na primeira década do século XX, houve uma ampliação do sistema de bondes na zona sul, o que acelerou ainda mais o processo e rapidamente Copacabana e Ipanema se tornaram os bairros preferidos da classe alta da época.

Por ocasião da fundação da Vila Ipanema, o Barão de Ipanema e o Coronel Silva, mandaram colocar trilhos desmontáveis de madeira, por toda a Rua 20 de Novembro (atual Visconde de Pirajá), até o Largo 20 de Novembro (depois, Praça Alcazar de Toledo, hoje, Praça Espanha), na altura da Avenida Henrique Dumont. Sobre estes trilhos, percorria um pequeno trolley puxado a burro, com a finalidade de conduzir os interessados na compra dos terrenos. (Barta; Gaspar, 2015, p. 217)

Contudo, Copacabana sofreu com a especulação imobiliária e a explosão populacional. Diferente de Ipanema, que continuou sendo ocupado por altas classes e se mantendo (inclusive, até os dias atuais) com alguns dos imóveis mais caros do Rio. Com o tempo surgiram, por influência do Coronel Silva — nessa época, o sócio Barão já havia falecido — tradicionais restaurantes, hotéis, construtoras, e personalidades importantes, da alta sociedade transitavam e investiam nas ruas do bairro.⁵¹

O Livro "A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas" (Barta, Gaspar, 2015) compartilha um texto escrito pelo romancista pernambucano Theo Filho, que residiu à Rua Montenegro (rua "L" do Anexo A)⁵², em 1959. O pensador traz um

<https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/para_todos/para_todos_1926/para_todos_419.pdf> Na reportagem "A história risonha de nossas praias" (s/n, referente à página 71 do documento).

⁵¹ Um fato curioso é que entre os primeiros proprietários da então Villa Ipanema, "estava o próprio Marechal Floriano Peixoto que, em pleno exercício da Presidência da República do Brasil (23/11/1891 a 15/11/1894), recebeu a 4 de julho de 1894, os lotes números 1 e 2, da então Rua Doutor Vieira Souto, e os lotes números 21 e 22, Quadra 5, da Rua Doutor Prudente de Moraes — justamente com frente para a praça que recebera seu nome, Marechal Floriano Peixoto, atual Praça General Osório." (Barta, Gaspar, 2015, p.222)

⁵² Naquele período, a nomenclatura das ruas era definida pelos próprios donos de terra, os representantes da alta sociedade. Nesse processo, amigos, familiares e parceiros de negócios ganharam a homenagem. É curioso porque os coronéis eram, em sua maioria, casados com mulheres, e tinham filhas. Contudo, nenhuma das ruas recebeu o nome de alguma mulher, como podemos notar no Anexo A. Após o novo período do bairro, as novas ruas deram espaço para

registro das transformações sofridas por esses espaços e das vivências desses antigos moradores:

Rente à praia brotavam pitangueiras, cajueiros, cardos e palmeiras raquíticas. Por entre elas esquivavam-se preás e tatús. Viam-se, a pastar, cabras e muaras. Uma ou outra casa subia de "sólidos alicerces"; a do velho Manuel Alves da Silva, na avenida Vieira Souto, hoje residência de José Veira Coelho, chefe do gabinete do Ministro da Justiça; a seu lado, a do paulista de quatrocentos anos, Antonio Chaves, cenário de rumorosa tragédia doméstica, há pouco demolida para dar lugar a um edifício de apartamentos; a do bravo comandante Manuel Franco Araujo, ainda de pé, na Rua Prudente de Moraes, quase à esquina da Rua Montenegro. Havia dois barracões, nas imediações de Garcia d'Ávila no local onde se encontra instalada a Casa Oliveira. Depois, de repente, um espantoso surto de progresso abalou o areal. Ipanema cresceu, palacetes multiplicaram-se, canalizou-se água e o esgôto. Traçaram-se dois caprichosos jardins. (Barta; Gaspar, 2015, p.225)

"Do areal à modernização: Continue aqui, quem puder!" Com um pouco de crítica social, talvez pudesse esse ser o slogan do processo de urbanização em Ipanema. Como vimos, desde os primórdios, na época dos engenhos, a região da zona sul carioca foi chão para alta sociedade se estabelecer e crescer nas bases do trabalho escravagista, exploração da fauna e da flora local. Com a abolição da escravatura e todo o novo processo urbanístico moldando as ruas da cidade, um enorme contingente populacional precisou encontrar novas moradas.

2.1.1.1 Da Nascimento Silva às vielas do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho: O cenário contemporâneo de Ipanema

O território, além de resultado de um processo histórico, relacional e reticular, é condição para o desenvolvimento e significa, num primeiro momento, apropriação e dominação (ou tentativa de). (Saquet, 2017, p.36)

homenagem a personalidades como Maria Quitéria, Joana Angélica, Teresa Aragão e Rainha Elisabeth.

Figura 03 – Famílias construindo no Morro do Cantagalo.



Fonte: [FAVELA do Cantagalo, Ipanema]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 19--]. 1 foto, gelatina, p&b, 11,8 x 13,5 cm⁵³.

O crescimento urbano incentivou um fluxo bilateral: ao passo que estimulava pessoas de outros lugares do país a se deslocarem para a cidade para trabalhar nas obras (período marcado por um altíssimo êxodo rural, sobretudo de Minas Gerais e do nordeste), empurrava a população de classe social baixa (inclusive esses trabalhadores recém chegados) para moradias irregulares. Afinal, os novos bairros eram território nobre, como já dito aqui, e não eram todas as pessoas que poderiam fincar a morada naquele chão. Pensemos então, se as obras estavam concentradas na zona sul e os acessos à região, apesar dos avanços, ainda eram difíceis, haveria de ser próximo dali, a casa desses trabalhadores. Por conseguinte, o surgimento das favelas nessa região se dá, principalmente, a partir desses processos como esse. Como afirma Cunha (2021),

As áreas centrais mais valorizadas e rentáveis para as empresas imobiliárias e de serviços urbanos, a então crescente Zona Sul, começaram a receber grande contingente de trabalhadores pobres, impedindo a total homogeneização dessas áreas. A partir da década de 1930, migrantes provenientes das áreas rurais passam a procurar essas áreas geradoras de emprego e em suas encostas se estabelecem. Transformada em importante mercado de trabalho especializado no setor terciário, a zona sul, especialmente Copacabana, passou a atrair uma quantidade de mão de obra

⁵³Disponível

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1355827/icon1355827.jpg. Último acesso em: 3 de maio de 2024.

em:

barata, que veio a ocupar os terrenos íngremes até então desvalorizados pela empresa imobiliária, dando origem a novas favelas. (p.197)

O complexo Cantagalo-Pavão-Pavãozinho está situado em Ipanema. O Pavão-Pavãozinho faz divisa com a comunidade do Cantagalo, com a rua Saint Roman, os edifícios da Rua Djalma Ulrich e da Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Ele é separado em quatro “setores”: Vietnã/Caranguejo, Serafim, Pavão (mais antigo) e o Pavãozinho (o de maior densidade populacional). De acordo com o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), a comunidade do Cantagalo é uma das áreas de encostas ocupadas há mais tempo na cidade, já a Pavão-Pavãozinho teve sua origem um pouco depois, na década de 1930. Em 1999, a favela mais antiga ocupava 62 143m²⁵⁴. Dez anos depois, o número cresceu para 62 388m². No lado do complexo mais recente, o tamanho do crescimento em uma década foi de 63 448m² para 67 561m². Apesar de parecer pouco avanço, esses dados medem o crescimento horizontalmente, mas é importante enfatizar que houve, também, um forte processo de verticalização, sendo muito comum edificações de três ou mais pavimentos nessas regiões.

Vai, barracão
 Pendurado no morro
 E pedindo socorro
 A cidade a seus pés
 Barracão de zinco
 Tradição do meu país
 Barracão de zinco
 Pobretão, infeliz
 Composição: Luiz Antonio

⁵⁴

Disponível

em:

<

<https://www.data.rio/documents/nota-técnica-38-favelas-cariocas-variação-das-áreas-ocupadas-no-per%C3%ADodo-1999-2019-agosto-2021/explore>>

Figura 04: Crianças entre os barracos na favela.



Fonte: [CRIANÇAS na favela]. Rio de Janeiro, RJ- [s.n.], 1961?. 1 foto, gelatina, p&b, 11,8 x 18 cm⁵⁵.

De acordo com levantamentos do Sabren, os primeiros barracos da região eram precários, compostos basicamente de tábuas, latas e folhas de zinco. A área onde, futuramente, viria a ser o Pavão-Pavãozinho, era uma passagem obrigatória para quem quisesse chegar à Rua Saint Roman — que começa na Rua Sá Ferreira e termina na confluência das Antônio Parreiras e Piragibe Frota Aguiar, ligando Copacabana a Ipanema. No começo, os moradores escavavam o morro para construir caminhos e barracos e, em dias de chuva, o terreno virava um verdadeiro lamaçal, um risco constante de desabamento de encostas. Todo o complexo foi excluído da política de remoção ordenada pelo governo de Carlos Lacerda (1960-1965), mas outras áreas semelhantes, consideradas irregulares, não ficaram de fora do processo de remoção e transferência para lugares distantes. Durante esse mesmo período, na década de 1960, a comunidade viveu a primeira tragédia, marcada por uma pedra que se soltou do alto do morro e arrastou diversas casas,

⁵⁵Disponível

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1355826/icon1355826.jpg>

Último acesso em: 3 de maio de 2024.

causando perdas e mortes. Durante esse período a favela recebeu algumas melhorias, contudo, uma década depois, em 1983, a queda de uma caixa d'água novamente causou mortes.⁵⁶

Atualmente, nos dois territórios, há intervenções públicas, com alguns programas e projetos. Contudo, é evidente que a continuidade e quantidade de políticas é insuficiente para mudar a realidade frente aos desafios vividos por essa população em termos de moradia, coleta de lixo, saneamento básico, educação, segurança...

Comumente, como já abordado aqui, os territórios de favelas não são vistos como regulares — tanto para o restante da população, quanto para as instituições. Ruas, vielas, becos, e esquinas não são detalhadamente registradas nos mapas oficiais. Estes e outros fatores dificultam o trabalho dos recenseadores na coleta de dados, para a realização de pesquisas oficiais, como o Censo Demográfico. Especialmente em territórios como as favelas, há “puxadinhos” — extensões das casas — que se tornam espaços para sustento, trabalho e moradia para outros familiares. Um fenômeno que altera diretamente a coleta de dados referente àquele espaço. Com os desafios encontrados pelos profissionais do IBGE, uma das alternativas tem sido a colaboração e o trabalho em conjunto de organizações e moradores das próprias favelas. Iniciativas locais, aliadas ao poder público, têm permitido melhores experiências frente aos desafios enfrentados na coleta de dados nestes territórios.⁵⁷

De acordo com o censo do Sabren⁵⁸, a população total do PPG (como é chamado o complexo de favelas pelos próprios moradores) é de 10.338 habitantes, sendo 5.567 do Pavão-Pavãozinho e 4.771 do Cantagalo. Apesar da realidade tão distinta dos residentes de Ipanema, a vida cotidiana dos moradores dessas favelas por vezes se cruza com os moradores do asfalto, principalmente pela fronteira tão curta entre o morro e o asfalto em questão. Seja na praia, nas esquinas, nos

⁵⁶ Tragédia noticiada no jornal Última Hora, em 29 de dezembro de 1983, na terceira página. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20198&pesq=26%20de%20dezembro&pagfis=123979>> [Ano 1983 > Edição 11166 > página 03]. Último acesso em: 26 de agosto de 2024.

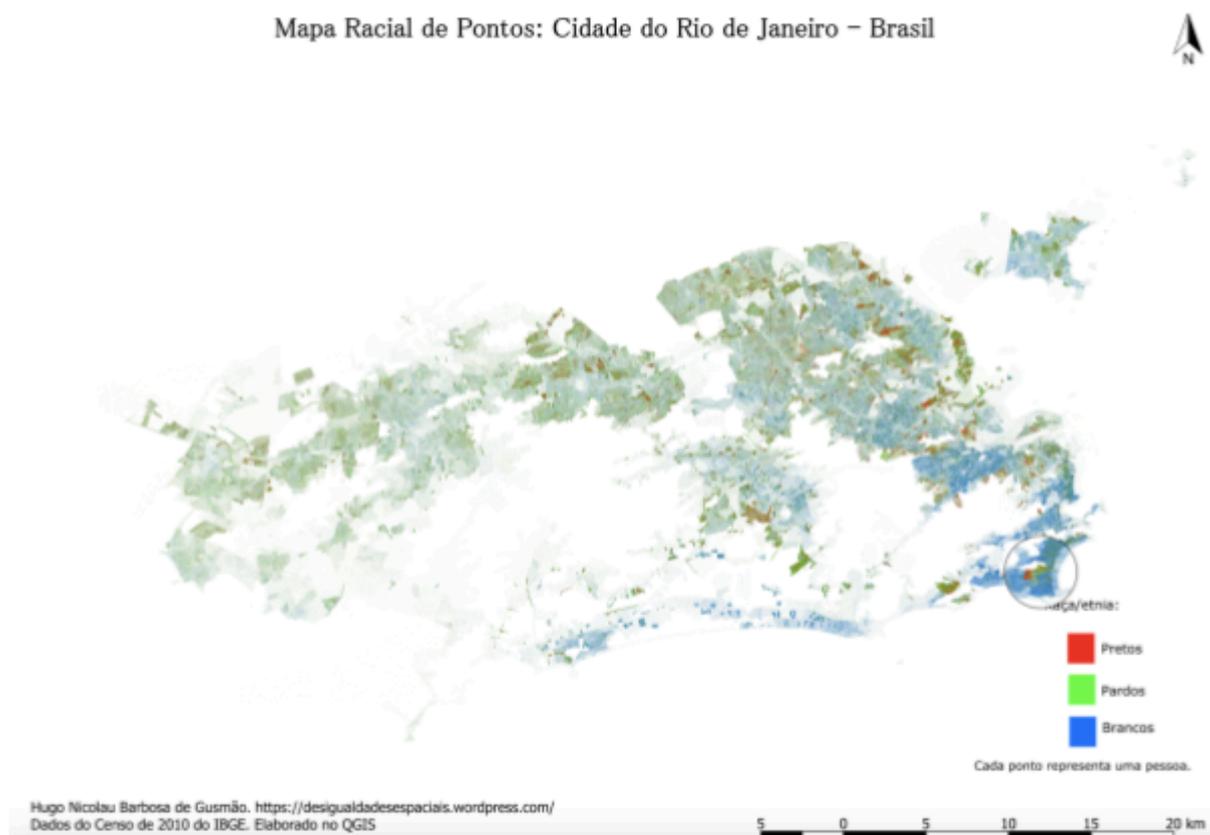
⁵⁷ A exemplo, podemos citar os projetos de coleta de dados desenvolvido pela ONG Redes da Maré; iniciativas da Central Única de Favelas (CUFA); parcerias entre o IBGE e o Instituto Pereira Passos, dentre outros.

⁵⁸ Disponível em: <<https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelaquadroresumo>> Último acesso em: 3 de maio de 2024.

trabalhos (assim como na origem dessas comunidades, muitos trabalhadores dali ainda trabalham nas casas do bairro nobre), os transeuntes se misturam na trivialidade da vida, mas carregando sempre a bagagem do espaço a qual pertencem.

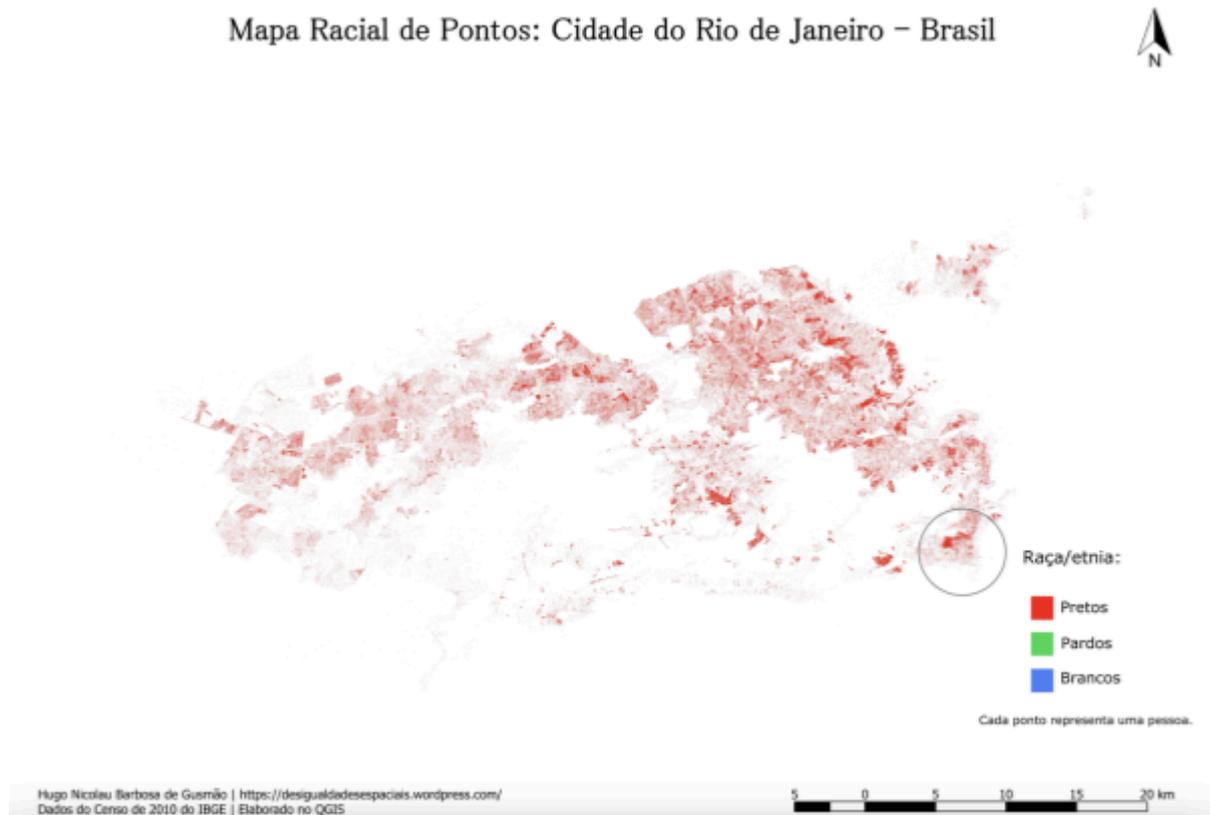
De acordo com o Censo de 2022, Ipanema ocupa um território de 310 hectares, o equivalente a 310 campos de futebol, e tem cerca de 37.392 moradores. Se fizermos uma análise do território interseccionando-o com o marcador de raça, podemos afirmar a enorme diferença entre pretos, pardos e brancos nas duas regiões. Vejamos:

Figura 05 - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Completo



Fonte: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>

Figura 06 - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os pretos.



Fonte: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-ja-neiro/>>

Se mantivermos o foco no bairro Ipanema (destacado ao lado direito inferior da imagem, por um círculo-lupa) podemos perceber que, nas regiões próximas à praia há, consideravelmente, mais brancos, e nas regiões das favelas vizinhas analisadas neste estudo (onde, no mapa referente aos pretos, há um destaque em vermelho), percebemos uma concentração bem maior da população negra. Evidentemente, isso não se dá atoa. O já mencionado processo de criação das favelas, onde ex-escravizados e imigrantes do campo buscaram moradia nas encostas, mantém seus reflexos até os dias atuais.

O bairro de Ipanema, além de ser casa para a *“high society”*, carrega consigo a história da Bossa Nova e foi palco para múltiplas manifestações culturais. Para muitos, a região representa um modo único de viver, a definição do *“espírito carioca”* para o mundo lá fora. Aníbal Machado, Leila Diniz, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, o chopp do famoso Zeppelin, a Banda de Ipanema, o afamado pôr do sol visto do

arpoador são apenas alguns marcos do bairro. Enquanto nos morros ali habitados, diversas iniciativas culturais comunitárias driblam os desafios cotidianos e deixam sua identidade na região. O MUF, Museu da favela do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho⁵⁹ é um deles, assim como a biblioteca Ninho das Águias, as manifestações da cultura nordestina (origem de grande parte dos imigrantes que ali vivem), do samba, da cultura negra e da dança. Verdadeiros tesouros sociais e culturais, tão importantes quanto os encontrados no asfalto do bairro.

Poderíamos passar um bom tempo desenvolvendo sobre as histórias de resistência do PPG ou os ícones, internacionalmente conhecidos, do bairro. As garotas de Ipanema, por exemplo, "cheias de graça, que vêm e que passam, num doce balanço a caminho do mar", marcaram época e brilharam nos holofotes por décadas. Entretanto, "as garotas de Ipanema" que aqui nos interessa conhecer, são outras: elas vestem laranja, carregam vassouras, também são cheias de graça, mas não têm a mesma visibilidade descrita por Tom e Vinícius às "musas do calçadão".

2.2 Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (Comlurb)

A relação da Comlurb com o Rio de Janeiro está prestes a completar bodas de ouro. Em 2025, a companhia que cuida das ruas da cidade completará 50 anos de existência. Dizem que uma relação que se mantém viva por tanto tempo, muito tem a nos dizer sobre resiliência, adaptabilidade e transformação, afinal, 5 décadas não são 5 anos. É verdade que a história da Instituição caminha, lado a lado, com a construção da cidade do Rio. Mas, para conhecermos essa trajetória, devemos voltar um pouco no tempo, lá pela época onde nem se imaginava avistar as "laranjinhas" pelas ruas cariocas.

"Lixo nas ruas, nas praias, nas praças e nas lagoas". Eu poderia estar me referindo a uma manchete de jornal dos dias atuais, afinal, a sociedade ainda tem muito o que aprender sobre a sua relação com o lixo produzido diariamente. Contudo, as primeiras linhas deste parágrafo nos levam a um Rio que vai do século XVI ao século XIX. Um período onde a cidade se formava desordenadamente e o

⁵⁹ O MUF foi fundado em 2008, a partir do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que destinou orçamento para projetos de urbanização de favelas no Rio.

processo de urbanização, já citado neste estudo, se intensificava a cada dia, havia um Rio de Janeiro surgindo e, junto a ele, uma defasagem enorme de avanços em projetos higiênico-sanitários. São épocas marcadas por epidemias como febre amarela, varíola e cólera. Uma cidade crescendo ao sabor das circunstâncias.⁶⁰

Só na década de 1830 que foi possível notar algum esforço de estruturação de serviços de limpeza, pois foram elaboradas, a partir da Câmara Municipal, algumas normas referentes ao despejo de lixo nos espaços públicos. Também nessa época, houve algumas tentativas privadas de coletas de lixo, mas que não foram bem sucedidas.

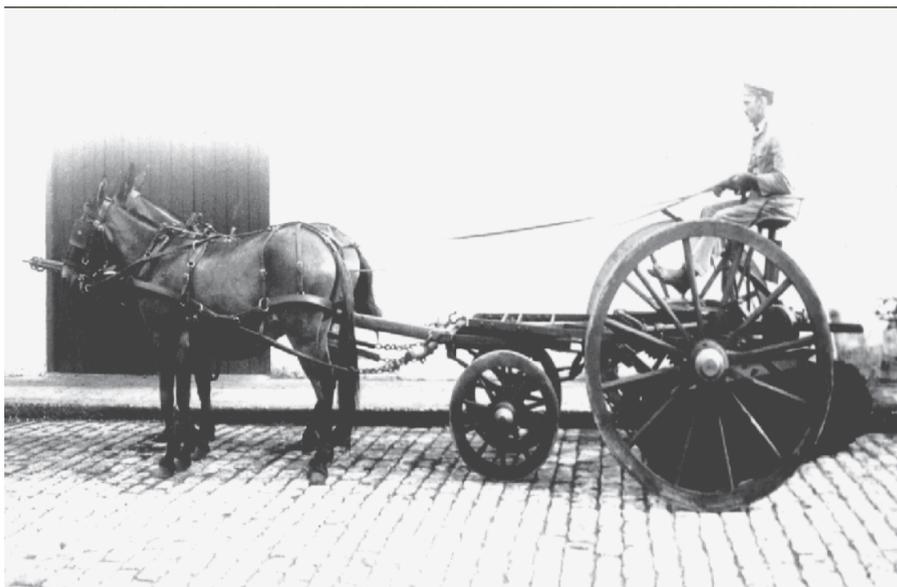
Figura 7: Escravizado com Máscara de Flandres.



Fonte: Reprodução de aquarela pintada por Jean-Baptiste Debret, de 1835.

⁶⁰Até 1825, no fim do Brasil Império, onde o país tinha uma mão de obra majoritariamente escravizada, os apelidados “tigres” eram responsáveis pelo recolhimento e despejo de urina e fezes dos moradores das cidades, já que não havia instalação sanitária alguma nas casas. Através de tonéis, os escravizados recolhiam os dejetos e despejavam o lixo no mar ou no rio. O apelido foi dado porque a ureia e a amônia escorriam na pele negra, deixando marcas listradas nos corpos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50526902> > Último acesso em: 27 de agosto de 2024.

Figura 8: Varredeira de tração animal, s.d.



Fonte: MIS - Museu da Imagem e do Som.⁶¹

Figura 9: Limpeza pública: coleta de lixo, 1820-1830.



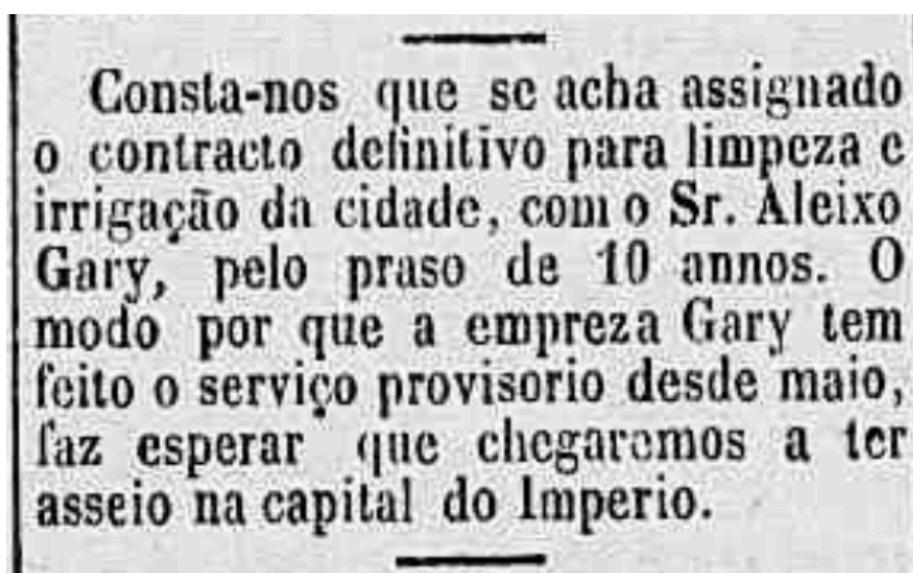
Fonte: Reprodução de Jean Baptiste DEBRET.

⁶¹ Disponível em:

https://acervo.mis-sp.org.br/buscaavancada?env=1&titulo=Varredeira+de+tração+animal&colecão=&autoridade=&descriptor=&descriptor_ono= > Último acesso em: 5 de maio de 2024.

Finalmente, na década de 1870, a firma do francês Aleixo Gary foi oficialmente contratada para administrar e executar os serviços de limpeza urbana. A Gazeta de Notícias (RJ), noticiou, em uma pequena nota na primeira página, a contratação dos novos serviços prestados pelo francês. Coube à equipe de Gary, então, a função de transportar o lixo produzido na cidade para a Ilha de Sapucaia, na Baía de Guanabara. Portanto surge, nesse momento, a primeira empresa de coleta de lixo no Rio.

Figura 10: Nota na primeira página do jornal Gazeta de Notícias (Rj), em 11 de outubro de 1876.

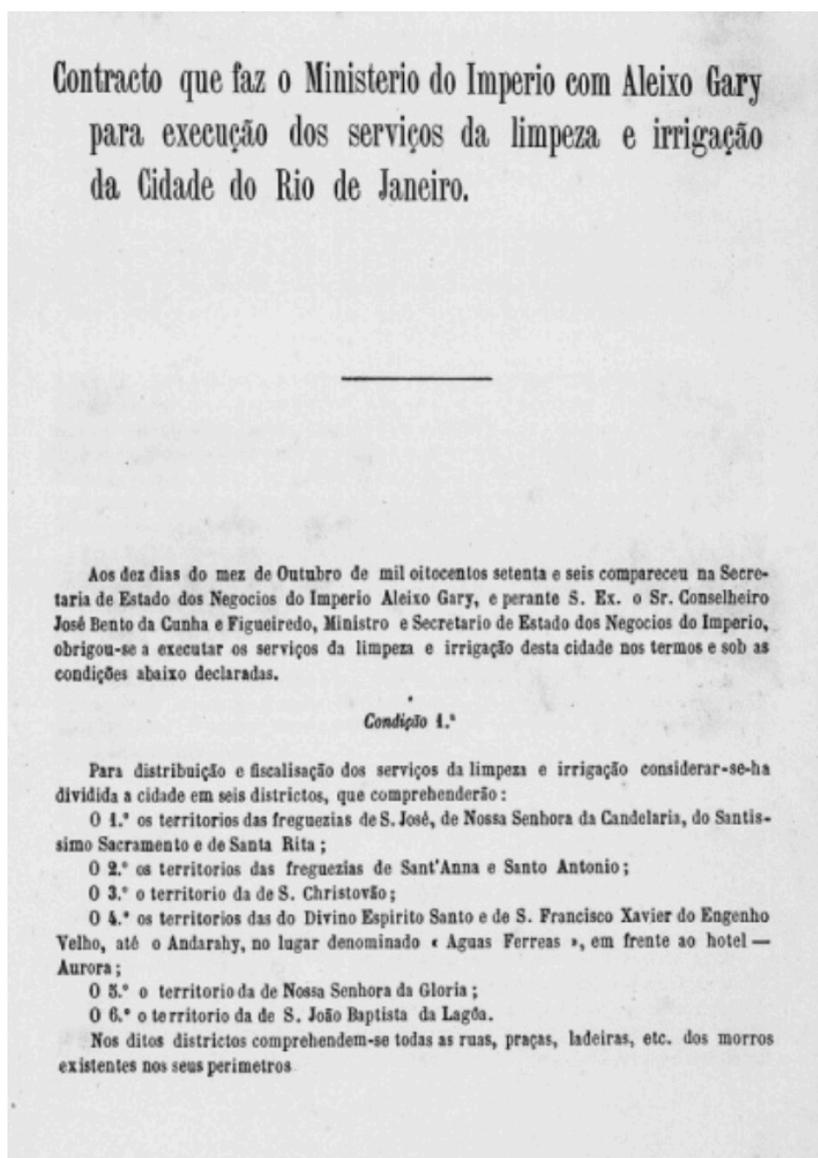


Consta-nos que se acha assignado o contracto definitivo para limpeza e irrigação da cidade, com o Sr. Aleixo Gary, pelo praso de 10 annos. O modo por que a empresa Gary tem feito o serviço provisorio desde maio, faz esperar que chegaremos a ter asseio na capital do Imperio.

Fonte: Jornal Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro).⁶²

⁶² Disponível em: < https://memoria.bn.gov.br/pdf/103730/per103730_1876_00281.pdf > Último acesso em: 5 de maio de 2024.

Figura 11: Contrato do Império com Aleixo Gary, firmado em 1876.



Fonte: Biblioteca Nacional.⁶³

Para além da produção diária de lixos, os hábitos da população não seguiam nenhuma educação ambiental, o que piorava muito o cenário de limpeza urbana. Com o sistema e o profissionalismo implantados pelo francês Gary, os empregados, que ainda não tinham um nome para suas funções, passaram a ser chamados de gari, a partir do decreto 9.554, de 3 de fevereiro de 1886.⁶⁴

⁶³ Disponível

em: <<https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/styles/large/public/imagens/noticias/2020/0516-onde-ve-m-palavra-gari-hoje-dia-dele/cobertura-6433-onde-vem-palavra-gari-hoje-dia-dele.jpg?itok=Xa8WWO>> Último acesso em: 5 de maio de 2024.

⁶⁴ Decreto 9,554, de 03 de fevereiro de 1886, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publi>>

Os trabalhos da Aleixo Gary & Cia se mantiveram até o fim do contrato, em 1891. E, já no ano seguinte, o governo criou a Superintendência de Limpeza Pública e Particular da Cidade. Pouco tempo depois, no começo do século XX, no governo do então prefeito Pereira Passos (1902-1906), que marcou uma série de transformações na cidade, a Superintendência de Limpeza deixou de ser subordinada à Diretoria de Higiene e passou a ser autônoma. Nessa época, apesar de terem sido elaborados diferentes estudos sobre a destinação do lixo, todos não obtiveram sucesso e o processo mais usado ainda era o vazadouro no mar, que acontecia no Caju. Entre tentativas de limpeza urbana particulares frustradas, o governo continuou operando nesse serviço ao longo do tempo.

Cem anos após o início dos feitos de Aleixo Gary, na fusão da Guanabara com os Estados do Rio de Janeiro, a até então Celurb (Companhia Estadual de Limpeza Urbana)⁶⁵ deu espaço para a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), até hoje, a principal responsável pelo tratamento de lixo na cidade. A Celurb empregava cerca de 1.500 trabalhadores — entre administrativo e garis —, quando se tornou Comlurb, o contingente profissional deu um enorme salto para 6 mil.⁶⁶ O incentivo para as novas vagas de emprego foi feito, sobretudo, na Central do Brasil, através de abordagens dos próprios funcionários que já estavam na instituição.

Na década de 1940 os garis começaram a usar uniformes. Mas, somente com a recém inaugurada Comlurb, que o pioneiro em design gráfico no Brasil, Aloísio Guimarães, cria a identidade visual da Companhia — bastante semelhante à que conhecemos hoje — com as cores laranja e azul. No uniforme, as cores eram usadas de maneira bem contrastada, pensando em uma boa reflexão de luz, com objetivo de reduzir os índices de acidentes envolvendo os profissionais. Hoje em dia, os uniformes já passaram por uma série de atualizações com objetivo principal de atender às normas de segurança do trabalho.

[cacaooriginal-53270-pe.html#:~:text=reparti%C3%A7%C3%B5es%20de%20saude-,Art..o%20servi%C3%A7o%20sanitario%20dos%20portos](#) > Último acesso em: 2 de setembro de 2024.

⁶⁵ A Celurb foi fundada com a criação do Estado da Guanabara, e sua fundação marcou o início do trabalho da Assistência Social dentro das empresas de limpeza urbana.

⁶⁶ Nos 40 anos da empresa (2015), foi produzido um documentário que reuniu uma série de depoimentos com histórias pessoais dos antigos funcionários. O trabalho audiovisual está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4kSk4D2GPPs> > Último acesso em: 15 de maio de 2024.

Figura 12: Uniforme das garis atualmente.



Fonte: Redes Sociais - Instagram da Comlurb.⁶⁷

O ano de 1986 marca um grande feito da Companhia: a contratação da primeira gari mulher⁶⁸. O processo, que foi um incentivo da Prefeitura em parceria com a Comlurb, contratou inicialmente 30 mulheres.

A Comlurb que está prestigiando,
 A contratação da gari mulher,
 Em toda parte da cidade,
 Com a vassoura na mão, elas vão dar rolé,
 Quem nunca viu vai ver,
 Elas varrendo o chão,
 Essas mulheres de verdade, na sua simplicidade,
 Vão dar show de produção.⁶⁹

⁶⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/comlurbcomunica/> > Último acesso em: 13 de maio de 2024.

⁶⁸ Durante a década de 1980 os movimentos feministas e de mulheres estavam ganhando força, conforme abordado no primeiro capítulo. Como marco na história dos movimentos sociais, a luta estava focada, sobretudo, na igualdade salarial, expansão das creches e contra a violência doméstica.

⁶⁹ Música cantada por um ex-funcionário da Comlurb, no já mencionado documentário da empresa. Disponível online no Youtube, através do link: < <https://www.youtube.com/watch?v=4kSk4D2GPPs> > (minuto 15).

Elas foram destinadas a limpar as ruas (a função de varrição) e receberam uniformes reformulados — diferentes dos usados pelos garis homens. Na época, foram muito elogiadas pelos serviços prestados. Contudo, não poderiam ocupar outros cargos: o contrato era apenas para o serviço de varrição.

Atualmente, a Comlurb é considerada a maior organização de limpeza pública na América latina. Como Sociedade anônima de economia mista, a companhia tem a Prefeitura do Rio de Janeiro como acionista majoritária. São 40 serviços ofertados, sendo eles: Coleta domiciliar; Coleta seletiva; Manutenção de mobiliário das praças; Manutenção e reformas de canteiros, praças, parques e áreas ajardinadas; limpeza de mobiliário urbano; Coleta de lixo público; Limpeza de feiras livres; Instalação de papeleiras; Poda e destoca de árvores públicas e Limpeza de praias.

No quesito limpeza de logradouros, há: Limpeza de ralos; Capina e roçada; Varrição; Coleta de entulho, bens inservíveis e galhadas. Há também a coleta e limpeza de eventos especiais como eventos esportivos, culturais e religiosos; emergências; carnaval; ano novo; feiras, maratonas, exposições e outros eventos da Prefeitura; eventos públicos e regulamentados; festivais, shows e festas. Para além destes serviços, há as instalações de contêineres e outros equipamentos; limpeza de encostas; transferência, tratamento e destino do lixo; limpeza do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas; pesquisa e análises laboratoriais.

Além disso, a Comlurb faz a fiscalização, controle e atendimento às empresas credenciadas, construtoras e empreiteiras, grandes geradores, condôminos e edificações, estabelecimentos assistenciais de saúde e cliente-cidadão. Os funcionários prestam, também, os serviços de coletas especiais, como: Lixo infectante; Remoção gratuita; pilhas e baterias e coleta náutica. As limpezas especiais são: coleta de peixes mortos; margem de rios e canais; túneis e monumentos. Nas escolas municipais, os serviços oferecidos são: varrição intramuros; limpeza interna; roçada e capina; poda e destoca de árvores e coleta seletiva/reestruturação. Além disso, há prestação de serviços de preparação de alimentos, bem como sua conservação e higiene, em parte da rede de ensino municipal do Rio de Janeiro. No quesito higiene hospitalar, é realizada a coleta de lixo; limpeza interna; desinfecção e o tratamento de pisos.

O site da empresa também informa que a companhia realiza programa de limpeza das antigas UPPs; faz o controle de caramujo africano e o controle de ratos. Além do credenciamento de empresas para caçamba, remoção de resíduos biológicos, extraordinários e entulhos. Nos canteiros, parques, praças e áreas ajardinadas pela prefeitura, a Comlurb oferece limpeza, conservação, manutenção e reformas. E, por fim, a companhia fiscaliza a obediência à Lei de Limpeza Urbana Programa Lixo Zero.⁷⁰

Apesar de estarmos longe de um cenário ideal, alguns feitos vêm sendo enaltecidos. No Índice de Sustentabilidade Urbana (ISLU)⁷¹ realizado em 2019, o Rio se destacou na gestão do lixo e foi considerado a melhor capital brasileira na pesquisa. O índice leva em consideração os critérios de engajamento da população; sustentabilidade financeira; recuperação dos resíduos coletados e impacto ambiental. Atualmente, além da presidência e das sete diretorias executivas, o serviço é dividido em quatro superintendências regionais.⁷² No que tange aos garis, são 13.731 funcionários, sendo 9.968 homens e 3.763 mulheres. No próximo item, faremos uma análise das profissionais que compõem o corpo dessa instituição, a partir de uma perspectiva interseccional.

2.3 Garis da Comlurb: Relações interseccionais de gênero, raça, classe e território

Não conseguiremos criar uma imagem precisa da posição social da mulher simplesmente chamando atenção para o papel que é designado às mulheres submetidas ao patriarcado. Mais especificamente, não conseguiremos criar uma imagem precisa do status das mulheres negras, focando apenas em hierarquias raciais. (hooks, 2019, p.34)

Qual o perfil das mulheres garis do Rio de Janeiro atualmente? E as que limpam a região de Ipanema? É urgente conhecê-las. Pois, ao refletir acerca dos fenômenos abordados, presumo que o tema se torne ainda mais complexo. Aqui,

⁷⁰ Programa Lixo Zero. Disponível em: <<https://www.1746.rio/hc/pt-br/articles/10734657084699-Informações-sobre-o-Programa-Lixo-Zero#:~:text=O%20Programa%20Lixo%20Zero%20prevê,Limpeza%20Urbana%20nº%203273%2F2001.>> Último acesso em: 1 de agosto de 2024.

⁷¹ Pesquisa disponível em: <<https://prefeitura.rio/comlurb/rio-de-janeiro-se-destaca-na-gestao-do-lixo-e-e-melhor-capital-brasileira-no-indice-de-sustentabilidade-urbana-2019/#:~:text=O%20Rio%20de%20Janeiro%20é,brasileira%20na%20gestão%20do%20lixo>> Último acesso em: 5 de agosto de 2024.

⁷² São elas: LRS - Superintendência Regional Sul; LRN - Superintendência Regional Norte; LRB - Superintendência Regional Barra e Jacarepaguá e LRO - Superintendência Regional Oeste.

especificamente, há um desaparecimento simbólico por eixos que se cruzam: são garis, majoritariamente, negras, classes sociais baixas, moradoras do subúrbio distante ou da periferia. Marcadores que têm como pano de fundo uma sociedade capitalista misógina, racista, classista e de um supremacismo branco extremamente excludente e desigual. Conforme já abordado, não há interesse inerente aos opressores em dar visibilidade a esses grupos que, historicamente, ocupam a base da pirâmide de estratificação social.

Atualmente, do total de funcionários garis da Comlurb (13.731 pessoas), 37,7% são mulheres. A disparidade de gênero no corpo dessa profissão é um fator tradicional, afinal, como vimos, historicamente os trabalhos braçais e exercidos nas ruas eram feitos, majoritariamente, por homens. Apesar do número de mulheres ter crescido com o passar do tempo (conforme constatamos, na primeira contratação foram 30 profissionais), elas ainda ocupam poucas áreas das principais atribuições. Dos serviços fornecidos pela Comlurb, as mulheres são maioria nas varreduras e em trabalhos considerados "leves".

Os dados fornecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI)⁷³, nos mostram que das garis da Comlurb, não há nenhuma com menos de 23 anos e nem 50 delas possuem menos de 28 anos, a maioria está entre os 39 e os 43. O nível de escolaridade é um fator que varia um pouco: do grupo completo — 13.731 homens e mulheres —, duas pessoas são analfabetas e apenas doze têm pós-graduação finalizada. A maior parte ocupa o conjunto de "segundo grau finalizado" — são 5.865 funcionários e funcionárias.

Ao analisarmos os números com uma lente voltada para o viés educacional, poucas são as profissionais que tiveram cursos superiores ou de especialização, o que evidencia uma característica relevante do perfil dessas profissionais e, ainda, ressalta a importância de ações afirmativas do Estado, conforme afirma Miranda (2017): "visto que o estudo pode fornecer os meios adequados para emancipação de grupos vulneráveis (negros, mulheres e pobres)" (p.110).

Quando seguimos refletindo sobre os dados, encontramos marcadores ainda mais significativos para a conjuntura histórica e atual do nosso país: os que explicitam as questões de raça. Dos 13.731 garis, 61% se consideram pretos ou

⁷³ A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, é uma lei ordinária federal que regulamenta o art. 5º, XXXIII, art. Foi criada para garantir que todos os cidadãos e cidadãs brasileiras tenham acesso às informações públicas que não estejam em sigilo. Disponível em: <<https://www.1746.rio/hc/pt-br>>. Último acesso em: 15 de maio de 2024.

pardos e 15% não responderam. Historicamente, profissões subvalorizadas são ocupadas por pessoas negras, com baixo nível de escolaridade e classes sociais consideradas baixas — fatores diretamente resultantes de um processo de colonização e escravidão vivido por mais de 300 anos no país, e sua consequente abolição frágil e impermanente.

De tanto misturar cores e costumes, fizemos da mestiçagem uma espécie de representação nacional. De um lado a mistura se consolidou a partir de práticas violentas, da entrada forçada de povos, culturas e experiências na realidade nacional. Diferente da ideia de harmonia, por aqui a mistura foi matéria do arbítrio. Ela é resultado da compra de africanos, que vieram para cá obrigados em números muito superior ao dos que foram levados a outras localidades. O Brasil recebeu 40% dos africanos que compulsoriamente deixaram seu continente para trabalhar nas colônias agrícolas da América portuguesa, sob o regime de escravidão, num total de cerca de 3,8 milhões de imigrantes. Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria. (Schwarcz; Starling. 2015, p.15)

Até aqui, constatamos um número alto de pretos e pretas, baixo nível de escolaridade e uma idade avançada dos profissionais. Refletindo, percebemos um corpo profissional caracterizado sobretudo, por maiorias — chamadas, predominantemente, de minorias — marginalizadas e oprimidas.

Se analisarmos como um formato de pirâmide, podemos encontrar homens brancos no topo, seguidos por mulheres brancas, homens negros e, por fim, mulheres negras. Essa ainda é a construção da sociedade como um todo e, conseqüentemente, a que molda as relações interpessoais, como reflete Carneiro (2003) ao ressaltar que,

(...) em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. (...) também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. (p.119)

Outro eixo relevante para uma perspectiva interseccional das profissionais garis no Rio de Janeiro, é a região onde residem essas trabalhadoras. A maioria mora em bairros da Zona Oeste do município, sendo esse o território com maior concentração de comunidades da cidade. Nas periferias cariocas as condições de vida são precárias, muito além da segurança das regiões — altamente ocupadas por milícias e tráfico — há precarização da infraestrutura, não há saneamento básico, mobilidade urbana, difícil acesso às escolas.. Portanto, não é possível abordar como tema esse grupo desassociando de seus contextos de vida, de

moradia. A região que habitam também é parte de suas identidades, conforme abordamos no primeiro item deste capítulo.

Ao analisar os indicadores sociais da maioria das profissionais da Comlurb, pode-se perceber que, dentre todas as convergências, raça é a categoria base que mais inferioriza esses indivíduos e está sobreposta a todas as outras. Atualmente, a proporção de pretos e pardos em situação de pobreza no Brasil é praticamente o dobro em relação às pessoas brancas. Do total, 34,5% são pretos, 38,4% se consideram pardos e somente 18,6% brancos (IBGE; 2021)⁷⁴. Homens e mulheres de cor também são maioria em empregos considerados de base⁷⁵, comprovando a força do racismo estrutural que segrega homens e mulheres pretas da ascensão social, econômica e da garantia de segurança.

No discurso — potente e atemporal — proferido pela feminista negra Sojourner Truth, em maio de 1851, na cidade de Ohio, Estados Unidos, a ativista questionou

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. (Truth, 1851)

O Congresso reunia muitas pessoas para discutirem os Direitos das Mulheres e, poderia, tranquilamente, ser um debate sobre os mesmos Direitos nos dias atuais — para além do território norte-americano. Considerado um marco nas relações entre o feminismo e o abolicionismo, a intervenção reivindicava o básico, sobretudo para as mulheres negras, deixadas para trás pela luta de raça e de gênero. Neste momento, não havia um arcabouço teórico formal sobre o conceito de interseccionalidade, mas, é possível ver o quanto essa ferramenta já era utilizada nas lutas de muitas ativistas da época, sobretudo as feministas negras.

Trazendo o debate para os tempos atuais, bell hooks sinaliza bem como a luta feminista é marcada por muitos fatores distintos e como o discurso é capaz de

⁷⁴ Considera-se, nesta pesquisa, a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial. Para mais, acessar: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>> Último acesso em: 19 de janeiro de 2024.

⁷⁵ Para observar o infográfico elaborado pela RAIS 2016, através do cruzamento de dados oferecidos pelo Ministério do Trabalho, acessar: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>> Último acesso em: 19 de janeiro de 2024.

revelar o lugar de quem fala. A exemplo de quando a autora conta da própria história afirmando que "no momento de meu nascimento, dois fatores determinaram meu destino, o fato de eu ter nascido negra e o fato de eu ter nascido mulher." (hooks, 2019, p.35)

Dos maiores aprendizados que o conceito de Interseccionalidade me concedeu, destaco a compreensão de que nem sempre estamos analisando grupos distintos, mas, muitas vezes, sobrepostos. Por trás de uma profissional gari, há Julianas, Cláudias, Vanessas, Marias... Mulheres com identidades; cor de pele; origem; com um recorte por vezes limitado de oportunidades de estudos; idades mais avançadas, que sofrem silenciosamente e são esquecidas por uma sociedade capaz de reduzi-las a uma só identidade: a gari.

O que ocorre, em última instância, é que o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base. Essa é a discriminação contra grupos específicos. (Crenshaw, 2002. p.12)

Compreender as práticas discriminatórias, as estruturas de poder e as intersecções dos marcadores sociais, pode ser o primeiro passo para encontrarmos novos rumos para a invisibilidade e a violência simbólica vividas pelas mulheres que limpam as ruas do Rio de Janeiro. Encerro esse item retornando e associando aos fenômenos aqui analisados, à sempre atual questão levantada por Sojourner Truth, na convenção de Ohio: Vestidas de laranja e, simplesmente, exercendo os seus ofícios, as garis da Comlurb "Não são uma mulher?".

É nesse sentido que, no próximo capítulo, vamos nos aproximar um pouco mais do cotidiano dessas mulheres.

CAPÍTULO III - Processos Etnográficos e as mulheres do exército laranja

Um misto de tensão, medo, vontade e desafio conduziram os meus passos até a entrada em campo. Quando recebi o primeiro "sim" e me sentei para conversar com a entrevistada número 01, me dei conta de que os sentimentos à flor da pele precisariam ficar em segundo plano. Afinal, tudo aquilo que até então era só planejamento, enfim ganhara forma de realidade — e para seguir da melhor maneira, muito dependeria de mim. Como apontou Ferreira (1996) ao afirmar que

(...) as incertezas que permeiam o trabalho de campo devem ser consideradas como dados positivos para a pesquisa, mesmo quando traduzem recuos, interrupções ou pontos cegos. Ao enfrentar os impasses que se apresentam, o pesquisador terá que acionar recursos até então despercebidos por ele ou lançar mão de sua "sensibilidade" antropológica talvez ainda inerte - elementos que, a partir de experiências desse tipo, passam a compor de forma ativa o seu acervo de práticas e alternativas metodológicas para suas aventuras no campo. (p. 90)

Não é possível, embora tente, me distanciar totalmente das entrevistadas e suas histórias — assim como desse texto que escrevo. Nas conversas, fomos constantemente atravessadas por alguma experiência, desejo ou sentimento em comum. Preciso dizer que busquei, fielmente, um equilíbrio entre a pesquisadora e a Victória, carregada de suas vivências como mulher. Contudo, sei o quanto essa linha pode ser tênue e, portanto, não almejo excluir do presente texto os diversos impactos que o processo de campo teve sobre mim.

Além da etnografia, como já apontei na introdução dessa dissertação, adotei como recurso metodológico, a História Oral, com objetivo de valorizar a narrativa verbalizada pelas entrevistadas, considerando suas vivências ali compartilhadas, frutos de experiências sociais — individuais e coletivas. Foi durante essa etapa que surgiram sentimentos, expressões, gestos, lágrimas e sorrisos. É nesse sentido que

O fluxo que se estabelece entre esses momentos não se dirige em um sentido único. Não só o conteúdo pretérito esclarece a realidade contemporânea, alargando sua possibilidade de autopercepção e compreensão ao ampliar seus significados, como também o presente ilumina o passado, revelando (como seu desdobramento) e reinterpretando (por seu distanciamento) os significados deste. Assim, ao re-significarem o seu passado, a partir do transcurso de suas trajetórias de vida até hoje, essas mulheres puderam re-significar também seu presente, incorporando a ele elementos até aqui esquecidos por estarem deslocados ou reprimidos. Além da experiência pessoal de cada uma, seus relatos resgataram vivências de outros indivíduos, indiretamente dando voz aqueles que não puderam e não podem mais falar ou aqueles para cuja história ainda não houve escuta. (Ferreira, 1996, p.80)

Nesse sentido, para as próximas linhas, teremos como enredo as mulheres garis e suas histórias de vida, com ênfase no contexto do trabalho. Todas as informações são oriundas de nossas entrevistas e baseadas em suas próprias memórias — portanto, não há desfecho e resultados objetivos, visto que suas histórias ainda estão sendo escritas dia após dia. Já que,

trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. (Bento, 2022, p. 39)

Me colocarei como uma narradora observadora, ocupando um lugar onde, por vezes, tomarei a liberdade de conversar com as leitoras, exprimindo a minha percepção — não sobre os fatos apresentados pelas entrevistadas, mas pela minha observação das pausas, gestos e emoções contidas em nossa conversa. Assim sendo, o foco está todo voltado para as personagens protagonistas dessa história — as mulheres garis entrevistadas. Portanto, escreverei majoritariamente na terceira pessoa.

3.1 Caminhos até a sede da Comlurb

Ana Rebouças⁷⁶ foi a primeira pessoa da Comlurb com quem tive algum contato. Lá em 2022, ainda na busca por dados primários, cheguei até ela por indicação de um amigo, “ela é a responsável pela comunicação da companhia, vai poder te ajudar bastante”, disse ele.

Nessa época, eu já tinha enviado solicitação pela Central de Atendimento da Prefeitura do Rio (Portal 1746), através da Lei de Acesso à Informação (LAI). Basicamente, buscava dados referentes aos profissionais garis da Comlurb (com distinção de gênero, raça, idade, origem, religião e pessoas com deficiência). Com a demora no retorno da LAI, decidi enviar a mensagem para a Ana que, por suas vez, me aconselhou a escrever um email com as solicitações. Nesse tempo, tive as respostas que buscava no começo da pesquisa.

Um ano depois, no fim de 2023, prestes a qualificar o projeto, por incentivo da minha orientadora, decidi dar o primeiro passo efetivo na etapa da pesquisa de campo. Através da então secretária de Políticas e Promoção da Mulher no Rio de Janeiro, Joyce Trindade, consegui o contato do presidente da Comlurb, Flávio

⁷⁶ Todos os nomes pessoais utilizados neste tópico foram autorizados.

Lopes. Em um primeiro momento, o receio tomou conta: “mas será que um homem em um cargo alto como esse, provavelmente com uma rotina cheia, vai ter tempo e interesse pro meu trabalho?” Mesmo com o medo de jogar as ideias pro mundo, enviei uma mensagem pedindo alguns minutos de conversa.

Lembro como se fosse hoje: eu estava na UFF, porque era dia de estágio, ventava bastante no campus e já era fim de tarde. Passaram-se dois minutos do envio da mensagem até o meu celular tocar. A priori eu não acreditei, era o presidente da Comlurb me ligando, atendendo aos “minutinhos” que eu havia acabado de solicitar. E agora? Como resumir em “minutinhos” uma pesquisa que já atravessa mais de um ano de estudo? Como torná-la interessante tão rapidamente? Afinal, ali eu só teria o famigerado *“pitching elevator”*, uma espécie de “apresentação de elevador”, conhecida por necessitar um alto poder de convencimento em um tempo que duraria o equivalente à distância de um andar ao outro dentro do elevador.

Bom, se foi uma boa apresentação, não sei. A certeza é que foi suficiente para convencer o Presidente, e ele me abriu algumas portas: carta de anuência⁷⁷ da instituição assinada, liberação para fazer a pesquisa com as profissionais e tirar dúvidas sempre que precisasse. Para dar continuidade, ele me sugeriu que entrasse em contato com a Ana Rebouças — àquela que, um ano antes, eu já havia procurado para obter alguns dados. E assim fiz, depois de algumas conversas, ela me encaminhou para os próximos contatos.

O primeiro deles foi Alexandre Campos, na época, superintendente da Regional “Sul”⁷⁸. Enviei algumas mensagens, tentei uma abertura, mas, soube depois, que ele estava em processo de mudança de cargo e assuntos extras não caberiam naquele momento. Foi então que a Ana, novamente, me indicou para o então gerente da Sul — que estaria se tornando o superintendente.

Robson Coutinho recebeu uma mensagem minha logo cedo, pela manhã. Nela, eu pedia alguns minutinhos de atenção (à essa altura, já me garantia nos “minutinhos” para um bom resumo). Rapidamente ele me ligou, consideravelmente

⁷⁷ Para a realização do trabalho de campo, passei pelo processo de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Humanas, da Universidade Federal Fluminense. Somente após o aceite, pude dar início ao trabalho etnográfico próximo das garis.

⁷⁸ Forma como é chamada a Diretoria de Serviços, ou seja, a unidades de negócio que administra os grupos de Gerências de Serviços, tais como: Diretoria de Serviços Barra-Jacarepaguá (DSB), Diretoria de Serviços Norte (DSN), Diretoria de Serviços Sul (DSS), Diretoria de Serviços Especiais e Ambientais (DSA) e Diretoria de Áreas Verdes (DSV).

empolgado com o trabalho, me parabenizando e indicando mulheres de diferentes cargos para as entrevistas — já informando nomes e funções. Em relação às pessoas que eu já havia conversado, Robson era, até então, quem ocupava um cargo mais próximo das garis (pensando em um organograma de cargos). A primeira indicação do Robson foi a gerente da Urca que, apesar de não trabalhar em Ipanema, poderia ter muito a me contar de sua trajetória e, para além, ela atua em uma região próxima à analisada na pesquisa, algo poderia haver em comum.

Outro contato sugerido pelo Robson foi o Marcus Vinícius, responsável pela "Sul". Alguém que também foi super solícito e não esperou sequer eu entrar em contato: o meu celular tocou e era ele, se prontificando a colaborar com a pesquisa. De primeiro momento, me sugeriu a Ana Paula, que, na época, estava como encarregada noturna, além de Sol e Conceição, garis no turno da manhã. Todas trabalham em Ipanema e, a partir dali, o campo foi fluindo com a própria ajuda das entrevistadas.

Nas próximas linhas, conheceremos um pouco dessa trajetória do campo, a partir das falas e perspectivas das próprias funcionárias da Comlurb. As entrevistas seguiram um formato semiaberto, ou seja, houve um planejamento de roteiro, porém elaborado com perguntas mais amplas, garantindo espaço para as entrevistadas se sentirem à vontade, para compartilharem suas experiências com naturalidade e profundidade. Também nesse sentido, considero importante informar que todos os nomes pessoais são fictícios, escolhidos pelas próprias garis no dia da entrevista, com a finalidade ética de não expor publicamente suas identidades e histórias.

Os encontros aconteceram no decorrer de dois meses, foram realizados de acordo com os horários das garis. Majoritariamente, nos encontramos após o turno laboral, na própria sede da Comlurb no Jardim de Alah, em Ipanema. Quando não, os encontros foram realizados na gerência da Urca ou na própria casa, à convite das mesmas. Foram entrevistadas quatro mulheres, sendo que duas delas ocupam, atualmente, o cargo de gari, uma está como encarregada e a outra ocupa o cargo de gerência.

3.2 As mulheres do exército laranja

A conversa abre portas para um lugar de pensar que ninguém ocupava antes de conversar; lugar em que não ingressamos no isolamento e que pede desprendimento do lugar familiar. A passagem para o lugar de pensar

pede deslocamento: na sociedade de classes, para os que por nascimento caíram do lado dominante, a comunicação com cidadãos das classes populares pede muitos deslocamentos, pede várias vezes o deslocamento para bem longe de casa. Pede deslocamentos que dão em descolamento, descolamento de classe, e culminam num outro ponto de vista: literalmente, culminam num outro ponto no mundo de onde nossa visão vai ver o que não via antes. (Costa, 2004, p.47)

3.2.1 Letícia e a representação dos cargos de chefia local

Letícia foi a primeira indicação, a porta de entrada para o contato com as mulheres que compõem o corpo profissional da Comlurb, que está diretamente nas ruas. Ela é uma das poucas que ocupa um cargo de chefia — em toda a empresa, até o nosso encontro, segundo ela só havia mais uma na mesma função. Por esses fatores, julguei interessante aceitar a sugestão de tê-la como primeira entrevistada, ainda que não trabalhe diretamente com a equipe de Ipanema — bairro principal nesta pesquisa.

Fui recepcionada na gerência da Comlurb da Urca⁷⁹. Na porta, me esperavam a Letícia e duas garis que, sem disfarçar, me encararam por alguns segundos e responderam, em um tom um pouco tímido, o 'bom dia' que desejei. Pedi desculpas pelo atraso causado pelo trânsito e logo subimos para uma salinha que me parecia ser algo referente à administração. Lá, uma senhora saiu para nos deixar à vontade e assim começamos a conversa: Letícia sentada em uma mesa mais alta, na minha diagonal à esquerda e, eu, sentada na única cadeira que havia na sala.

Achei curiosa a forma como, naturalmente (ou não), nos posicionamos para a entrevista — a qual fiz questão de pontuar várias vezes, como uma conversa informal, sem nenhuma obrigação de ser algo mais. A curiosidade aflorou porque no audiovisual, área onde trabalho há alguns anos, existe um ângulo de câmera bastante usado que se chama *contra-plongée* ou câmera baixa. Nele, a câmera fica abaixo do nível dos olhos, direcionada para cima e é usada, majoritariamente, para demonstrar poder de quem está inserido no enquadramento (assim como o ângulo

⁷⁹ A Urca é um bairro localizado na Zona Sul da cidade do Rio, vizinho ao bairro Botafogo e próximo à Ipanema. É uma região construída sobre aterros, na primeira metade do século XX, considerada uma área nobre. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=439637#:~:text=A%20Urca%20%C3%A9%20um%20bairro,aterro%20no%20local%2C%20em%201922.>>> Último acesso em: 15 de agosto de 2024.

inverso, o *plongée*⁸⁰, demonstra fragilidade e “pequenez” da personagem enquadrada). Nos sentamos assim quase que automaticamente, ela sugeriu e eu acatei.

Hoje, espontaneamente, sorrio ao pensar como os acasos nos atravessam e compõem a história: o meu objetivo, ainda que não pensado em planos cinematográficos (até porque, conversávamos com a câmera desligada, à pedido dela), é justamente dar espaço para que essas mulheres falem à vontade, na tentativa de que, cada vez mais, elas se empoderarem através de suas próprias histórias e vivências. Quero dizer que, nesta pesquisa, elas são mesmo a força motriz, o foco, o que realmente importa. E para além das coincidências elas são, de fato, as personagens que detém o poder da história que se propõe escrever nessas linhas.

Enfim, pedi para ligar o gravador, já que ela preferia não ser filmada. Com a gravação iniciada, começamos a conversa com uma apresentação pessoal e profissional minha, seguindo para as perguntas primárias.⁸¹ Aos 41, Letícia tem três filhos, um casamento de 18 anos e é moradora de Copacabana. É formada em Letras e agora cursa Nutrição, no formato EAD (Ensino à Distância). Conta que o estudo é uma vontade antiga, que ficou para trás por conta do nascimento dos filhos e a necessidade de trabalhar.

Ela se define como branca, apesar de na sua certidão estar escrito parda. Com essa resposta, sinto que vem à tona um debate profundo e muito complexo, envolvendo o estabelecimento da negritude e de um racismo estrutural que dificulta o processo de autodeclaração (quando a própria pessoa declara sua raça), assim como de comissões de heteroidentificação (identificação étnico-racial de uma pessoa a partir da percepção de outra). Claro, a pergunta foi direta e não adentramos ao tema discutindo, por exemplo, reconhecimento e pertencimento étnicos. Contudo, a resposta espontânea reflete todo esse desafio da miscigenação brasileira, que se caracteriza por tropeços históricos constantes e esbarra em um dilema que é político, como afirma Luiz Augusto Campos (2013), sobre o que é ser

⁸⁰ "*Plongée*" é uma palavra de origem francesa, que significa "mergulho". Disponível em: <<https://dicionario.reverso.net/frances-portugues/plong%C3%A9e>> Último acesso em: 28 de julho de 2024.

⁸¹ Os superiores não entraram em detalhes sobre a pesquisa, pelo que soube depois, era resumidamente algo como “tem uma jornalista querendo fazer entrevistas, já tem a liberação do Presidente Flávio, então ela vai entrar em contato para agendar”. Ao apresentar de forma macro o meu estudo, Letícia pareceu entender um pouco melhor o que estávamos fazendo ali.

pardo no Brasil — um país de “brancas”, “morenas”, “negras”, “pardas”, “mulatas”, “mestiças”...

Desde o primeiro censo, a categoria “pardo” foi incluída (nos casos em que foi incluída) para dimensionar o estrato da população que, de acordo com os organizadores dos censos, não se classificaria nem como branco, nem como preto. Logo, ela sempre foi pensada como uma categoria residual ou mesmo como um não rótulo. (Campo, 2013, p.83)

É necessário, também, interseccionalizar esse fenômeno. No nosso país, o “clareamento” de pessoas negras se dá, também, por diferentes marcadores sociais: o lugar em que a pessoa ocupa (quanto mais periférico, mais socialmente negro, assim como quanto mais próximo das regiões do Sul, por exemplo, mais “claro” será). O mesmo acontece no contexto de classe social: é mais fácil perceber-se “claro”, “pardo” e “branco” onde o poder aquisitivo e o acesso ao capital (econômico, cultural e social) estão mais concentrados. Assim acontece também na situação inversa, uma mulher pobre e negra, ou seja, que carrega três fatores hierárquicos em um só corpo (gênero, classe social e raça), tende a ser caracterizada de acordo com esses marcadores.

O domínio interpessoal do poder refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. (Collins; Bilge, 2020, p.28).

Ou seja, uma possível falta de consciência racial ou ou consciência racial tardia se dá, sobretudo, por uma sociedade que sempre privilegiou as pessoas brancas nas mais diversas formas. Apesar de hoje, com as recentes pesquisas do o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sabermos que a maior parte da população brasileira se reconhece como parda (45,3%)⁸², sabemos, também, que o processo é muito mais complexo do que esses dados — a exemplo da resposta de Letícia, que não se reconhece com a raça que está identificada em sua carteira de identidade nacional.

Dando continuidade às questões da entrevista, pergunto sobre a orientação sexual e Letícia me responde “feminina”. Entendo que essa resposta se encaixaria

⁸²O equivalente a cerca de 92,1 milhões de pessoas. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> > Último acesso em 26 de agosto de 2024.

melhor, caso a pergunta elaborada fosse “com qual expressão de gênero você se identifica?” Contudo, não a interrompo, presumo que a resposta se refira à mulher, cis e hétero (sobretudo quando acrescento às outras informações oferecidas por ela). Entretanto, no meu imaginário, se torna difícil não levantar o tema em questão, refletindo sobre como nós — enquanto sociedade — ainda estamos longe de uma consciência de gênero, de um saber que diferencie (e respeite) a identidade de gênero, orientação sexual e o sexo biológico.

Especialmente por esse ser um debate público relativamente recente, que apesar de vir ganhando espaço nas últimas décadas, nos mais diversos ambientes, ainda está majoritariamente condensado nos espaços de conhecimento, de acessos privilegiados, nas academias, universidades... Isso mostra, para além, sobre como se faz necessária a presença constante de políticas públicas inclusivas que reafirmem os direitos referentes às agendas de gênero, através de um diálogo coerente e transparente com a sociedade civil e também o setor privado. O mesmo se dá na própria construção de identidade e educação primária e secundária, como ambientes familiares e escolares — lugares onde não deve haver brechas para preconceitos e tabus.

Chefiando uma equipe de garis

Em 2017, Letícia entrou na Comlurb, passou pelas funções de Encarregada 03, Assistente 01, Coordenadora de Processos e hoje é gerente, função responsável por comandar e fiscalizar toda uma equipe de garis na Urca. Basicamente, um grupo composto por 20 homens e 10 mulheres, divididas em dois turnos (manhã e tarde). Para ela, não há diferença na linguagem entre garis homens e mulheres, e também percebe muito interesse e alegria dos mesmos ao vestirem o uniforme laranja. Talvez isso se dê por conta dos moradores do bairro que, segundo ela, pode ser considerado um pouco de sorte, porque a população da Urca, no geral, é muito cuidadosa com o lixo (ela conta que os próprios moradores resolvem entre si quando há problemas).

Ao relatar o principal desafio da Comlurb no bairro — de acordo com ela, o descarte de lixo em dias incorretos — Letícia compara a quando morava na Zona Norte e não se deparava com esse tipo de problema: “um lugar de metro quadrado caríssimo [bairro na Zona Sul], dá a entender que as pessoas são mais inteligentes, né?! Isso é desrespeito... Mas no dia que não passa caminhão, eles sentem.”

Como aponta Costa (2004),

Quem considera o gari somente quando precisa de seus serviços, na verdade não o vê, não faz reconhecimento de pessoa(...). O homem desaparece sob comando do reificante, é uma coisa controlada pelos outros. É disso que o varredor se queixa: ficou invisível. Os garis, recebendo a carga redutora da atenção funcional, contam ali só para desempenho de papéis simples. Ali, só aparece o que fazem ou o que devem fazer, ali só aparecem fazeres simples, figuram personagens simples, não existem pessoas. (p.123-124)

Quando abordamos o assunto mulheres nesse ofício, descubro que, nessa gerência, não há mulheres motoristas e operadoras de máquinas, a maior parte delas desenvolve a função de varredura e não estão no caminhão “principalmente pelo peso”. Assim como nos cargos de chefia, há poucas mulheres. Para ela, isso se dá, basicamente, por uma "política historicamente muito masculina da empresa", que, segundo Letícia, está mudando consideravelmente agora. Podemos, aqui, associar a um certo reconhecimento do que poderíamos chamar de violência simbólica.⁸³

Pergunto sobre o preconceito com as profissionais e se ela, ocupando um cargo de chefia, percebe isso. “Têm pessoas que discriminam, não tem jeito, é do ser humano. A menina [gari] chegou aqui dizendo que uma mulher passou perto reclamando, '[a mulher] não podia nem encostar na gente, eu falei que a gente trabalha com lixo mas não é sujo não" contou a gari à Letícia, que tentou acalmá-la. Segundo a gerente, geralmente são pessoas de fora da Urca, que estão de passagem. Afirma isso pois considera que ali as pessoas admiram e respeitam os trabalhadores garis, “nunca vi nenhum mal trato com eles”.

Questiono aqui, então, se não há um certo idealismo ao falarem dos moradores da Urca, uma espécie de endeusamento do local, colocando o ruim como algo que vem de fora. Isso se daria, principalmente, por ser um bairro tradicional, que sedia pontos turísticos como o Morro do Pão de Açúcar e o Morro da Urca, Institutos relevantes e, geralmente, é casa para uma população com poder aquisitivo alto. Além de ser um bairro onde muitos se conhecem (inclusive as diferentes gerações familiares), por ser considerado pequeno.

⁸³ Foi solicitado à Comlurb os seguintes dados: quantas mulheres já ocuparam cargos de direção na empresa? Quantas pessoas exercem a função de motorista de caminhão e quantas dessas são mulheres? Contudo, a equipe de Comunicação não obtinha esse levantamento, não conseguiu realizar até a finalização dessa pesquisa, assim como não estipulou um prazo para obter tais números junto à equipe de Administração.

Para ela, existe uma união muito forte entre os próprios garis, não há muita distinção entre homens e mulheres e acredita no desempenho laboral como interesse pessoal, "mais do que distinção do sexo". Letícia me conta que todas as profissionais de sua gerência têm filhos, e demonstram bem menos interesse em crescer na empresa do que os profissionais homens. Não há como afastar essas opiniões de uma naturalização da questão de gênero no ambiente social do trabalho e do lugar ocupado pelos dominantes. Perpetua-se, com esse discurso, uma ideia de limitação imposta às mulheres e de desvalorização da própria capacidade da mulher no mercado de trabalho. Letícia desempenha um cargo mais alto, ocupado pelo grupo dominante, na sua reflexão é possível perceber uma fala que carrega traços estigmatizados e estigmatizantes.

Ainda nesse mote, em relação às diferentes funções exercidas, Letícia conta que costuma destinar a limpeza de ralo para os homens, segundo ela, pela força exigida e o tipo de trabalho exercido — relata a tarefa com feição de nojo e reprovação. Para realizar o serviço, ela só envia mulheres quando elas mesmo insistem em realizar a atribuição. Percebo, durante alguns momentos da conversa, uma certa naturalização dos papéis de gênero, como se esses papéis fossem naturalmente determinados e ocupassem funções imutáveis. Ao mesmo tempo que Letícia exalta os novos formatos da empresa de incentivo à equidade de gênero, replica discursos que naturalizam os próprios papéis de gênero. Enxergo tal fenômeno como mais uma máscara da violência simbólica que é praticada contra as mulheres no mercado de trabalho: elas se tornam presas às suas posições e, por vezes, acabam reproduzindo essa condição de oprimidas — nas falas e na prática.

3.2.2 Ana Paula, uma entrada triunfal, a jornada tripla e a “Poderosa Chefinha”

Ofereci à Ana Paula que nos encontrássemos na sede da Comlurb, onde ela trabalha, ou poderíamos tomar um café em algum lugar que não prejudicasse a rotina. Por acaso, Ana Paula mora no mesmo bairro onde vivo hoje, o Recreio, na Zona Oeste do Rio. A sugestão dela foi que tomássemos um café na varanda de sua casa — que não ficava a 6km da minha. Chegando lá, por volta de 10h da manhã, fui recebida muito gentilmente no apartamento onde vivem, atualmente, Ana Paula, seu filho, o genro e dois simpáticos cachorrinhos. Colocamos a mesa e perguntei se poderia gravar com a câmera ou apenas com o áudio, Ana Paula autorizou o áudio, mas pediu que eu explicasse sobre o que conversaríamos —

novamente, para a minha surpresa, os gerentes não haviam passado nenhuma informação sobre a pesquisa. Assim sendo, expliquei o porquê de estarmos ali e rapidamente a conversa encontrou caminho.

Ana Paula é uma mulher parda, divorciada, tem 51 anos, é filha de mãe e pai pernambucanos. Ela, nascida em Recife. A maneira como Ana Paula conta a própria história daria um livro, com capítulos bem amarrados, clímax e uma cronologia muito bem dividida — o desafio era “cortar” a conversa sabendo que ela tinha horário para o estágio. Logo no início, descubro que Ana é da leva de garis que fizeram o concurso de 2009, mas, antes de adentrarmos ao Universo da Comlurb, proponho que retornemos alguns passos, para conhecer os rumos que a levaram até a prova da companhia.

Aos 16 anos, Ana Paula foi mãe e começou a trabalhar como cozinheira. Para o Rio, veio aos 24, ano que também se casou e foi morar no bairro Catete. Dez anos depois, se divorciou. Foi aí que o esporte e a dança de salão entraram fortemente na sua vida. “Eu era super atleta! E na época eu, que trabalhava como cozinheira (era minha paixão), ia correr na Lagoa, passava no Parque dos Patins e via todos os dias aqueles garis. Aquilo me chamava atenção!”

Nesse período, Ana Paula namorava um professor de Educação Física que se dizia tão competitivo quanto ela e, por isso, quando abriu o concurso para a Comlurb, decidiram fazer uma curiosa aposta um com o outro para realizar a prova de gari. Dito e feito. A surpresa foi que a aprovação veio só para ela, o namorado não passou (a prova, na época em que eles fizeram, era de resistência física, não havia uma etapa escrita).

Eu fiz barra, corrida, abdominal, flexão e não lembro da outra etapa, só lembro muito da corrida, porque foram 3 km em 12 minutos, tudo naquela Vila Olímpica, em Deodoro. A prova em si já era muito pesada, na barra você subia num banquinho e fazia a prova 'igual homem'. Você tinha que fazer 48 abdominais, se você não fizesse da maneira correta, ela voltava a contar do número 1. Muita gente chorava e parava no meio, desistia. E também tinha tempo, era eliminatória. Tinha muita, muita mulher, mas passava mais homem. Onde eu entrei não lembro de ter passado nenhuma, tanto que no Leblon, na gerência, só tinham 4 mulheres, eu e mais 3 que já eram antigas... Lá eu entrei no dia 27 de dezembro, já pro Réveillon.

Segundo as garis, o Leblon é a maior gerência, mas com o tempo muitos foram sendo afastados ou faleceram e o número de profissionais passou a ficar menor - já que não abrem novos concursos. Segundo ela, muitas pessoas adoecem com o tempo, principalmente pelos esforços repetitivos — ela mesmo teve esporão

de calcâneo, por ser um serviço que anda muito. Ana Paula me conta que as pessoas perguntam na rua, todos os dias, quando vai abrir concurso, "até guarda municipal, porque eu acho que é o que melhor paga, é tudo em dia, certinho, tem os acréscimos, adiantam quando cai no final de semana... Nesse tempo todo eu nunca vi atrasar."

O entusiasmo toma conta quando o assunto é a entrada na Comlurb, que, ao meu ver, teve diferentes fases de auto-percepção de Ana.

Eu digo que minha entrada na Comlurb foi muito triunfal. Com poucos meses eu ainda usava um chapéu pras pessoas não me reconhecerem, por causa da dança de salão por exemplo, eu acabava me envolvendo com uma alta sociedade do Rio, eu tinha esse ciclo de amizade. Em casa mesmo, eu levava meu uniforme para lavar e as minhas irmãs falavam 'ah, não estende aí fora não, os vizinhos vão ver'. Eu ficava triste, dizia que era um trabalho como outro qualquer, e pra mim era até melhor, antes eu era governanta porque tinha espírito de liderança, porque na verdade eu era empregada doméstica mesmo.

No princípio, vestia-se de gari na mesma trivialidade que abrigava-se no sentimento de vergonha. O chapéu não importava tão somente para a proteção dos raios solares, era também instrumento para passar imperceptível. Costa (2004, p.102) lembra: "se o homem não aparece como alguém que age e fala, reconhece o mundo, reflete e opina acerca dele, deixou de aparecer como cidadão." Buscava Ana, então, a invisibilidade? Por que não queria ser vista se, para ela, não havia problema quanto à profissão? A hostilidade da invisibilidade pública se constrói, majoritariamente, pela percepção/ação sutil que os outros têm sobre os oprimidos. O impulso de ocultar-se, ocorria diretamente pelo receio da imagem que os outros — como ela mesma afirmou a "alta sociedade do Rio" —, construiriam se soubessem de sua profissão. Afinal, "os uniformes podem valer como signos de posição social — posição de trabalho, posição hierárquica, posição de classe" (Costa, 2004, p.58)

As minhas irmãs tinham orgulho sim, mas pensavam na questão do lixeiro, e inclusive me revolta muito quem chama hoje o gari de lixeiro. Não é! Eu tinha muito orgulho, mesmo, mas eu não podia demonstrar. Na época, no meio daqueles grupos, eu não tinha essa perspectiva de falar 'eu sou e daí?' Isso só veio depois, no início eu me escondia nesse chapéu. Meu pai e minha mãe, do Recife, não tinham ideia do que eu fazia, sequer sabiam o cargo que eu ocupava.

Ainda sobre o início do serviço como gari, Ana Paula conta que se apresentou no Leblon, como solicitaram, mas não era o desejo inicial. Ao afirmar que gostaria de mudar para o Parque dos Patins, ela conta que riram, pois deveria ir onde precisasse, não poderia escolher.

(...) no primeiro dia, debaixo de chuva, já foi um sufoco, eu só pensava que não ia aguentar, que era realmente muito pesado pra mim, eu chorava... E aí eu voltei na gerência e falei 'vou embora, não vou poder ficar'. Expliquei que no meu outro emprego [de cozinheira] eu ganhava muito mais, e ali eu realmente não iria dar conta, é muito difícil... Aí ele [o gerente] perguntou onde eu trabalhava, era na rua General Garzon, (Lagoa com Jardim botânico) e morava no Catete. Ele falou que ia me botar no Parque dos Patins, no horário encaixado com meu trabalho, de 6h-13h. Ali foi o auge! Eu tinha acabado de entrar, no dia primeiro na praia eu tinha entendido que meu corpo não ia aguentar: trabalho [como cozinheira], Comlurb [como gari] e dança. Então foi muito bom, eu já não queria largar a dança mesmo! Foi uma das épocas mais felizes da minha vida, tudo concretizando, eu ria sozinha!

Percebo Ana Paula como uma representação de mulher que quebra diferentes estereótipos de gênero: ocupa os espaços públicos (como já abordado aqui, ambiente historicamente destinado aos homens); pisa firme em suas decisões e as sustenta até o fim (veremos, mais à frente, o apelido que ganhou em consequência dessa postura); também ocupa diferentes lugares de chefia (o tanto que faz para "dar conta" de tudo resulta, geralmente, no que costumam chamar de "mulher guerreira") e, para além, é uma mulher forte que se entrega ao chamado da boêmia, uma vida tradicionalmente destinada aos homens. Ana Paula é uma mulher, literalmente, que quebra os paradigmas.

Eu fiquei como gari durante 4 anos e sempre me dediquei ao que eu fiz, gostava, apesar de serem dois trabalhos [cozinheira e gari] eu me dedicava muito, era como se eu tivesse cuidado da minha casa. E as pessoas me criticavam, desde essa época me chamavam de 'dona da empresa'. E eu respondia assim mesmo 'sou'. Isso só com homem, né?! Nesse período eu já tinha 34 anos mais ou menos, filho grande e divorciada... Divorciada e sempre muito ligada à boêmia, à dança, porque separei e quis me divertir, viver... Fiquei fechada muito tempo. Hoje eu não tenho tempo pra nada, nem comer e nem dormir, mas é uma escolha minha.

Tudo parecia ótimo e caminhando em perfeita harmonia, até Ana se dar conta de que o seu "jeito mandona" (como ela se define) poderia interferir diretamente no trabalho com a equipe. No Parque dos Patins, trabalhava ao lado de vários garis homens, comandados por um superior que, de acordo com ela, não tinha "pulso firme". Ana tinha o costume de dar ordens e chegou a ouvir os garis falando para o superior: "tira essa camisa aí e dá pra ela, porque tu não manda em nada, ela quem manda aqui!". Tal situação não lhe dava orgulho, pelo contrário, Ana conta que a postura era algo que acontecia naturalmente, fazia parte do próprio jeito de ser — demonstrando como a construção social do gênero esbarra também na individualidade de cada ser.

"Dona Coronela", "Poderosa Chefinha" e "Dona da Empresa"

Das situações que vivenciou assumindo o cargo de chefia, lembrou de uma em que precisou punir um trabalhador que gostava muito, pela maneira como ele havia lhe tratado. Em uma reunião agendada por ela, na frente de todos, o superior afirmou aos garis que ela era mulher e todos deveriam tratá-la com jeito de mulher, "por ser sexo frágil". Para a surpresa de Ana Paula, um dos garis que ela menos esperava respondeu de prontidão: "Ela? Você acha que Ana Paula é sexo frágil? É a pessoa mais forte que eu conheço, mais forte que todos nós aqui". Mesmo com o passar do tempo, a situação ainda é lembrada com indignação, principalmente por ter chamado o superior para apoiá-la e o próprio ter endossado o discurso machista.

A fala do gari que saiu em defesa surpreendeu por ser uma pessoa que ela não esperava, mas não pelo argumento. Ana era conhecida, entre todos, como "Dona Coronela", "Poderosa Chefinha" e "Dona da empresa". Os apelidos foram criados pelos próprios garis que trabalharam diretamente com ela, que, por sua vez, tiveram como pretexto o fato da chefia ter pulso firme, dar ordens, "chegar junto" e conferir tudo bem de perto. Apesar de muitas vezes não gostar da alcunha, Ana lembra com carinho da forma como foi tratada em diferentes momentos. "Também têm coisas boas, como os bolos que eles⁸⁴ fizeram com a temática Poderosa Chefinha [risos]".

Causos do percurso: "Honestidade Carioca"

Um episódio contribuiu para tirar Ana Paula da invisibilidade... Durante muito tempo, Ana ainda usava o chapeuzinho redondo para ninguém reconhecê-la, preferia não ser vista. Certo dia, encontrou uma carteira e fez de tudo para devolver ao dono, até que decidiu entregá-la para as chefias, argumentando que considerava importante devolver ao proprietário, porque ali dentro havia muitos documentos. A companhia encontrou o dono, um conhecido empresário da cidade, que fez questão de encontrá-la para agradecer pessoalmente. Ela fugiu e o rapaz foi até o então prefeito solicitar que o caso viesse a público. Dali em diante, Ana saiu na capa de

⁸⁴ É curioso porque Ana Paula sempre fala no masculino, percebo isso do começo ao fim da entrevista. Isso se dá, possivelmente, porque temos uma língua que privilegia o gênero masculino — ainda que nove sejam mulheres e um apenas, homem, o grupo tradicionalmente será identificado no gênero masculino. Ou, também, porque eram majoritariamente homens nas equipes que estive como gari e que coordenou como encarregada e, por isso, na lembrança prevaleceram as situações vividas com eles. Aliás, por serem poucas mulheres — número que cresceu nos últimos anos — conta que passou a vida toda com o banheiro do trabalho só para ela, pois não tinha com quem dividir.

jornal acompanhada do título "Honestidade Carioca", tomou café com autoridades, participou de encontros, virou referência e incentivou a empresa a realizar uma ação de parabenização aos profissionais garis, que já tiveram atitudes semelhantes — ação que saiu até no Diário Oficial.

Eu lembro que quando eu cheguei pra trabalhar no dia seguinte o pessoal disse 'Ana, te vi na primeira capa do Globo' e eu ainda não sabia. Na época eram muitas reportagens, todo dia era uma entrevista, lá mesmo, com uniforme, local de trabalho e tal.

Ana conta que não queria nada daquilo, estava desconfortável, porque sentia que havia feito algo comum. Foi então que solicitou ao gerente que encerrasse o assunto.

E aí ele olhou pra mim e falou 'Ana, o mundo está vivendo um momento muito ruim, época de mensalão, escândalo, dinheiro na cueca, e você fez uma coisa que mostra o contrário disso, é hora de mostrar, uma hora passa.' E toda hora aparecia em um jornal ou outro... Por isso eu digo, foi triunfal a minha entrada na Comlurb! Eu passei por muitas coisas - e boas -, trabalhava muito, sempre fui muito dedicada, gosto muito da empresa, foi a minha virada de chave na vida.

A partir dali, mudanças advindas do emprego foram acontecendo. Comprar um apartamento foi uma das mais importantes e, segundo ela, foi uma porta aberta pela empresa, por ser um trabalho fixo e em uma Companhia muito reconhecida, o que facilita o processo de financiamento. Os ciclos foram passando, mas o tempo de casa não a afastou de novos desafios.

Quando eu fui pra noite, foi no ano que entraram 100 mulheres, o último concurso de 2014, chegaram umas 100 no Leblon e o gerente mandou todas pra escolas. Foram 10 pra noite, antes era só homem. E aí o gerente me falou que eu ia coordenar aquelas mulheres e eu fui (na época eu tinha 3 anos de casa). Muitas [das novas garis] entravam com os direitos de baixo do braço e não queriam saber dos deveres, isso foi muito difícil. Diziam que as unhas eram bordadas, e não podiam sequer recolher papeleiras. Eu perguntei se o concurso era pra guarda municipal, ou elas não leram o edital? Não sabia as atribuições? E aí logo foram me denunciar, [disseram] que eu era arrogante.

O caso fez com que Ana Paula fosse afastada da função, e retornasse à função de gari. Contudo, logo em seguida, foi convidada para ocupar uma vaga de encarregada 01, no bairro Jardim Botânico. Mesmo com todos os desafios, ela aceitou.

Cheguei lá e eram 51 homens, sem mulheres e sem histórico de mulheres. Continuava como gari, mas teve uma portaria, era um cargo de confiança, passei a ser chefe da gerência [cargo abaixo do gerente] para 51 homens. Muitos já me conheciam e perguntavam o que eu estava fazendo lá, teve até aposta que eu ia sair em uma semana. Eram funcionários antigos cheios de vícios, acostumados a fazer o que queriam... Era difícil, jogavam contra

mesmo. Muitos não aceitavam eu comandando, os mais novos que tinham mais problema, 'po, ser mandado por uma mulher?'. Uma vez meu gerente me escutou dando uma ordem na equipe e falou assim 'eles só obedecem a ela mesmo, fala doce, fica falando manso' e eu perguntei 'ah, você acha que é isso mesmo?' E eu comecei a gritar, falar firme, porque alguns naquela época tinha que ser falando a língua deles, dar soco na mesa e falar alto mesmo.

Ana ficou como encarregada 01 por quase dois anos e, segundo ela, naquela época não havia outras mulheres na mesma função. Nas reuniões da sede, conta que via algumas mulheres na diretoria e no operacional — ainda assim, poucas —, mas nenhuma das funções diretas com os garis, no contato diário das ruas.

Eu olhava em volta, no auditório e só homens. E às vezes falavam “desculpa Ana”, quando falavam alguma besteira e tal. E eu não gostava quando falavam 'ela é mulher', eu respondia 'eu não sou só mulher, eu sou encarregada 01'. E era preconceito por parte da chefia também... Hoje está tudo mudando muito, a visibilidade das mulheres, nós temos mais vozes, é muito nítido, muito forte mesmo.

Atualmente, ela vive uma nova fase: está como Técnica de Limpeza Urbana, pois precisa de mais tempo para realizar a faculdade. Nessa função, comanda uma equipe de profissionais em um setor de Ipanema, diretamente nas ruas. "A gente segue os planos de varredura e mais alguma coisa que tenha necessidade — como fenômeno da natureza. Hoje, na equipe da madrugada, tem quatro mulheres trabalhando comigo e uns 10 homens." Pergunto sobre os estudos e ela compartilha que está cursando o quarto período de Psicologia e estagiando no TJ, em Psicologia Política.

Entre na Psicologia pensando em ajudar na empresa de uma certa forma, porque eu tive muitos conflitos, muitos problemas com funcionários e eu queria entender melhor eles e eu também. A Psicologia veio muito por conta deles, por querer entender o outro, a escuta que eu não tinha muito.

Enquanto desenvolve a fala, em um tom sutil e uma voz doce — até difícil imaginar essa “Ana Paula chefona e brava”, como se autodefine —, sinto que vai refletindo, por vezes o olhar vai longe, um jogo entre passado-presente e até futuro, uma “nova” Ana Paula que ela reitera ser um desejo construir.

Depois da faculdade, minha liderança mudou muito, demais. Eu tenho um reconhecimento disso, vejo que mudei mesmo. Quando eu encaminhava eles pro psicólogo da sede, eles voltavam mais revoltados ainda. E eu tinha telefone deles, telefone da esposa, da família, eu cuidava mesmo. Até que um dia a Assistente Social me deu uma chamada, dizendo que eu não podia me envolver. Mas como eu não vou me envolver? Nós passamos mais tempo na rua do que com a família. O cara não chega em casa, como eu não vou atender a esposa me ligando? Isso não funciona. Então quando eu cheguei na faculdade, 32 anos fora da sala de aula, sem ter contato, o professor perguntou porque estávamos ali e aí eu falei 'eu me acho uma mulher agressiva, eu queria mudar isso, primeiro estou tentando me

entender' e ele confirmou que isso ia mudar. E mudou. Temos nossas questões, mas já mudou, já é diferente, eu estou mais humanizada, principalmente com os trabalhadores. E também eu sou muito empresa, eu visto a camisa demais, 8 ou 80. Sou muito empresa mesmo e todos percebem, acaba que as pessoas te admiram por isso, eles [garis] falam que eu resolvia o que viesse. Hoje eu consigo dosar isso.

Ana Paula se emociona, damos uma pausa; o silêncio falou por alguns segundos... Atualmente, ela vive uma rotina árdua, começando com o trabalho na Comlurb de 0h às 6h, o estágio em Madureira e na Taquara de 13h às 18h, seguido da faculdade de Psicologia de 19h às 21h. Ela me conta que dorme, em média, 4h por dia. Uma mulher que aponta para diferentes transformações nos papéis de gênero — seja no trabalho, nos estudos, no círculo familiar ou na maneira como leva a vida —, nos mostrando como essas estruturas não são totalmente intransponíveis e nós, mulheres, estamos mudando o cenário tradicionalmente patriarcal.

3.2.3 Sol, entre praças, família e orgulho

Sol, de 44 anos, tem os olhos azul-mar e um sorriso largo, exala simpatia. Conversamos na "sala" do então gerente, Marcus Vinícius, que não estava lá e, até então, eu só conhecia por mensagem. Nos sentamos de lado, adaptadas à forma em que os móveis permitiam, eu em uma poltrona e ela no sofá de dois lugares, que ficava ao lado. Por conta da disposição dos assentos, nos posicionamos de forma despojada, um pouco inclinadas para o lado, na tentativa de se colocar uma de frente para a outra. O ventilador de chão ofuscava o som do lado de fora e fazia um vento sobre nós, que amenizava as altas temperaturas que assolavam o Rio naquela semana.

Quem ofereceu essa "sala" foi uma das funcionárias do administrativo. À princípio, estávamos sem saber onde seria um bom lugar para conversar, afinal, era troca de turno, a gerência estava movimentada e, como dito, estava um sol escaldante. Escrevo "sala" entre aspas, porque nesse dia entendi como funcionava a sede da Comlurb da região Sul: eram contêineres temporariamente — que já duravam anos — montados na praça Jardim de Alah, em Ipanema. Um improviso desde que o prédio na Rua Juquiá, no Leblon, havia sido vendido. Um espaço de chão de terra, cheio de contêineres, dentre deles os espaços administrativos, o refeitório, os banheiros, vestiários... E ali também as máquinas, lixeiras,

ferramentas, vassouras. Não se sabe até quando ficarão por lá, afinal, a Prefeitura já anunciou que fará reformas e reocupará a praça, contudo as garis contaram que não há previsão sobre a mudança.

Bom, retornando ao interior do contêiner, iniciamos a conversa e logo uma informação me deixou impressionada: seguindo o padrão de muitos brasileiros e brasileiras, diariamente Sol faz uma viagem que se equipara ao tempo de um traslado intermunicipal, são cerca de 2h para chegar no serviço. Como moradora da baixada fluminense, mais especificamente do bairro Austin, em Nova Iguaçu, ela precisa acordar às 3h20, sair de casa às 4h, pegar uma van e um ônibus para chegar no horário do serviço — que vai de 6h às 12h. Pergunto, imediatamente, sobre a volta, se faz o mesmo trajeto, imagino que almoce ainda no serviço, mas, não. Sol me conta que ao meio dia pega o metrô e uma van, chega em casa às 14h30 e só almoça lá. Esboço um rosto surpreso (pelo tempo sem alimentação) e ameaço respondê-la, mas logo sou interpelada: "Chego em casa e ainda tenho outro trabalho, né?"

Era evidente que ela se referia ao trabalho doméstico. Percebi isso pelo ritmo acelerado ao lembrar da rotina e o fato de sermos duas mulheres, sentadas frente a frente. Sol é mãe de uma menina de 21, um rapaz de 18 e, segundo ela, a grande ajuda vem da filha, porque "ele gosta mais de jogos e fez a prova da Marinha agora, está focado nos estudos para entrar na Naval. Ela já faz auxiliar de veterinária." O quarto elemento da família é o marido, que é pedreiro. Pergunto se ele ajuda com os serviços domésticos e ela prontamente responde: "não ajuda, chega em casa e já tá tudo pronto", e completa com um suspiro "minha vida é correria".

Sol é mais uma entre tantas mulheres que desempenham uma jornada de trabalho dupla (ou tripla) diariamente. O cotidiano dela reforça as estatísticas trazidas no primeiro capítulo deste trabalho, que apontam os exaustivos percursos de mulheres que trabalham nas ruas e exercem a função do cuidado ao chegarem em casa. Vimos, nas últimas décadas, um avanço da mulher no mercado de trabalho, contudo, devo reiterar a necessidade de olharmos constantemente para um caminho que vise mudanças também na condição do lar — tradicionalmente tido como responsabilidade da mulher. Muitos homens enxergam as funções "pesadas" da casa como obrigações da mulher, ainda é um costume cultural na maioria dos lares brasileiros.

Sol conta que não é só no serviço doméstico que a filha mais velha apoia a mãe. Em 2021 ela terminou os estudos (Ensino Médio) através do estudo EAD (Ensino à Distância), por forte influência dos filhos, sobretudo da menina, a maior apoiadora e incentivadora. “Foi muito por falta de tempo que eu não terminei antes, eu queria trabalhar desde nova, senti uma cobrança até pessoal mesmo, e aí depois 'veio' os filhos e estudo ficou de lado... Até a Comlurb trouxe muito esse interesse de estudar também.”

Assim como outras entrevistadas, Sol é do concurso de 2009 (quando tinha 29 anos), mas só foi chamada em 2013. A responsável pela inscrição na prova foi a irmã: “Era uma oportunidade, na época, para deixar de ser só aquela dona de casa, e nada melhor que a nossa independência, é liberdade. Ela me inscreveu sem eu saber, eu disse que não saberia fazer a prova e comecei a treinar em casa mesmo.”

Ao tocar no assunto da Comlurb, ela ressalta de cara como faz falta a abertura de novos concursos, principalmente pela mão de obra que ficou precária, com muitos profissionais afastados e também muitas mortes da pandemia, gerando uma sobrecarga. Em Ipanema, Sol já fez limpeza de praia, varredura de logradouros (as ruas do bairro) e limpeza de praças (agora está responsável pela Antero de Quental, no Leblon). Nessa trajetória, adquiriu duas hérnias de disco, por conta do esforço repetitivo do trabalho, e precisou se afastar para uma cirurgia. No retorno, ficou como interna na subprefeitura, agora trabalha com rastelos (garfinhos) e não mais com vassouras pesadas — pelo menos, por hora. “Foi um médico muito bom, graças a Deus! Tanto que eu voltei rápido, imaginavam que eu ia ficar 1 ano afastada, mas em 3 meses eu estava de volta. Hoje faço pilates porque o ortopedista passou para fortalecer a musculatura da coluna.”

A afinidade com os trabalhadores locais: sujeitos da mesma classe social

Tem que ter muito jogo de cintura, porque têm certas coisas que a gente tem que escutar, engolir seco e saber que mesmo às vezes a pessoa não estando certas, você tem que saber falar. Escutamos tanto coisas boas quanto ruins, né?

Sobre o quesito educação dos moradores locais, ela afirma que “têm pessoas que passam, cumprimentam e agradecem o serviço. Geralmente são pessoas com mais idade, não é jovem, os jovens são meio desligados, às vezes até

cumprimentam, mas não tem isso de elogiar o trabalho.” O contato mais próximo é com os trabalhadores locais: “às vezes, você não dá nada pela pessoa, mas é uma pessoa de alto escalão... Às vezes, essas pessoas que têm muito dinheiro tratam a gente melhor do que um que nem é tanto aquilo tudo, tem humildade de parar e cumprimentar, sabe? Isso varia muito.”

No geral, ela conta que conhece bastante as pessoas dos comércios,

Tem setor que eu já trabalhei, aí quando eu passo perguntam 'oi, tudo bem? sumiu daqui, o que que houve?' Pessoas humildes como a gente, porteiros, donos de loja... Então é bom quando você passa no local e é reconhecida, você deixou ali uma coisa boa, né?

O contato com porteiros, comerciantes e funcionários depende do setor, alguns conseguem desenvolver até uma amizade. Sol conta que em determinados setores onde trabalhou, mantém até hoje alguma ligação com comerciantes das lojas do entorno. Em outros espaços, não há tanta proximidade, até pela “correria do serviço”, mas afirma, sem dúvidas, ser mais difícil o contato com moradores locais.

Um dos caminhos principais percorridos nesta pesquisa é o que aborda a invisibilidade pública, conceito desenvolvido no primeiro capítulo. Ao relatar o contato direto com outros trabalhadores e a distância eminente entre ela e os moradores de Ipanema, Sol reitera os sinais evidentes da estratificação social, que também constroem o fenômeno de invisibilidade pública. Ela se enxerga com maior facilidade no outro indivíduo que ocupa lugares semelhantes: são operários; grupo que compõe a mesma classe social; gente que está ali pelo serviço, mas não pertence originalmente àquele lugar... “A experiência de ser gari e a experiência de cuidar da portaria de um prédio: o gari e o porteiro parecem reunidos numa comunidade dura, a comunidade dos que publicamente desaparecem.” (Costa, 2004, p. 118)

Quando chegamos na pauta de valorização das profissionais garis, Sol não fala com muito ânimo. “Pena que tem muitos que ainda não reconhecem, mas é um serviço essencial até para saúde da gente..” Ainda com todos esses desafios, ela conta que o que mais perguntam na rua é sobre quando vai abrir concurso da Comlurb: “Tem gente que diz que fez a prova, esqueceu de ir no exame e hoje se arrepende. São pessoas que realmente queriam estar no nosso lugar”. Ressaltando a questão da classe e o valor do trabalho fixo, afinal, estar como gari da Comlurb

significa estar em um trabalho formal, regular e que paga acima da média para muitos.

Já caminhando para o fim da conversa, estávamos ultrapassando 1h de troca, ela compartilha:

Eu tenho orgulho da minha profissão. Logo que eu entrei, perguntavam a minha profissão eu falava 'gari', e as pessoas olhavam pra mim e perguntavam 'você é gari?', eu dizia 'sou', e elas falavam 'nossa nem parece que você é gari', ou seja, tinha meio de uma discriminação. E eu não, sempre tive maior orgulho! Eu acho que as pessoas têm meio que uma discriminação por trabalhar com lixo, então já associa a uma imagem ruim.

Um fato curioso é que, quando sai de casa, mesmo afirmando que acredita não proteger "oficialmente" de nada, Sol usa o uniforme da empresa, porque sente mais segurança. "Eu venho com ele, troco quando termino o expediente, e no dia seguinte venho com um limpo. Porque as pessoas olham e se afastam um pouco, entendeu? Mesmo vendo que você está limpo já tem a discriminação." Aqui, é difícil não escrever a respeito da dicotomia que logo me vem à mente sobre essa sensação compartilhada por ela: de um lado se sente mais segura (com o uniforme) e do outro sente que as pessoas discriminam (pelo uniforme). Enxerga o preconceito, mas é justamente ele que representa algum tipo de segurança para ela. Curioso. Talvez essa visibilidade trazida pelo uniforme a aproxime das pessoas à sua volta, associando à visão de uma trabalhadora. Ao passo que para pessoas de outras classes (ou até mesmo sua própria classe) a imagem do lixo é vinculada à vestimenta.

Ela explica:

Não que isso vá te impedir de um assalto, alguma coisa, mas também sabe que a gente é ser humano, vai ver que tá indo trabalhar... Não sei se é porque antes, quando eu não vinha uniformizada, eu fui assaltada duas vezes no meu ponto, acho que isso me traumatizou. Agora eu venho uniformizada e aqui tomo banho pra ir embora. Porque, querendo ou não, a gente trabalha na rua e está sujeito ao lixo, né? Então tomo banho e troco de roupa.

No últimos momentos de troca, Sol desabafa:

Tem dias que a gente, não sei, junta a TPM... Às vezes eu falo pras meninas que nem eu tô me suportando, junta o estresse de trabalho, alguém passa e fala alguma coisa que você está fazendo, e as pessoas são muito exigentes, né? Reclamam sempre, aí finge que não vê mesmo, porque senão vira loucura, você enlouquece de verdade.

Pergunto se alguma situação marcou a história dela trabalhando nas ruas como gari e ela me conta sobre um caso de reconhecimento no trabalho quando, no período em que trabalhou com a subprefeita, ganhou uma matéria que abordou o

trabalho desempenhado por ela. "Dali eu me senti reconhecida! Aquilo ali pra mim é uma coisa pequena, mas é um reconhecimento, fazer uma coisa que gosto e ser reconhecida." Sol se tornou visível, saiu da invisibilidade de uma forma positiva socialmente, se sentiu valorizada, assim como aconteceu com Ana Paula no caso "Honestidade Carioca".

Ser mulher gari no Rio de Janeiro é você ter que ter muito jogo de cintura, como falei, mas é muito gratificante. Porque eu tenho a minha profissão como o sustento da minha casa, a única coisa que eu consegui nesses 11 anos foi devido ao meu trabalho de gari. Então pra mim é um orgulho, eu não tenho vergonha nenhuma, tenho o maior orgulho de falar que sou gari.

Questiono se a família também se orgulha e ela se emociona na resposta.

Principalmente meu paizinho que não está mais aqui, se orgulhava muito. Ele tinha o maior orgulho, o resto de tempo que ele teve comigo, graças a Deus dei esse orgulho pra ele. E ele era zelador aqui, né?! Aqui no Leblon, então todo gari que passava [na frente do prédio] ele falava 'ah minha filha é gari também'. Às vezes eu ia visitar ele uniformizada e todo mundo que passava ele queria me apresentar e apresentar meu trabalho... Eu tenho orgulho de ser gari e tinha orgulho dele também. Eu já vi filhos terem vergonha dos pais, mas os meus não, graças a Deus.

Naturalmente, nos abraçamos. Difícil seria manter a "compostura" entrevistadora x entrevistada e negar o impulso desse pequeno gesto de afeto. Fazia pouco tempo que havia me despedido de grandes amores, também. Lembrar o quanto a admiração deles nos impulsiona a seguir em frente, talvez tenha sido o "ouro final" da nossa conversa. Sol abriu o coração durante a troca. E o sorriso largo, do começo da entrevista, deu espaço para bochechas vermelhas e sutis lágrimas nos olhos — não só os dela.

3.2.4 Conceição: de Austin para as areias de Ipanema (faça chuva ou faça Sol)

Em menos de uma semana eu estava de volta à sede da Comlurb do Jardim de Alah. No dia em que fui conversar com a Conceição, cheguei cerca de 20 minutos antes do horário combinado. Já dentro da gerência, cumprimentei os que ali circulavam, perguntei por ela e, de prontidão, me informaram que deveria estar retornando, e que eu poderia aguardar ali mesmo. Assim fiquei, em pé, observando o ir e vir e alguns detalhes da gerência. Os poucos minutos foram suficientes para comprovar algo que já "martelava" na minha mente até aquele dia do campo: uma vez adentrada à sede da Comlurb, não há espaço para se tornar "invisível". O que quero dizer é que todas (afirmo com total clareza: t-o-d-a-s) as pessoas que ali transitavam me desejaram "bom dia", "boa tarde", "boa noite", perguntavam se eu

estava bem, ainda que fosse um “opa” contornado por timidez, havia sempre um cumprimento educado e gentil. Claro, eu era uma estranha, mesmo depois de 3, 4 vezes indo à sede, eu ainda era uma estranha naquele grupo.⁸⁵

Ocorre que, apesar de ser a estranha, o mais legal é que a simpatia sempre costurou a minha experiência com os profissionais daquela gerência: “opa, olha a Globo” (em um tom bem “plim plim”⁸⁶), brincou um dos garis que passava por ali. Nesse dia, me dei conta que a “notícia” havia mesmo circulado, tinha uma jornalista caçando papo pela gerência. Também ouvi “repórter por um dia?”, “tem câmera e tudo?”. Um gari brincou com uma das entrevistadas “ih, agora vai ficar famosa, hein?!”. Disso tudo só florescia sorrisos. Quando eu saía do asfalto da rua e pisava no chão de terra da sede, não havia problema que me tirasse o sorriso do rosto. Sabia que em, mais ou menos, 15 minutos, estaria sentada em uma cadeira dentro de um dos contêineres conversando com mais uma mulher disposta a contar um pouco da vida e, mal saberia ela, me ensinar tanto.

Quase que seguindo um *script* invisível, todas elas chegavam bastante tímidas e se soltavam após uns 10 minutos, logo depois da minha apresentação (pessoal e profissional). É quase que impossível explicar um estudo de quase 2 anos em 10 minutos, mas eu tentava resumir o que me levou àquela sala, naquele dia, na companhia dela. Além de considerar parte importante do início da conversa, desde o princípio sentia que isso poderia nos aproximar e deixar as convidadas mais à vontade. Parece que funcionou, e com a Conceição não foi diferente. Conceição estava com um sacolé na mão, mais ou menos na metade e uma tentativa discreta de deixá-lo quase que escondido. “Pode comer à vontade, tá muito calor, é bom pra refrescar” tentei tranquilizá-la. Em poucos, rápidos e tímidos momentos, ela saboreou o sacolé durante a entrevista.

⁸⁵ É interessante pensar como os espaços de pertencimento mudam as relações interpessoais. Neste trabalho, falamos sobre os processos de invisibilização e violência simbólica que as garis sofrem nas ruas. O que, como uma flecha, as fere enquanto cidadãs. Quero dizer, tem o poder indiscutível de calar, silenciar, ofuscar. Não é coincidência vermos garis trabalhando em silêncio, sem muito contato com a população (sobretudo quando em áreas nobres), engolindo “à seco” ofensas, não interagindo muito para além do serviço. Vimos isso no decorrer deste capítulo, nas próprias vivências compartilhadas pelas entrevistadas. Entretanto, colide com isso, a experiência que presenciei dentro da gerência da Comlurb e ganhou espaço no meu diário de campo: eram pessoas alegres, dialogando constantemente, tranquilamente e bastante à vontade. O ir e vir das próprias profissionais, era acompanhado de falas, vozes, gestos e trocas. É o espaço delas, onde elas se sentem pertencentes: Ana Paula, Sol, Conceição, Julia, Neide... Mulheres, antes de garis.

⁸⁶ Em referência à vinheta da Rede Globo. Disponível em: <https://logos.fandom.com/wiki/TV_Globo/Plim_Plim> Último acesso em: 05 de agosto de 2024.

Conceição também é moradora de Nova Iguaçu, nascida e criada naquele território e uma fiel admiradora da região, "adoro morar lá, não tem assalto, é tudo tranquilo". Todo dia ela vai dormir 22h, acorda 3h15, sai de casa 4h, caminha até a esquina, pega um ônibus até o Terminal Gentileza e de lá pega a linha 110 para Ipanema. Na Comlurb chega às 5h15, toma café e aproveita uma carona com o ônibus da empresa para começar a trabalhar às 6h. É de faltar o ar contando todo esse itinerário cotidiano. Uma verdadeira saga de casa até o trabalho, ainda mais considerando o trânsito e as dificuldades da mobilidade urbana no Rio. Pergunto a ela quantos anos tem e minha surpresa é imediata: "sessenta e sete", ela diz rindo. Difícil transcrever o porquê Conceição parece tão mais nova, é algo que atravessa a disposição do trabalho exercido, as poucas rugas no rosto e a postura tão certinha. Não sei dizer como, mas diria que ela tem, por baixo, 15 anos a menos.

Bom, continuando a conversa, pergunto qual a raça que se identifica e a resposta foi direta: "Na minha certidão de nascimento estava parda, mas é preta mesmo, não existe mais esse negócio de parda não, é preta mesmo".⁸⁷ Sobre relacionamentos, diz que nunca foi casada, só "ajuntou" uma vez, não teve filhos, conta que realizou abortou, não conseguiu "pegar mais" e hoje tem os anjinhos que são os sobrinhos. Atualmente, mora com duas irmãs que já estão aposentadas. Pergunto sobre a configuração familiar e ela me conta que são nove irmãs e um irmão, alguns já morreram e ela é a caçula. Conceição fez Ensino Médio completo, só não fez faculdade porque queria trabalhar, apesar dos incentivos das irmãs e da mãe, optou por trabalhar e ganhar dinheiro.

Ela está entre a leva de 100 mulheres que passaram no concurso de 2009, mas só foi chamada em 2013. Fez a prova em busca de estabilidade, conta que antes trabalhou 16 anos na fábrica da "Duloren", em Vigário Geral, mas saiu em uma onda de demissão e passou a ajudar a irmã na pensão. Contudo, o que queria mesmo era independência, "o meu dinheiro certo", afirma ela. Entre a prova da Comlurb e ela ter sido chamada, trabalhou 5 anos cuidando de uma senhora e de sua casa, de segunda à sexta. No fim do ano, quando a aposentada ia para a casa

⁸⁷Com essa afirmação, penso na questão controversa do pardo no Brasil, já abordada neste trabalho, envolvendo todo o seu recorte de colorismo, cotas, (auto)reconhecimento e como isso vem mudando com o tempo. Como lembra Campos (2013), "Até bem pouco tempo atrás, não era de bom tom referir-se a não brancos com termos enfáticos como "negro". O mito da democracia racial gozava de tanta legitimidade que soava "politicamente incorreto" ressaltar as clivagens de cor ou raça em situações amigáveis. Apesar de sempre ter feito parte do vocabulário corrente, o termo "negro" funcionava como uma espécie de xingamento, o que tornava seus equivalentes eufemísticos ("preto", "pertinho", "mulato", "escuro" etc.) bem mais palatáveis." (p. 81)

da filha, em Curitiba, Conceição tirava férias. Foi em uma dessas viagens da patroa, que Conceição chegou em casa e se deparou com um telegrama da prefeitura em cima da cama, "quando eu abri dizia para eu me apresentar. Eu fiquei [me] perguntando como deixaria a dona Helena sozinha?!"

Ela conta que foi ajeitando as papeladas, até informar à filha da patroa que precisaria mesmo se afastar do serviço de cuidado. Apesar de muita insistência para permanecer, ela explica que não poderia perder a oportunidade de trabalhar na Comlurb, tanto pela estabilidade do trabalho, quanto pela idade avançada de Dona Helena, que já tinha 82 anos, "e eu já não era mais uma garotinha." Conceição conta que optou por não voltar para se despedir, com medo de deixar a senhora muito sentida. Em contrapartida, quando foi aprovada na Comlurb, compartilha eufórica:

Menina, chorei até de felicidade, imagina você com 56 anos. Naquela prova ergométrica, eu achei que ia ser desclassificada... E na época minha sobrinha falou 'você vai trabalhar na Comlurb, vai varrer rua?' Já as minhas irmãs ficaram felizes. E aí depois de um tempo minha sobrinha perguntou 'quando ia abrir vaga?' Aí ela quis, né?!

São 11 de Comlurb, sempre na praia, no começo no canteiro central, ciclovia e calçadão, depois passou para a areia, na covid ficou em casa e, em seguida, voltou pro canteiro central e residencial praia (Leblon até posto 12). Depois o gerente solicitou que voltasse para a praia, mas em um pedaço menor, para tirar lixos mais superficiais deixados por banhistas. Hoje ela faz areia do arpoador até o posto 8 — impossível, neste momento, não me espantar novamente com a idade de Conceição quando me conta toda a extensão de areia que limpa diariamente.

À beira-mar de Ipanema: entre barraqueiros, ambulantes e praianos

Nessa função e local, ela é a única gari (entre homens e mulheres) e diz que, no geral, a praia fica tranquila fora de alta temporada (sendo a alta no verão, principalmente). Quando está muito cheia, basta dizer ao encarregado que precisa de ajuda na limpeza. É curioso porque nesse momento ela fala com uma certa expressão de "cara feia" e reprovação para o local da praia onde chegam muitas pessoas da baixada (lugar onde ela adora morar), "é muvuca de tudo quanto é canto ali". Como tantas outras funcionárias, Conceição folga uma vez por semana e os plantões de domingo são bem negociáveis — percebo que todas as

entrevistadas relatam com entusiasmo o quanto os funcionários da empresa são "maleáveis" com as garis, principalmente em termos de dias e horários.

Na praia, ela junta o lixo, bota no saco e vai carregando. Quando consegue, leva para a ciclovia e o caminhão retira.

O que pesa muito é coco! Ultimamente não tem tido muito contêiner na areia porque as pessoas estão roubando, então tem que terminar o serviço e subir com o lixo pro contêiner da ciclovia. O coco era pra barraca recolher, mas ninguém faz. Eles sequer têm latão de lixo - que é obrigação. Mesmo botando contêiner lá, eles jogam tudo do lado - pedaços de frutas de bebidas, copos, cocos, canudos... No sábado e domingo, nos turnos da tarde [16/17h] os garis vão tirando o lixo todo acumulado e colocando na ciclovia, porque os barraqueiros não fazem. (...) Nessa época mais vazia, na segunda-feira cedo os "meninos" vão com o gamma cobra [trator com esteira] e eu vou tirando cantinhos. Mas isso no inverno, no verão o trabalho é mais pesado.

Conceição diz que prefere trabalhar na praia, porque no logradouro é muita "perturbação", além de lá ser "muita gente e muito cobrado, porque tem o IPL e na praia, hoje em dia, não tem isso. Não tem nem como ter IPL na areia, porque quase não tem gari trabalhando." Os vendedores de mate deixam muita sujeira sem a mínima preocupação, conta ela. Além disso, as pessoas que fazem festa durante a noite também são outro problema.

Se o sol está bom, se 'tá' quente, tem luau. Outro dia cheguei estava uma sujeira danada, tinha um contêiner com mais de 30 garrafas no chão, do lado, tinha gente até encostada no contêiner. Então você vê que é falta de educação mesmo, porque fica escrito grandão 'LIXO'. Tem gente que até leva saco e recolhe, eu agradeço. Mas eles espalham a praia toda, não colocam nem em um canto, não juntam. É garrafa de vodka, whisky... Falta muita educação. É difícil.

Pergunto sobre os moradores de Ipanema e a resposta é certa: "não tem nada o que falar, porque comigo também é assim, passou, falou, eu respondo o 'bom dia', aí às vezes eu passo, dou 'bom dia' e não respondem, não dou mais." Já o contato com os barraqueiros (comerciantes da praia) é bem diferente:

Os barraqueiros todos têm relação tranquila, de ponta a ponta, oferecem água, refrigerante, côco. Banheiro eu vou de graça, porque o banheiro é ou era da prefeitura, aí eles deixam a gente e os policiais, guardas ir no banheiro de graça. Banhista paga R\$3,50... O banheiro está bom, as meninas são maneirinhas pra caramba, já conheço, né?!

Conceição tem mais contato com as pessoas fixas da praia e do entorno, como as trabalhadoras do mercado Zona Sul, "todas as meninas já me conhecem, sentem até falta quando eu não passo lá." Mas, morador da região, conhece pouco. Nesse momento, com um olhar um pouco distante de quem procura acessar a

memória, conta de uma senhora gaúcha que passeava com o cachorrinho todos os dias e que não viu mais, "até os cachorrinhos dela me reconhecem". Entretanto, a caixinha de memórias não é sempre repleta de boas lembranças...

Como sempre tem uns que... Uma vez eu tava varrendo e escutei duas meninas falando 'se a gente não sujar ela vai perder o emprego'. Aí eu virei pra elas e falei 'eu não vou perder não, sabe por que? Porque eu sou concursada, eu posso trabalhar na rua [se refere à ciclovia e calçadão], onde as pessoas são mais educadas. Lá são folhas, aqui são garrafas e esses lixos todos que vocês deixam. Eu não vou ficar desempregada não, meu amor, porque eu sou concursada'.

Apesar de ser apenas uma resposta, eu diria, com alto nível de elegância exercendo a "política de boa vizinhança", me remete, quase que imediatamente, ao trecho em que Costa (2004) reflete acerca da relação cruel dos dominados com os dominantes. O autor aponta como a reação dos oprimidos frente às violências sofridas no processo de humilhação é, por tantas vezes, mal interpretada.

A violência dos oprimidos pode enganar: no mais das vezes é resposta desajeitada, mas inadiável, contra o que não se pode aguentar mais em favor do irresistível anseio sempre frustrado. Contraviolência, isto sim, é o nome certo dessas ações loucas que parecem apenas violência. E o que se comutam em revelação quando há conversa. Muita coisa que, com o medo e a leviandade dos forasteiros refinados ou dos encastelados, facilmente apontamos como violência dos pobres é na verdade o sinal de que são gente, e gente aviltada. Deviam ser ouvidos. São só temidos e incriminados. (p. 32)

Compartilho com ela que a praia é lugar de lazer para muitas pessoas e questiono se, nas folgas, ela gosta de voltar para o mar e a resposta é firme na negativa, nunca gostou muito — não só pela distância, mas, por costume também. Nesse momento, o rumo da prosa nos levou novamente aos aos moradores de Ipanema, e notei que as percepções são diversas.

Uma vez eu estava varrendo rua no Leblon e aí a mulher virou e disse pra mim 'isso aí é o serviço mais digno que tem nunca tenha vergonha', e eu respondi 'eu sei, não tenho vergonha não, senhora'... Eu escuto mais coisas positivas na rua [logradouros], lá estão sempre agradecendo e tal. Eles valorizam porque veem meu trabalho, não vou dizer que sou melhor que ninguém não, mas é um trabalho direito. Pode estar o sol que tiver, que eu tô lá trabalhando. Eu tiro tudo, guimba de cigarro, palito de camarão, tudo mesmo.

A respeito dos vidros, ela diz que encontra muitos, mas não culpa os barraqueiros — visto que eles são proibidos de comercializar. Para Conceição, o vidro na praia é resultado da falta de cuidado e educação dos próprios banhistas. "Aí que eu sinto que tinham que ver [fiscalizar] mais, passar com o triciclo e ver os coolers dos banhistas e obrigar a trocar [garrafa de vidro por lata, permitido por lei]."

Apesar dos riscos, Conceição me conta que nunca se machucou na coleta, a coluna já se acostumou e não sente dor — só o cansaço do trabalho. Pretende continuar na profissão até “quando Deus quiser ou se o Luciano Huck⁸⁸ bater na porta”, conta rindo. Apesar de gostar do que faz, não tem vontade de crescer na empresa que, segundo ela, já foi procurada para subir de cargo. Entendo que para ela, o importante é chegar no horário e sair no horário, sem acumular muita cobrança. “Já tô velha e não quero esquentar a cabeça com gari que não quer tirar sujeira, eu vou querer que eles trabalhem como eu trabalhava e eles não vão querer aceitar isso.”

Pergunto a ela o que é ser gari e se existe orgulho por atuar nessa profissão, questiono de forma bem ampla, sem nenhum recorte específico, e a resposta me emociona:

Ah, eu tenho orgulho de ser gari sim. Na minha experiência, ser gari é cuidar do povo. Porque se você não limpar uma rua, tirar um lixo, pode acarretar doença, como na praia tem seringa, vidro, palito, e tem criança lá. Então eu procuro cuidar, cuidando da natureza, pra não ir tanta sujeira pro mar e cuidando de quem frequenta. Procuro cuidar do outro, praticamente isso.

Indago se alguma situação marcou a trajetória como gari na praia de Ipanema, e ela me conta a história de uma senhora "que anda sumida, é muito implicante, o tipo de pessoa que sempre passa e faz um comentário". Em um determinado dia, Conceição estava tirando fitas de carnaval, deixada por foliões dos blocos de rua e, como estava ventando, a gari estava enfrentando muita dificuldade para recolher os adereços deixados para trás. Enquanto se esforçava, a senhora que a espiava de perto, se pronunciou: “desse jeito você vai levar três anos pra pegar isso aí”. E a resposta, segundo Conceição, foi imediata: "eu falei pra ela três anos não, de repente até 30, né?! Poxa, eles estão vendo que está difícil e ainda falam.."

Quando não claras e diretas, as mensagens de humilhação e violência se escondem atrás de falas debochadas, ditas "sem intenção de ser" (o famoso "mas eu não falei por mal"). São mensagens carregadas de rebaixamento, que se espalham nos espaços públicos, no trabalho, nas escolas, nas praias e buscam um

⁸⁸ Luciano Huck, de 52 anos, é um apresentador brasileiro responsável por comandar durante 21 anos o programa "Caldeirão do Huck", nas tardes de sábado na TV Globo. No trabalho, ganhou popularidade por chefiar quadros que ofereciam ajudas financeiras, materiais e de estudos para a população. Dentre os projetos, "Lata Velha", "Lar doce Lar" e "Agora ou nunca" ganharam destaque. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/auditorio-e-variedades/caldeirao-do-huck/noticia/principais-quadros-do-caldeirao.ghtml>> Último acesso em: 02 de agosto de 2024.

só alvo: os ditos invisibilizados. Estes, por vezes, buscam caminhos para contrapor a situação. Contudo, independentemente dos gestos de defesa, são marcas que atravessam corpo e alma e vão guardar uma má lembrança. (Costa, 2004) Exatamente como foi aqui: ao questionar sobre uma situação que tenha marcado a trajetória como gari em Ipanema, não sugeri uma recordação positiva ou negativa. Mas, foi a segunda que, rapidamente, veio à mente de Conceição (podemos dizer que foi uma associação recorrente entre as entrevistadas).

Apesar das vicissitudes, ela afirma que ser gari é o melhor trabalho que já teve na vida.

Tem dia que a gente chega aqui, tá meio chateada, mas na hora que eu pego meu rastelo e vou pra aquela praia, acho que é o mar, né? Ah, aquele ambiente ali, me deixa tranquila... Bem melhor que trabalhar na rua, lá você vê o mar, faz uma higiene mental, é muito melhor. Em rua não gosto não! As pessoas (que vêm de Minas Gerais, esses lugares) falam pra mim, poxa esse emprego é bom, né? Privilégio trabalhar em frente ao mar, chega cedo, conversa com o mar, pede a ele... Ih, eu trabalho satisfeita! E aqui tem que ser bem limpo, porque o diretor passa pra ver, né?! E aí pra não ter reclamação e não cair na cabeça do gerente.. Mas é tranquilo, ninguém me perturba, ninguém fica atrás de mim. Pode ser sol quente ou chuva, encarregado me vê trabalhando”.

Conceição gosta de trabalhar com fone, deixa um no ouvido e outro livre para escutar os barulhos do entorno. No fone, escuta a rádio FM O Dia, no programa “A casa caiu” e, às vezes um pagode, “eu fico rindo sozinha no trabalho”. Lá pelas tantas, caminhando para o final da nossa conversa, ela me diz que se pudesse sugerir um projeto/programa relacionado às trabalhadoras garis, esse seria ligado à conscientização e uma maior valorização.

Uma política mais clara pra ajudar, pro funcionário trabalhar mais satisfeito, como ajuste de salário mesmo, pro pessoal não precisar correr atrás daquilo que tem direito. Como por exemplo, no dia do gari, quem viesse trabalhar ganhava um dia, mas não é certo, porque se você está doente você perde? Não é um grande presente! Você trabalha dia primeiro de janeiro e ganha um dia a mais, mas eu acho que você não deveria ser obrigada. Não tem opção de escolha. No caso eu, que moro longe, tenho que sair de casa 3h da manhã pra estar aqui às 5 no dia primeiro de janeiro.

Atualmente, está em debate o Projeto de Lei 4146/2020⁸⁹, que regulamenta a profissão de trabalhador essencial de limpeza urbana. Nele, estão previstos: redução de trabalho para 36 horas semanais; nacionalização da nomenclatura dos garis para 'Trabalhador essencial de limpeza urbana' e o ganho de dois salários

⁸⁹ Projeto de Lei disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2259808> > Último
 acesso em: 2 de setembro de 2024.

mínimos somados à insalubridade — o que resultaria em um valor de R\$3696,00. Entre outros benefícios, está em debate, também, uma aposentadoria especial. No caso do Rio de Janeiro, especificamente a Comlurb, os salários alteram de acordo com a função prestada pelo gari e os acréscimos específicos de cada setor — por exemplo, adicional noturno, operador de máquinas, etc⁹⁰. Na empresa carioca, já foi adotada a regra de 36 horas semanais de trabalho.

Conceição encerra a fala afirmando que a própria Comlurb deveria usar placas de conscientização escritas “não joguem lixo, não usem vidro” nas ruas e praias. E lembra situações envolvendo a Secretaria de Ordem Pública que, frequentemente, retira o material dos ambulantes, para ela deveriam retirar dos banhistas também. Conclui a fala enaltecendo o trabalho de grupos da sociedade civil que, eventualmente, organizam multidões de limpeza de praia e contribuem com o trabalho das garis.

3.2.5 Entre desafios e jogos de cintura

Ao questionar as entrevistadas sobre os desafios enfrentados na profissão, me deparo com uma lista de obstáculos, alguns em comum e, outros, não tanto. Duas entrevistadas apontam os moradores em situação de rua como um dos principais desafios enfrentados no ofício. Para Ana Paula, que trabalha com as equipes da madrugada nas ruas de Ipanema, esse pode ser considerado o maior problema.

São pessoas com todos os tipos de problemas. Eu, quando era gari, já houve situações em que uma mulher específica me atrapalhava muito, e se não fosse a proteção de um segurança local, ela teria me cortado pelas costas mais de uma vez. A população em situação de rua não gosta de gari, eles acham que nós vamos jogar fora as coisas deles, e de fato eles juntam muita sujeira, mas não é o nosso foco. Todas as mulheres garis que trabalham comigo já foram submetidas à agressividades de moradores em situação de rua. Tanto eu quanto elas, sempre tem algum caso... Eu já corri no meio da rua em busca de alguém fugindo de homem com problemas mentais, que se incomodou com barulho do soprador [equipamento usado para limpeza das ruas].

E completa,

Eles são agressivos. Eu tento sempre colocar um homem com uma mulher, tenho a impressão de que é mais seguro. Até porque os homens são muito

⁹⁰ Tabela de salários da Comlurb, disponibilizada pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro (Siemaco-Rio): < <https://siemaco-rio.com/wp-content/uploads/2024/02/TABELA-SALARIOS-COMLURB-2023-2024.pdf> > Último acesso em: 28 de julho de 2024.

antigos, alguns com 40 anos de empresa, e tem a dinâmica de fazer amizade com todos, tomar café do porteiro de madrugada. E hoje eles me veem menos "Coronela", como antes me chamavam. Hoje já dizem 'Dona Coronela, você é única'.

Sol passou por situações semelhantes. Na praça (Antero de Quental) e no turno (matutino) em que trabalha hoje, ela é a única — entre garis homens e mulheres. Recentemente, completou um ano nesse local. Pergunto sobre alguma situação que passou com os moradores em situação de rua e ela conta:

A ordem pública passa duas ou três vezes na semana, pra juntar as coisas dos moradores. Mas, às vezes, eles acabam jogando algo fora, porque eles acumulam muita coisa, aí vai pro lixo. Eu tinha acabado de limpar a praça e aí veio um me perguntando 'quem é o teu encarregado?' Eu tava até com um rapaz da banca conversando e o menino veio reclamando que eu tinha tirado as coisas dele. Eu falei, 'calma aí que vou ligar pro meu encarregado', e aí ele [o encarregado] foi até lá, conversou com o menino, que se acalmou e viu que não tinha sido eu. Na hora que o meu encarregado chegou ele [o rapaz em situação de rua] foi calminho, mas quando era eu, e ele viu que era mulher, acho que já veio, tipo assim, querendo crescer. Eu respondi normal, mas a gente fica apreensiva por isso.

Outro grande problema relacionado a esse grupo é o fato deles não terem banheiro e, por isso, precisarem fazer suas necessidades fisiológicas nas ruas e praças. Junto a isso, o problema da droga costuma acompanhar essa população. "O que mais tem de lixo nas praças são fazem humanas, urina você sente o odor de longe. Tem muita camisinha, cápsula de descarte de droga. Teve um dia que eu cheguei, estava embaixo da papelreira um saco com muita seringa de droga", relata Sol.

Apesar dos obstáculos que esse grupo causa diretamente à Sol e ao trabalho que ela realiza diariamente, sua fala é carregada de respeito e humildade.

Não tem jeito, alguns são surtados mesmo. [Comigo] particularmente, eles vem, me cumprimentam, conversam comigo e eu converso como se fosse um médico, uma pessoa de alto escalão. Eu vou tratar do mesmo jeito, porque é ser humano. Mas, você tem que saber lidar sim... Não é porque é pessoa de rua que você não vai chegar perto, quer apertar a sua mão e você não vai apertar. Posso dizer que sinto bem diferente praia, praça, logradouro.

Dentre os desafios enfrentados na posição que ocupa, Sol também ressalta a dificuldade de realizar necessidades básicas, como ir ao banheiro e beber água, principalmente porque nem todos os lugares tratam bem as garis. "Até deixam, mas daqui a pouco, se você precisar ir de novo, já olham estranho. Então, às vezes, tem que ser cara de pau, fingir que não entendeu e ir". Ela conta que para nós, mulheres, a situação é mais difícil, e explica o porquê:

Às vezes, querendo ou não, você passa algum desconforto... Eu na praça trabalhando no período menstrual, cheguei, fui no banheiro na gerência e fui trabalhar, daqui a pouco vem um senhor que trabalha com a gente, todo sem jeito, já é um senhor, né?! E eu perguntei 'o que foi seu Jair?' E ele falou 'você me desculpa, mas com todo respeito, sua calça está suja, você está menstruada?' Aí na hora eu pensei 'o que eu vou fazer?' Graças a Deus, nessa praça que eu tô tem um barzinho que deixa a gente ir ao banheiro, eu fui lá, tirei essa blusa que a gente bota pra não queimar do sol e amarrei na cintura pra continuar trabalhando. Então assim, pra gente mulher é desconfortável pra caramba. E várias meninas já passaram por isso aqui também de pegar e se sujar toda, às vezes ter que vir na gerência. Eles até dão mais calças, mas a gente não traz porque não imagina que vai sujar. E aí comigo eu botei [a camisa] e esperei meu horário de vir pra gerência pra vir me trocar. E não foi uma única vez, mas das outras vezes eu mesma vi... Infelizmente essas situações a gente tem que passar.

Para Ana Paula, o trânsito é um outro grande desafio para todos que trabalham como gari (em vias públicas), "tanto que nós temos que ter o Minuto Diário de Segurança (MDS)⁹¹. Para lembrar de não usar fones de ouvido, estarem atentos à rua, usarem proteções como cones, etc. Mesmo de madrugada, as pessoas passam bêbados, em alta velocidade."

Pergunto também sobre o clima, fator que, a priori, me parecia ponto crucial na realização deste ofício. Com a resposta de Conceição, me dou conta de que na função ocupada por ela (limpeza de praia), não importa tão somente o que vem do céu (digo: chuva, sol e vento), mas também o que vem do mar — por sua vez, diretamente influenciado pelo céu.

Quando tá frio e não tá chovendo tá tranquilo, porque quando chove o mar manda muita sujeira pra areia, a gente chama de lixo de maré, e aquilo é pesado porque é galho, madeira, gravetinho, e com areia molhada pesa muito mais. Aí a gente que recolhe, eu já falo logo, 'olha precisa de mais gente', eu junto faço um montinho e os meninos vêm e tiram com trator. O sol é ruim porque é quente, mas aí eu paro na sombra, vou no banheiro, uso chapéu, essas blusas longas, protetor."

Sobre a vestimenta, ela diz que prefere usar calça, ainda que a Comlurb ofereça bermudas, porque ficaria com as pernas marcadas de sol, uma estética que não a agradaria. E ela enfatiza: "o calor vem do céu e vai subindo da areia também, só que com o tempo a gente vai se acostumando."

Já Ana Paula não enxerga as variações metodológicas como um grande problema. Segundo ela, os garis estão "muito acostumados com isso, se tem previsão de chuva, já pega a capa e vai. Nosso trabalho não tem rotina fechada, a

⁹¹ O MDS é um como um ritual diário. Resumidamente, um tempo destinado ao encontro do grupo de profissionais que vai sair para o trabalho naquele dia. Na roda, o responsável traz palavras positivas e lembra dos cuidados necessários para evitar acidentes de trabalho.

gente vai mesmo de acordo com aquilo que tem no dia. Depois de vendavais, enchentes, chuvas..."

Um desafio já enfrentado por ela é o assédio nas ruas:

Nunca passei por isso dentro do trabalho. Mas, vindo embora de lá pra casa, sim. Com carro me seguindo, principalmente, de ter que entrar em farmácia pra me proteger... Hoje eu aviso ao segurança da rua o horário que vou chegar e ele fica mais atento.

Sol me conta que não considera ter sofrido assédios verbais, mas uma amiga de trabalho já vivenciou por um motorista dos caminhões da própria empresa, chegou a "dar parte" do homem, e ele foi afastado do serviço. "Têm engraçadinhos que falam umas coisas, mas a gente finge que não tá entendendo muito, trata na gentileza pra não dar muita confiança. Mas, nada que me ofendesse diretamente." Ao longo da conversa, percebo que, para ela, a estratégia para lidar com muitos dos problemas enfrentados no período laboral é se fingir de desentendida e ignorar, para não ser grosseira com a pessoa e causar mal estar no próprio serviço.

Para Letícia, o maior problema na gerência que comanda hoje (Urca) é o dia do descarte do lixo. Não importa se as pessoas sabem o dia correto de retirar o lixo de casa e colocar na rua, muitas vezes elas não respeitam essa regra e colocam no dia errado — o que significa os resíduos expostos ao tempo, aos animais e moradores de rua. Nesse mesmo sentido, para Ana, outro grande problema são os passeadores de cachorro, porque estão na rua todos os dias (em diferentes horários), às vezes com mais de sete cachorros, e não tem como recolher as fezes de todos os animais, deixando o lixo para trás.

Eu escutei muito que as pessoas precisavam nos dar trabalho, por isso o lixo. E eu cheguei a responder 'você não precisa nos dar trabalho porque a natureza já se encarrega de tudo isso, é muita folha; chuvas; capim que nasce; lama'. Você olha na rua e acha que o garri só varre, mas não, o gari varre, campina o mato, limpa o ralo, hoje com o IPL ainda.

O IPL (Índice de Padrão de Limpeza) , o qual Ana Paula se refere, é o projeto que regulamenta os critérios a serem avaliados nos desempenhos das Diretorias e Gerências da Comlurb. Os fiscalizadores do IPL vão até os locais onde há cobertura de serviço da Comlurb, fazem uma avaliação e reduzem os pontos de acordo com o que encontram. Fezes de animais, colagens em postes e pichação são alguns fatores que influenciam na nota final. As garis me contaram que, atualmente, todos trabalham muito focados no IPL, sobretudo porque influencia diretamente no décimo quarto salário.

Pergunto sobre os agentes fiscalizadores do "Lixo Zero" e ela conta que no início funcionava, mas os fiscais do programa atualmente notificam mais os grandes geradores e não essas pequenas infrações. Ana Paula ressalta a relação com outras empresas como a Light, empresa de luz, afirmando ser é a pior relação com a Comlurb, por não recolherem as árvores e sujeiras que produzem em seus serviços, conscientes de que a população irá ligar para o 1746 e a Comlurb terá que limpar. Contudo, desabafa: "a obrigação é deles e nós já somos muito sobrecarregados."

Sobre a postura da população com o descarte de lixo no dia a dia, Sol diz que "o ser humano é muito complicado".

Não vou generalizar, mas a maioria tem a lixeira e eles jogam fora [do lixo], já aconteceu de eu estar varrendo, passar o cara de carro e tacar o lixo. Ou quando a pessoa viu que eu acabei de limpar as mesinhas na praça, onde as pessoas param para tomar café, a pessoa sai e deixa o lixo como se nada tivesse acontecido. Aí às vezes tem que respirar fundo, eu vou lá tiro... O ser humano é complicado, falta muita educação. Na praia também, porque se cada um juntasse o lixo, tem vários contêineres espalhados na praia, mas não fazem. O que tem de côco no final da tarde, de lixo, é muita coisa. Tem lixo, container, caixa de ferro, tudo é suficiente. Mas as pessoas jogam do lado e não jogam dentro. As pessoas veem que a gente está ali e não 'esquentam' não, tacam mesmo.

Em relação ao contato com as outras pessoas de Ipanema, Ana Paula lembra do caso específico de uma mulher, dona de um quiosque, que costumava atrapalhar o trabalho prestado por ela e seus colegas garis. Na crença de que precisava dar serviço para eles (os garis), enchia o contêiner de cocos, mesmo tendo os próprios funcionários para levarem os resíduos até a frente da rua — onde o caminhão recolhe. Essa postura inadequada gerava muito peso para o grupo de garis que cuidava da região. Segundo Ana, uma falta de respeito que não mudou com o tempo, "ela tinha um tratamento com a gente muito insignificante."

As pessoas também fazem picnic e largam tudo para trás, não querem saber. E enquanto gari, nós não podemos falar muita coisa, é mais fácil ficar quieta. Na minha época, era mais fácil resolver, do que ficar esperando, ligando pra fiscal, até porque eles têm muita coisa pra atender... Os porteiros varrem as calçadas e jogam pra fora, pra baixo, e está na Lei de Limpeza Urbana, eles têm que recolher. Muitas vezes, como fiscal, a gente passa e acha que o gari não varreu, mas varreu, foi o porteiro que jogou depois.

Acerca do comportamento das outras pessoas com as garis, ela acredita que ainda tem muito a caminhar, mas já percebe uma diferença no tratamento ao longo dos anos:

As pessoas que me viram como gari, hoje me veem como fiscal e percebem que nós também podemos crescer, que temos perspectiva. Isso traz um respeito, porque eles veem progresso. Têm muitos garis que viraram gerentes também. A gente está em um lugar que a gente se coloca e as pessoas passam a ter essa visão da empresa, você não precisa entrar como gari e permanecer, depende muito de você. Têm pessoas que não querem, têm condições, podem, mas não querem, querem só fazer o trabalho deles e ir embora, não querem mais responsabilidades.

Ana me conta que, vez ou outra, eles levam notícias boas da rua, principalmente quando alguém os elogia, seja um porteiro, um trabalhador do comércio... Segundo ela, os próprios garis conseguem mecanismos para fazer amizade e desenvolver relações. Isso se dá, principalmente, porque todos precisam do básico — como ir ao banheiro e beber água —, e é importante encontrar lugares seguros para isso.

Hoje, como fiscal na madrugada, nós nos tornamos amigas até dos seguranças de lojas, porque eles nos protegem, às vezes vão até indo atrás das meninas [garis]... E nós, mulheres, somos muito de fazer amizade mesmo, né?! [ri] Quando é um gari que está há mais de 10 anos na mesma rua, não tem jeito, as pessoas passam a conhecer, desenvolvem um carinho.

Ana Paula faz questão de reiterar a postura da empresa, contando que Comlurb oferece "muita coisa" para garis, como projetos, programas de crescimento, apoios, auxílios... E que sente falta de interesse dos garis para buscarem o crescimento dentro da companhia. Questiono se pudesse sugerir um projeto relacionado à profissão, e ela diz que seria diretamente para a população, uma maior conscientização na relação com o lixo:

Falta muita educação. Precisam conhecer a legislação de limpeza urbana. Como por exemplo tirar um móvel [de casa] e deixar na rua, aí depois ligam reclamando. Mas, nós temos retirada desses móveis, só que eles precisam ligar antes e marcar, tem todo um regulamento. Ou seja, um projeto voltado para conscientização do contribuinte [forma como elas chamam os cidadãos que usam o serviço da Comlurb]. Esse é o maior desafio do trabalho da Comlurb hoje, o apoio da população. Porque eles acham que têm que nos dar trabalho, então eles podem sujar. A [rua] Pacheco Leão vive com lixo nas ciclovias, todos os dias, mas a coleta é só três dias na semana. E aí? Sinto que é pior que comunidade, de verdade, e olha que são 'globais', vivem ali perto da rede Globo, né?! E aí encontram o prefeito, vão falar que a rua está muito suja, mas na verdade é culpa deles. Nós limpamos, fazemos o nosso trabalho. O contribuinte hoje não tem nenhuma responsabilidade com o próprio lixo. Já escutei muito 'pago imposto caro, vocês garis tem mais é que fazer muito bem o serviço'.

Perguntei às entrevistadas sobre possíveis soluções (em termos de projetos e programas) para os problemas enfrentados na profissão e também se elas acessam alguma política social. Todas declararam não utilizarem nenhuma política

na época da entrevista, assim como também não usufruíam antes do trabalho na Comlurb. Mencionei exemplos, e elas afirmaram que não recorriam a nenhum benefício do governo. Sobre possíveis incentivos ou mudanças com projetos, programas e políticas, conforme abordado no decorrer deste capítulo, as respostas foram amplas e giraram em torno da valorização da profissão (financeiramente falando e simbolicamente, pelos contribuintes/cidadãos), além de incentivos na educação sobre o lixo — sentem que falta conhecimento por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos foram trabalhados temas que nos levam aos principais objetivos desta dissertação: analisar os processos de invisibilidade pública e violência simbólica a partir do olhar das próprias mulheres garis da Comlurb. Através da construção de um caminho que se apegue nos ensinamentos da interseccionalidade como ferramenta analítica, busquei demarcar o perfil dessas mulheres; analisar os efeitos da violência simbólica em suas auto-percepções; refletir sobre como as estruturas de poder moldam fenômenos de desigualdade e segregação dentro do cenário dessas garis em Ipanema. Além de pensar sobre o processo de invisibilização vivido (e percebido) por essas profissionais.

No que diz respeito ao perfil das mulheres, pôde-se perceber que o corpo profissional da Comlurb reflete o panorama geral de gênero no mercado de trabalho: mulheres são minoria na empresa — assim como nos cargos mais altos; na profissão de gari, são majoritariamente negras (pretas e pardas); no quesito território, moram em regiões mais distantes (a maior parte em subúrbios e periferias) e a maioria não deu continuidade aos estudos (no que tange à conclusão do Ensino Médio e Nível Superior) — mas muitas o fizeram após a conquista do trabalho na empresa.

A violência se manifesta de diferentes maneiras no decorrer da rotina de quem exerce essa profissão, sobretudo no caso das mulheres. Foi possível refletir que ela sobrevém de forma tão vil, que acerta em cheio os grupos tidos como oprimidos, muitas vezes sem que eles sequer saibam que são alvos.

No bairro analisado e a partir das experiências compartilhadas pelas profissionais entrevistadas, notou-se que as agressões são mais frequentes justamente nas suas manifestações simbólicas. Elas se dão através de comentários inoportunos em relação ao serviço (“tem que sujar mesmo pra elas terem trabalho”); nas piadas machistas (“a gente escuta uma coisa ou outra, provocação, piada e tal, mas finge que não entende pra não criar problema”); nos desafios para utilizar banheiros no comércio da região (“às vezes deixam, mas outro dia, já não pode mais, é difícil”); nos lixos impudicamente jogados no chão pelos contribuintes (“mesmo com a lixeira ao lado, eles fazem questão de deixar no chão! Isso quando não jogam logo depois que a gente passou limpando”), ou as guimbas de cigarro

deixadas para trás quase como um ato de extensão do próprio vício (digo, a ação de fumar)... Além dos olhares, gestos, desvios na calçada, expressões de desgosto...

E como se não bastassem os preconceitos e as violências experienciadas por esse grupo social, essas mulheres ainda enfrentam as adversidades do que é ser mulher ocupando as ruas da cidade. Os desafios fisiológicos (como o apontado por Sol, referente ao período menstrual); os ataques dos moradores em situação de rua (Ana Paula relatou como há uma discrepância na postura dos mesmos com os fiscais/garis homens e as mulheres); além dos riscos compartilhados por elas no ir e vir do trabalho (perseguições, provocações, assaltos...). Apesar de termos conquistado muitos espaços fora do ambiente privado, a rua ainda é um lugar de ameaça para todas nós, mulheres. E é importante lembrar que esses riscos não se dão pela roupa que usamos, pelo horário que ocupamos esses espaços ou a localidade onde transitamos. É o simples fato de sermos mulher que nos coloca em risco constante.

É justamente na contramão dessas adversidades, que percebo as mulheres garis de Ipanema se colocarem como protagonistas de suas histórias e, sobretudo, dos novos capítulos que vêm construindo. É possível notar que a todo tempo elas confirmam, a partir de suas vivências, fenômenos de violência simbólica, entretanto sempre se deslocando desse lugar, exprimindo desconforto e revelando um admirável empoderamento. Percebo, em suas falas, uma autopromoção de emancipação, autonomia, e afirmação.

É evidente que, em alguns momentos, pode-se perceber a repetição de discursos naturalizando os papéis de gênero, nós estamos sujeitas a isso, por efeitos históricos e culturais que insistem em permanecer — perversamente — em nossa rotina. Mas o caminho contrário é necessário, e elas sobressaem isso em suas histórias e discursos.

Percebo que a dominação que se dá através da invisibilidade age de forma tão sutil e perversa que, para os que lêem ou escutam essas mulheres sem muita atenção às sutilezas desses fenômenos, as têm como “guerreiras”. Digo isso porque impressiona, mesmo, a forma como driblam — ou, por vezes, sequer têm consciência — os desafios impostos pela sociedade. Ressalto que me refiro aos desafios não naturais (como os eventos climáticos que influenciam diretamente em seus trabalhos, por exemplo), mas os impostos, obstáculos pensados, domínios de

uma classe sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma raça sobre a outra, de uma gente, sobre a outra.

Apesar de tanta peleja, a pesquisa de campo me fez perceber que, assim como evoluímos na ocupação dos espaços públicos e no mercado de trabalho (fruto da própria luta das mulheres), as garis nadam contra todo o movimento de humilhação e invisibilidade e, nesse rumo, estão conquistando dignos e sólidos espaços. Havia tanto orgulho nos relatos que presenciei, orgulho pelo emprego fixo, pela conquista da independência financeira, pela compra da casa própria (que conseguiu através da empresa), por ter passado em um concurso, por cuidar da cidade, do outro, de nós...

Não há como não afirmar que hoje elas se sentem em visibilidade, e buscam cada vez mais essa valorização. Se antes se escondiam através de chapéus, hoje levantam a cabeça e querem ser percebidas; se outrora não expunham seus uniformes no varal, hoje escolhem ir e vir do serviço com ele (quantos signos não cabem em um uniforme?); se optavam pelo silêncio para falas atravessadas, hoje querem ser ouvidas, e fazem jus a isso... "Eu sou concursada, meu amor, eu conquistei isso e meu serviço eu não perco!"

Indiretamente, tudo isso explana muito sobre porque o feminismo ainda é tão importante no século XXI. Anos atrás, mulheres não ocupavam cargos de chefia na empresa — hoje estão na direção, gerência, fiscalização... Assim como não dirigiam caminhão de coleta, fato que mudou com o tempo. É possível afirmar que há mulheres (poucas) ocupando esses espaços, principalmente pela lista do corpo profissional que é público (visto através das páginas da empresa); pela minha experiência na sede (a observação do ir e vir das equipes) e pelas conversas com as garis. Entretanto, não é possível apresentar os números, porque são dados que a Comlurb não tem. Apesar de solicitado, foi informado que o levantamento seria feito, levaria tempo e não teria um prazo específico, visto que são dados (interseccionais) mais aprofundados.

Isso endossa o discurso de que muito do que se apresenta como conquista, veio do movimento das próprias mulheres, da resistência e luta cotidianas. Para além, nos mostra que a discussão de gênero dentro das empresas — que passa muito pelo incentivo do próprio mercado — ainda precisa ser ressoado para ganhar força. Na maioria dos casos, não faz parte das missões corporativas discutir e efetivamente mudar o cenário das disparidades de gênero (assim como de raça).

Apesar dos progressos (há, nós sabemos), na prática isso se solidifica através de movimentos que, necessariamente, vem "de cima". Me refiro ao incentivo (e fiscalização) governamental, através de políticas públicas voltadas para essa população, e a elaboração de metas e fomentos dentro das próprias empresas. Responsabilidade essa que também deve passar pela postura da população.

Através do recurso da História Oral, foi possível constatar que ainda há muito o que evoluir na relação dos contribuintes de Ipanema com as garis responsáveis pela limpeza desse bairro. São práticas cotidianas que, em suas medidas, são capazes de mudar a autopercepção das garis entrevistadas — afirmo tanto na forma como se percebem, como na própria desenvoltura do serviço. Pelo cotidiano experimentado por elas (que é coletivo, mas tem seus atravessamentos singulares, seja nas praias, logradouros, limpezas noturnas ou diurnas) para todas, falta muito conhecimento da legislação de limpeza urbana, algo que, como cidadãos, é obrigação de todos.

No conjunto de métodos estabelecidos para a presente pesquisa, que se dividiu entre revisões bibliográficas e processos etnográficos, pôde-se verificar que os principais conceitos trabalhados no estudo (violência simbólica e invisibilidade pública) estão presentes na realidade vivida e percebida pelas personagens acompanhadas. Mais evidentemente, para as três que assumem (ou já assumiram, como é o caso da Ana Paula) a função direta de gari. A interseccionalidade como ferramenta analítica permitiu constatar, também, como os números macros dos marcadores sociais desse grupo (dados referentes a equipe de profissionais garis) refletem uma conjuntura histórica da sociedade. Mas, que não são dados imutáveis, estão em constante transformação.

Por se tratar de um recorte temático amplo e complexo, que envolve distintos eixos sociais e pessoas com vivências individuais, o presente estudo não se propõe a encerrar o assunto, ou apresentar uma conclusão ímpar. Não obstante, visa trazer a tona um debate ainda pouco explorado na academia, que integra as pessoas e o ofício por trás do trabalho de limpeza urbana, a partir de uma perspectiva feminista e interseccional. Nesse mesmo sentido, incentivar a reflexão fora dos espaços acadêmicos, com intuito de ampliar uma discussão que é necessária, deve ser feita e valorizada nos diferentes meios sociais. Intenciono destinar um holofote para a rotina dessas mulheres que, sozinhas, encontraram suas luzes próprias para resistir no dia a dia da cidade.

As histórias das mulheres garis de Ipanema alargaram o meu olhar, trouxeram atenção e sensibilidade à minha perspectiva, ao meu senso crítico e, também, à minha escrita. É urgente alertarmos para os fenômenos simbólicos, marcados por contradições, que atravessam a história e atuam diretamente na construção de tantos sujeitos. É sobre o que tanto nos afasta. E nessa seara que devemos trazer a atenção para a solidariedade, o rompimento com as velhas estruturas e o efetivo espaço de escuta do Outro enquanto gente. Gente digna de visibilidade, direitos permanentes e uma vida íntegra.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- ALVES, Andréa; BARROS, Myriam. **Interlocuções: Antropologia e Serviço Social**. Ano XI, nº 19, 2008.1
- ANTONIO, Luís; MAGALHÃES, Oldemar. Barracão. Barracão de Zinco. Rio de Janeiro. 1962. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/beth-carvalho/890132/>
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias em Território Vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2015. v. 1. 201.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Itinerários de Proteção Social as Famílias em territórios Vulneráveis**. In: Colóquio de Homenagem a Boa Ventura de Sousa Santos, 2018, Coimbra. A imaginação do futuro. Baberes, experiências e alternativas, 2018.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias e Proteção Social**. In: **Seminário Internacional Proteção Social e Cidadania hoje: tendências e desafios**. 2012, Niterói. Proteção Social e Cidadania hoje: tendências e desafios. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo Lisboa**: Edições 70, 1977.
- BARTA, Carlos Eduardo; GASPAR, Claudia. **A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Na Formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade. Rio de Janeiro: Editora Cassará. 2015.
- BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BLANC, Aldir; TAPAJÓS, Mauricio. **Querelas do Brasil**. 1978. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elis-regina/140808/>
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, 2001.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O pardo como dilema político**. Rio de Janeiro: Insight Inteligência, v. 63, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Revista Estudos Avançados 17(49): São Paulo, p.117-132, set. 2003.

CAVALLINI, Marta. **Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE**. G1, Rio de Janeiro, 11 de nov. 2022. Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>> Último acesso em: 09 jan. 2023

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010**. 2012. Disponível em:<[https://urbecarioca.com.br/wp-content/uploads/2019/04/download-3190_Favela snacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.pdf](https://urbecarioca.com.br/wp-content/uploads/2019/04/download-3190_Favela-snacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.pdf)> Último acesso em: 24 de setembro de 2024.

Censo Populacional Maré, 2020. Disponível em:<<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>> Último acesso em: 24 de setembro de 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020 .

COSTA, F. B. - **Homens invisíveis: relatos de humilhação social**. São Paulo, Editora **Globo**, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. p. 7 - 16. 2004

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CUNHA, Juliana Blasi, «**O mito da “cidade partida”**: análise relacional de favelas e bairros no Rio de Janeiro, Brasil», e-cadernos CES [Online], 36 | 2021, posto online no dia 02 maio 2022,, último acesso: 05 de maio de 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/6950> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.6950>

DAMATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues**. In: E. O. Nunes (org.), **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DATA RIO. **Favelas Cariocas: variação das áreas ocupadas no período 1999-2019.** Data.rio, 2021. Disponível em: <<https://www.data.rio/documents/nota-t%C3%A9cnica-38-favelas-cariocas-varia%C3%A7%C3%A3o-das-%C3%A1reas-ocupadas-no-per%C3%ADodo-1999-2019-agosto-2021/explore>>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Educa IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>> Último acesso em 26 de agosto de 2024.

EIGENHEER, E. M. **Lixo, Vanitas e morte:** considerações de um observador de resíduos. Niterói: EdUFF, 2003.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. 1996. **Mulheres, Militância e Memória.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora. 216 pp.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FREITAS, Rita; MEDEIROS Luciene. **Epistemologia feminista e direitos humanos: Considerações Metodológicas.** Revista Serviço Social em Debate, v.4, n. 1. 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5700/3709> Acesso em 20 de jun. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje: Anpocs, São Paulo, p. 223-243, fev. 1984. Anual.

HOOKS, bell. (1981) **Eu não sou uma mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. bell. **Feminism is for everybody.** Cambridge: South End Press, 2000.

_____. bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero-Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2021. Rio de Janeiro. Disponível

em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>

Último acesso em: 08 jan. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2010. Aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima; MIOTO, Regina Célia Tamasso; PRÁ, Keli Regina Dal. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v.6 n.1 p. 93-104. Jan./jun/ 2007.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2019

MADEIRA, Carla. **Tudo é rio**. São Paulo: Record, 2021

MAGERA M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIRANDA, Camila de Almeida. **Mulheres garis - relatos de invisibilidade pública e violência simbólica**. Curitiba, Apris Editora, 2017.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOUNTIAN, Ilana. **Psicologia Política**. Vol17. N40. PP. 454-469. Set.-Dez. 2017.

MOURA, Bruno. **Desemprego de mulheres e negros termina 2023 acima da média nacional**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/desemprego-de-mulheres-e-negros-termina-2023-acima-da-media-nacional#:~:text=Desemprego%20de%20mulheres%20e%20negros%20termina%202023%20acima%20da%20m%C3%A9dia%20nacional,-Trabalhador%20com%20ensino&text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20de,a%20dos%20homens%2C%206%25>> Último acesso em: 21 de março de 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275201/mod_resource/content/1/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf

NALIN, Carolina. **Homens participam mais das tarefas domésticas mas mulheres dedicam quase o dobro do tempo deles**. O Globo, 2023. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/11/homens-participam-mais-da>

[s-tarefas-domesticas-mas-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-deles.ghtml](#)>

Último acesso em: 26 de agosto de 2024.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,7%20horas%20para%20os%20homens.>> Último acesso em: 26 de agosto de 2024.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **“A quarta onda feminista no Brasil”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 3, e83260, 2023

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. **A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva**. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Iar**. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SABREN. Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Disponível em: <<https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelaquadroresumo>> Último acesso em: 3 de maio de 2024.

SANTOS, Gemelle Oliveira; SILVA, Luiz Fernando Ferreira da. **Há dignidade no trabalho com o lixo?: considerações sobre o olhar do trabalhador**. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 689-716, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200013&lng=pt&nrm=iso> Último acesso em 10 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia** — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TRUTH, Sojourner. **NÃO SOU MULHER?** 1851. Disponível em: <https://www.feminist.com/resources/artspeech/genwom/sojour.htm>.

VELOSO, Caetano. **Gente**. Ofertório, 2017. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44729/> >

VELLOSO, M. P. **Da produção do lixo à transformação do resto**. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 15, n. 4, 2.229-2.249, 2010.

APÊNDICES:**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

1. Qual o seu nome? Escolha um nome para que seja utilizado na pesquisa?!
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua raça-etnia?
4. Qual a sua orientação sexual?
5. Em qual bairro você mora?
6. Como é sua organização familiar? É casada? Quem mora com você?
7. Como foi a sua formação escolar, você estuda, estudou? Se sim, estudou até que ano?
8. Está há quanto tempo na Comlurb?
9. Há quanto tempo trabalha como gari?
10. Como foi a sua trajetória até chegar aqui?
11. Como é ser gari?
12. Como você pensa que as pessoas lhe veem?
13. Já passou/presenciou alguma situação que tenha te marcado na rua? Positivamente ou negativamente?
13. Você acessa algum Programa Social? Se sim, qual?
14. Você sugeriria uma política específica para seu grupo profissional? Ou alterações em projetos que já existam?
15. Você gostaria de falar sobre alguma coisa que não falamos durante essa entrevista?

ANEXOS:

ANEXO A - Figura com as primeiras ruas de Ipanema, nomeadas em homenagens aos amigos e familiares dos principais donos de terra - através de efemérides ou nomes próprios.

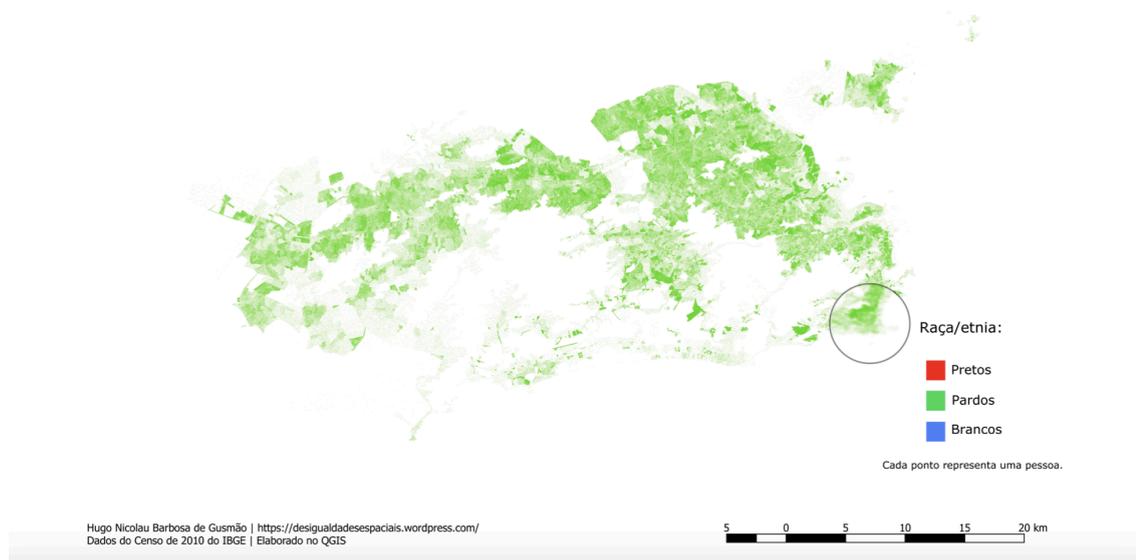
Lavrada a fls. 22 do respectivo livro e assinado a 26 de Abril de 1894 – Sra. Caldas.

ÍTEM	LOGRADOUROS	Compr./m	Larg./m
A	Praça Marechal Floriano Peixoto	130,0	139,0
B	Praça Coronel Valadares	234,0	139,5
C	Rua General Gomes Carneiro	494,0	17,0
D	Rua Doutor Prudente de Moraes	140,0	17,0
E	Rua 20 de Novembro	1.535,0	20,0
F	Rua 28 de Agosto	1.460,0	17,0
G	Rua Doutor Nascimento Silva	1.070,0	17,0
H	Rua Alberto Campos	285,0	17,0
I	Rua 16 de Novembro	212,0	17,0
J	Rua 4 de Dezembro	455,0	17,0
K	Rua Doutor Farne d'Amoedo	654,0	17,0
L	Rua Montenegro	625,0	17,0
M	Rua Oscar Silva	590,0	17,0
N	Rua Otávio Silva	545,0	17,0
O	Rua Pedro Silva	457,0	17,0
P	Rua Dario Silva	456,0	17,0
Q	Rua Irineu Silva	530,0	17,0
R	Rua da Igrejinha de Copacabana	256,0	17,0
S	Rua Doutor Bulhões Carvalho	424,0	18,0
T	Rua Doutor Vieira Souto	1.984,0	50,0
U	Praia Saneada	880,0	30,0

Fonte: Barta; Gaspar, 2015.

ANEXO B - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os pardos.

Mapa Racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil

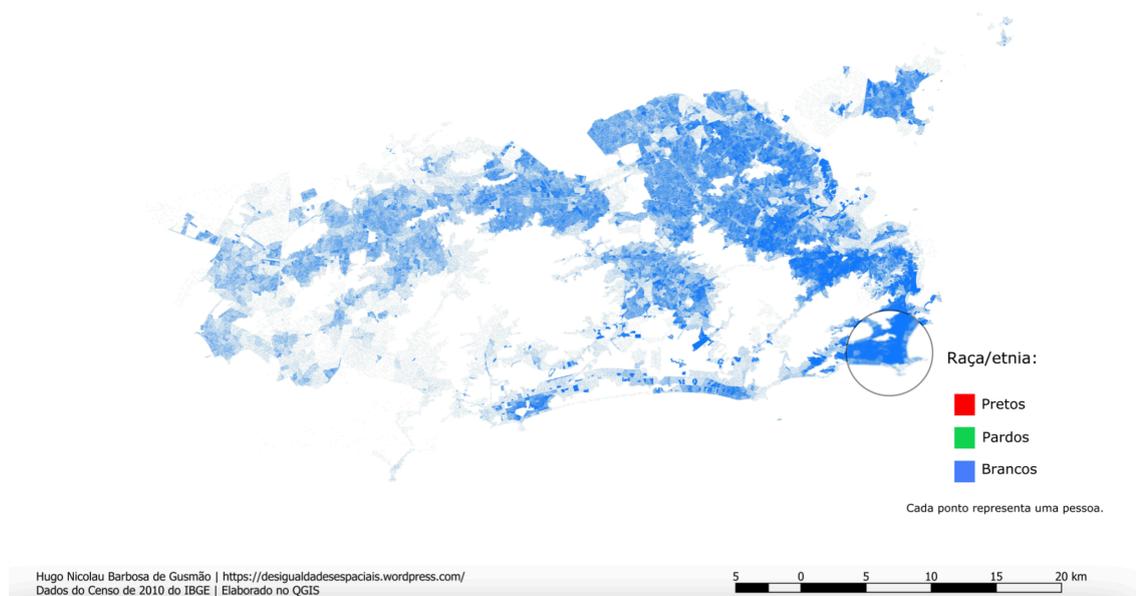


Fonte:

<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>

ANEXO C - Mapa racial de pontos da Cidade do Rio de Janeiro – Exibindo apenas os brancos.

Mapa Racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil



Fonte:

<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>